

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MULHERES E MENSTRUACOES: DISPUTAS DE SENTIDOS EM DISCURSOS DE
MULHERES FEMINISTAS E USUÁRIAS DO COLETOR MENSTRUAL

Joana Castañon de Carvalho

2018



MULHERES E MENSTRUAÇÕES: DISPUTAS DE SENTIDOS EM DISCURSOS DE
MULHERES FEMINISTAS E USUÁRIAS DO COLETOR MENSTRUAL

Joana Castañon de Carvalho

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Lima Santos

Rio de Janeiro
Agosto de 2018

MULHERES E MENSTRUACOES: DISPUTAS DE SENTIDOS EM DISCURSOS DE
MULHERES FEMINISTAS E USUÁRIAS DO COLETOR MENSTRUAL

Joana Castañon de Carvalho

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Lima Santos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada.

Aprovada por:

Presidente, Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Lima Santos – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Branca Falabella Fabrício – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Amana Rocha Mattos – UERJ

Prof^a. Dr^a. Adriana Lopes Carvalho – UFRJ, suplente

Prof^a. Dr^a. Glenda Cristina Valim de Melo – UNIRIO, suplente

Rio de Janeiro
Agosto de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

C346m Castañon, Joana
Mulheres e menstruações: disputas de sentidos em discursos de mulheres feministas e usuárias do coletor menstrual / Joana Castañon. -- Rio de Janeiro, 2018.
128 f.

Orientadora: Maria de Fátima Lima Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2018.

1. menstruação. 2. coletor menstrual. 3. feminismo. 4. discurso. I. Santos, Maria de Fátima Lima, orient. II. Título.

Entretanto, há uma pintura que nasce de mim inteira, a tintura também. Pinto e tinjo com o meu próprio corpo. Um prazer táctil imenso. Uso os dedos e o corpo, abdicando do pincel. Tinjo em sangue. Navalho-me. Valho-me como matéria-prima. Tinta do meu rosto, das minhas mãos e do meu íntimo sangue. Do mais íntimo sangue, o menstrual. Colho de mim. Bordo com o meu sangue-útero a tela.

Insubmissas lágrimas de mulheres

Conto “Mary Benedita”

(Conceição Evaristo)

AGRADECIMENTOS

À Professora Fátima Lima, pelo processo de orientação, por sempre ouvir minhas questões, por apoiar obstinadamente tanto a mim quanto o meu trabalho e, por fim, pelo curso de linguagens, feminismo e interseccionalidades, que foi um momento de grande importância para mim.

À Professora Branca Fabrício, por todo o apoio durante a graduação e o mestrado, por ter me introduzido às questões de gênero no início da graduação e por ter aceitado participar de minha banca de mestrado. Ao Professor Luiz Paulo da Moita Lopes, por ter sido meu orientador e defensor durante a graduação e por ter criado um grupo tão relevante como o Salínguas/NUDES.

À Professora Amana Mattos, pela leitura atenta do texto inicial e por ter aceitado participar de minhas bancas de qualificação e de defesa.

Às professoras Glenda Melo e Adriana Lopes, por terem aceitado ser membros suplentes da banca.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

Ao meu pai, Evandro, pelas caronas para a biblioteca e por não sossegar até que eu conseguisse uma bolsa de intercâmbio na graduação. Ao meu irmão, Rodrigo, pelas louças lavadas em meu lugar enquanto estava ocupada com a dissertação.

À Carina, pelos anos de irmandade e de Harry Potter.

À Ana Flávia, pelos bolos veganos em meus aniversários e por infinitamente mais que isso.

Ao Luiz Cláudio, pela sensibilidade. Ao Leonardo, pela ética. Aos dois, pela amizade desde o primeiro período da graduação e por serem os homens mais incríveis que eu já conheci.

À Flaviana, pela companhia na biblioteca, na vida acadêmica e fora dela.

À Amanda, pela compreensão e pelas partidas de buraco. À Giulia, pelas incansáveis atenções e persistência.

À Luciana, por ser uma matemática tão humana(s).

A Antônia, Camila, Helena, Luiza e Mariana, por confiarem em uma desconhecida, por serem feministas incríveis e por terem trazido esta dissertação à existência.

A Mafalda, Panqueca e Paçoca, por me proporcionarem inúmeras alegrias (e tristezas).

À minha mãe, Marcia, pelo apoio emocional, financeiro e alimentício, por ser meu primeiro modelo de feminista, e por tudo aquilo que não se escreve em Times New Roman 12.

RESUMO

MULHERES E MENSTRUAÇÕES: DISPUTAS DE SENTIDOS EM DISCURSOS DE MULHERES FEMINISTAS E USUÁRIAS DO COLETOR MENSTRUAL

Joana Castañon de Carvalho

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Lima Santos

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Com base em uma visão performativa da linguagem e do gênero (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1990, 1993), esta dissertação tem como objetivo analisar a produção de sentidos sobre a menstruação e o dito corpo feminino em discursos de mulheres feministas, bem como as disputas na produção de significados que se dão entre suas falas e discursos biomédicos, midiáticos, feministas, liberais, entre outros. O cerne do trabalho é, assim, a discussão das formas como diversos regimes de verdade (FOUCAULT, 1980) – médicos, midiáticos, familiares, sexuais – são vividos e negociados discursivamente. Os dados foram gerados por meio de entrevistas orais semiestruturadas realizadas com cinco mulheres feministas que utilizam ou que já tenham utilizado o coletor menstrual. O foco inicial nos discursos sobre o coletor menstrual é devido a meu contato prévio com discursos virtuais sobre esse produto, que me interessaram por atravessarem questões concernentes à relação das mulheres com seu corpo/sangue e apontarem para vivências alternativas àquelas que costumam ser produzidas em discursos biomédicos e midiáticos. As entrevistas abrangeram questões diversas sobre a relação corpo-mulher cis, assim voltando-se para a discussão de questões como o nojo do sangue menstrual e a medicalização do corpo feminino, dentre diversas outras. Na investigação, é possível identificar movimentos discursivos de desestabilização de categorizações frequentemente evocadas na produção de sentidos sobre o corpo feminino e a menstruação, tais como sujeira, maturidade, natureza, feminilidade, evolução e libertação.

Palavras-chave: menstruação; coletor menstrual; feminismo; discurso.

Rio de Janeiro
Agosto de 2018

ABSTRACT

WOMEN AND MENSTRUATION: MEANING DISPUTES IN FEMINIST MENSTRUAL CUP USERS' DISCOURSES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Lima Santos

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Drawing on a performative view of language and gender (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1990, 1993), this thesis aims to analyze the production of meanings about menstruation and the so-called female body in feminist women's discourses, as well as investigate the disputes in the production of signification that take place between their speeches and medical, media, feminist and neoliberal discourses, among others. Therefore, the work's core is the discussion of the multiple ways through which several "regimes of truth" (FOUCAULT, 1980) are lived and discursively negotiated. Data were generated through semi-structured oral interviews conducted with five self-identified feminist women who either use or have already used the menstrual cup. The initial focus on discourses about the menstrual cup was due to my previous contact with virtual narratives about this product, which addressed issues related to women's relationship with their body/blood and pointed to alternative experiences than those usually produced in medical and media discourses. The interviews covered several issues about the cis woman-body relationship, thus focusing on issues such as the disgust for menstrual blood and the medicalization of the female body, amongst several others. In the investigation, it is possible to identify discursive movements that destabilize categorizations that are frequently evoked in the production of meanings about the female body and menstruation, such as dirtiness, maturity, nature, femininity, evolution, and liberation.

Keywords: menstruation; menstrual cup; feminism; discourse.

Rio de Janeiro
Agosto de 2018

SUMÁRIO

SOBRE A PESQUISA E SUA METODOLOGIA	9
Tipo de pesquisa	15
Visão performativa da linguagem e do gênero	17
Participantes e contexto das entrevistas	22
1. INTELIGIBILIDADES CONSTRUÍDAS SOBRE A MENSTRUACÃO	26
1.1. Tabus menstruais	26
1.2. Sangue menstrual, nojo, poluição e perigo	32
1.3. Vivências da menarca	45
2. A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS	59
2.1. A invenção da “natureza feminina”	59
2.2. Medicina e menstruação	64
2.3. Ginecologia e intervenções no corpo feminino	69
2.4. A invenção dos hormônios sexuais e da pílula anticoncepcional	72
2.5. Discursos em embate sobre corpo, hormônios, pílula e menstruação	76
3. COLETOR MENSTRUAL, LIBERDADE E FEMINISMOS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETORNANDO AO INÍCIO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas	126
APÊNDICE B – Reprodução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127

SOBRE A PESQUISA E SUA METODOLOGIA

Esta dissertação deriva parcialmente de meu trabalho de conclusão do curso de Letras: Português-Inglês na UFRJ, intitulado “A emergência dos coletores menstruais e do ativismo menstrual online” (2015).¹ No texto em questão, analisei posts e comentários de um grupo no Facebook sobre coletores menstruais com o objetivo de investigar discursos de mulheres sobre o autoconhecimento do corpo e da menstruação em narrativas sobre o uso do coletor, bem como de examinar os discursos de ativismo virtual feminista que eram produzidos em relatos de experiência com o objeto.

Os coletores menstruais são pequenos recipientes de silicone medicinal ou de TPE (elastômero termoplástico) projetados para serem inseridos no canal vaginal e coletarem o sangue durante a menstruação. Uma vez cheios, são esvaziados e reinseridos na vagina, sendo reutilizáveis por até dez anos, segundo alguns fabricantes. Os discursos construídos na Internet sobre esse objeto me interessaram por perpassarem questões concernentes à relação das mulheres com seu sangue e seus corpos e apresentarem vivências alternativas àquelas que costumam ser produzidas em discursos médicos, midiáticos e familiares. No ano de 2015, percebi uma intensa proliferação de discursos sobre o coletor, que, desde então, parece ter se tornado mais amplamente conhecido. Em abril de 2018, havia 53 grupos brasileiros de discussão no Facebook sobre o coletor menstrual, totalizando mais de 160 mil participantes.² Como afirma Antônia, uma das mulheres entrevistadas para este trabalho:


Antônia: Mas teve um momento assim que teve meio que um *boom* do coletor assim, eu acho. Teve uma hora que todo mundo tava usando, ou querendo usar, ou perguntando, parece que todo grupo que eu entrava, é, de mulheres, né, não necessariamente feministas, não necessariamente só de mulheres também [...] e rolava muito essa... esse papo assim de qual... qual coletor que você usa, qual que cê deveria usar.

Nos grupos online de que eu participava na época da monografia – nos quais ainda permaneço –, o coletor parecia mobilizar a produção de uma série de discursos relacionados à

¹ CASTAÑÓN, Joana. *A emergência dos coletores menstruais e do ativismo menstrual online*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.



² O maior desses grupos, com base no qual gerei dados para a monografia, contabilizava 32.792 membros em 07/07/2015 e 85.594 participantes em 04/07/2018. Ele foi criado no Facebook em 2010, porém demonstrou-se expressivamente mais ativo de 2014 até o momento.


sexualidade, à heteronormatividade, ao gênero, ao feminismo, ao ativismo, ao nojo, à higiene, à sustentabilidade, ao veganismo, à contracepção hormonal, às indústrias farmacêutica e de higiene feminina, aos privilégios socioeconômicos (por ser um produto de custo entre 60 e 80 reais), entre outros assuntos. As postagens abaixo, retiradas em 2015 de um grande grupo de discussão sobre coletores menstruais no Facebook³, evocam ideias relacionadas a essas questões:


 6 de junho às 22:55


dos motivos porque eu preciso do feminismo: porque acabei de ouvir agora, da minha mãe, que ela não queria que eu usasse o coletor porque estou "relaxada" antes da hora. Perguntei: e tenho que ficar apertada pra quem? e ela: pra alguém.


sim migas, ouço isso em pleno século 21

Curtir · Comentar ·  595  124



 595 pessoas curtiram isso.


 eu ouvi da minha mamãe que não posso usar pq sou mocinha e os rapazes só valorizam se for mocinha kkk


6 de junho às 22:56 · Curtir ·  60

 26 de maio · Porto Alegre

Oii, o que vocês acham dos protetores diários? Confesso que toda vez que assisto a propaganda fico revoltada pq já nao basta muitas de nós usarmos absorventes externos no período menstrual, eles ainda querem vender que devemos abafar nossas ppks pq elas nao devem ter corrimento (sendo que é a coisa mais natural), querem nos transformar em bonecas e querem poluir ainda mais o planeta só pra lucrar em cima de nós? Enfim, fico indignada e vocês?


Curtir · Comentar ·  87  65


 87 pessoas curtiram isso.


 12 h

Gente, pode ser bem idiota o que vou falar mas e se o coletor subir muito e entrar no útero? O.O não uso ainda mas to com medo de comprar pq, assim, se alguns descem até a entrada da vagina, o que impede dele subir e entrar no útero? Rs.

Curtir · Comentar

 8 pessoas curtiram isso.

 Impossível, não tem espaço pra entrar pro útero rsr

12 h · Curtir ·  25

³ As três postagens foram salvas em 2015 como parte do processo de geração de dados para meu TCC, mas não entraram na versão final do trabalho. A terceira, que aparece sem data, é de 04/07/2015.

No primeiro post, a ideia do suposto alargamento da vagina causado pelo coletor aponta para os temas da virgindade, da heteronormatividade e do feminismo. No segundo, a menção às questões do corrimento e da “bonequização” dos corpos das mulheres apontam para temas relacionados ao nojo e à docilização dos corpos femininos, que serão discutidos, respectivamente, nos capítulos um e dois desta dissertação. Além disso, a segunda postagem evoca os temas da sustentabilidade (“querem poluir ainda mais o planeta”), da saúde (“devemos abafar nossas ppks”) e do capitalismo (“eles ainda querem vender”, “só pra lucrar em cima de nós”). Por fim, o terceiro post aponta para a questão do autoconhecimento de mulheres cis⁴ sobre seus corpos, tema que está presente no capítulo três.

Assim, em apenas três postagens, pode-se perceber a multiplicidade de discursos mobilizados em discussões inicialmente focadas no uso do coletor, bem como a variedade de caminhos que poderiam ser traçados em investigações feministas sobre a menstruação. Dessa forma, os discursos produzidos a partir da experiência com o objeto reuniam diversos assuntos que me interessavam como mulher, feminista, vegana e usuária da pílula anticoncepcional. No fim de 2014, então, resolvi comprar um coletor e realizar meu trabalho de conclusão de curso de graduação sobre o tema da menstruação, com enfoque nos discursos movimentados pelo coletor menstrual. Naquele momento, os sentidos feministas que pareciam ser evocados nos discursos virtuais que analisei me levaram a escrever uma monografia que construía o coletor como um objeto fortemente associado ao feminismo e que sugeria um entendimento do uso do produto como uma forma “mais feminista” de se experienciar a menstruação. Todavia, atualmente sou crítica a essa visão categórica, como será discutido no capítulo três.

Em meados de 2016, o pré-projeto que elaborei para entrada no mestrado previa a extensão da pesquisa realizada para a monografia, com base na análise de novos dados produzidos na mesma comunidade virtual. Entretanto, ao longo do curso, decidi realizar entrevistas presenciais com mulheres cis que, assim como eu, se identificassem como feministas e fossem usuárias do coletor. Queria ouvir o que essas mulheres tinham a dizer a respeito das questões que frequentemente perpassavam os relatos de experiência com o objeto e com as quais eu mesma havia me deparado ao iniciar o uso do produto.

⁴ De acordo com Jesus (2012, p. 10), “chamamos de cisgênero ou de ‘cis’ as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento [e] denominamos as pessoas não cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans”. Entretanto, como aponta a autora, é importante ressaltar que não há consenso sobre o termo transgênero e, assim, há uma multiplicidade de termos com os quais as pessoas podem se identificar. Como aponto mais adiante neste capítulo, esta dissertação se debruça sobre as experiências menstruais de algumas mulheres cisgêneras, ou seja, pessoas que nasceram com útero e que se identificam como mulheres.

Dessa maneira, no momento de elaboração das perguntas para as entrevistas, tomando como base discursos de grupos de Facebook e minha própria experiência, optei por abranger tanto o uso do coletor em si quanto demais questões que podem atravessar a vivência da menstruação (as perguntas realizadas nas entrevistas podem ser encontradas no Apêndice A). Portanto, aposto em uma abordagem micropolítica na elaboração das perguntas e na discussão das falas das participantes. A dissertação foi construída, então, em torno dos discursos dessas mulheres, os quais vazaram o tema do coletor e, por vezes, da menstruação. O cerne do trabalho é, assim, a discussão das formas como diversos regimes de verdade (FOUCAULT [1980] 2011)⁵ – médicos, midiáticos, familiares, sexuais – são vividos e negociados discursivamente. Portanto, o objetivo principal desta dissertação é analisar, com base em uma visão da linguagem como performativa, a produção de sentidos sobre a menstruação e o corpo feminino nos discursos das mulheres entrevistadas, bem como as disputas na produção de significados que se dão entre suas falas e discursos médicos, midiáticos, feministas, liberais, entre outros.

O trabalho é, assim, inspirado em um viés antropológico, articulando textos da sociologia, letras, filosofia, ciência política, psicologia social, saúde coletiva, dos estudos feministas e dos estudos do discurso na tentativa de “entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 17). Portanto, um dos elementos que orienta a análise é um olhar sobre as dicotomias projetadas ou desafiadas pelas participantes na disputa de sentidos e de regimes de verdade relacionados à menstruação, ao gênero e ao corpo, entre outras categorias. Algumas das relações opostas que descrevo nos discursos das participantes e dos textos acadêmicos são sujeira/higiene, interior/exterior, natureza/cultura, racional/irracional, vivência/ciência, atraso/evolução, constrição/liberdade, subordinação/subversão e feminismo/alienação. Como afirma Foucault:

O problema será estudar os regimes de verdade, quer dizer, o tipo de relação que liga entre eles as manifestações de verdade com os seus procedimentos e os sujeitos que são seus operadores, testemunhas e, eventualmente, objetos. [Essa perspectiva implica] que se tome em consideração a multiplicidade dos regimes de verdade; que se tome em consideração o fato de que todos os

⁵ Segundo Foucault (2011, p. 77): “Regime de verdade é, portanto, aquilo que constringe os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define, que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos. *Grosso modo*, um regime de verdade é aquilo que determina as obrigações dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro.” De acordo com Avelino (2008, versão digital sem paginação): “Um regime de verdade define-se por uma relação de obrigação e de engajamento entre sujeito e verdade, pela junção entre a obrigação e o engajamento dos indivíduos com procedimentos de manifestação do verdadeiro. Para Foucault, é tão plausível falar em regime de verdade quanto falar em regime político, em regime penal etc.”

regimes de verdade, sejam eles científicos ou não, comportam modos específicos de vincular, de qualquer modo constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que o opera. (FOUCAULT, 2011, p. 85).

Assim, entre junho e novembro de 2017, foram realizadas quatro entrevistas orais semiestruturadas, totalizando cinco entrevistadas e uma média de 45 minutos por participante. As três primeiras entrevistas foram individuais e a última, em dupla. As participantes foram selecionadas dentre pessoas do meu círculo de conexões, tendo sido contatadas por mensagem privada via Facebook.

Em consonância com a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta a realização de pesquisas nas ciências humanas e sociais, as cinco participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que autoriza a utilização de suas falas neste trabalho e no qual constam os objetivos e procedimentos desta investigação. Os termos foram assinados por mim e pelas participantes em duas vias. Uma reprodução deste documento encontra-se no Apêndice B. É também importante dizer que submeti meu projeto de pesquisa à Plataforma Brasil em 2017, obtendo aprovação para a realização do trabalho pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IESC-UFRJ.

As entrevistas foram registradas em áudio por meio de um gravador de celular e transcritas posteriormente. Entendo a transcrição como parte do processo de análise de dados, sendo, portanto, informada por meus referenciais e objetivos de pesquisa e tendo “implicações teóricas, políticas e éticas” (DURANTI, 1997, p. 161, tradução minha⁶). Com base nessa perspectiva, as escolhas realizadas nesse processo não são interpretadas como neutras, já que o produto final da transcrição não é – nem pretende ser – uma representação exata da interação “real”, mas “uma abstração em que um fenômeno complexo é reduzido a alguns de seus traços constitutivos e transformado com o propósito de realização de análises” (DURANTI, 1997, p. 161). Assim, neste trabalho, utilizo um número limitado de convenções de transcrição originadas no campo da Análise da Conversa. Essa escolha tem como objetivo preservar, no registro escrito das entrevistas, alguns traços característicos de interações face a face – como hesitações e reformulações –, assim destacando o caráter situado, fugaz, instável e “em formação” das falas. Para isso, opto por uma adaptação simplificada das convenções de transcrição utilizadas por Borba (2016) e Garcez, Bulla e Loder (2014). O quadro com os símbolos e seus significados encontra-se a seguir:

⁶ Todas as traduções de trechos originalmente em inglês foram realizadas por mim. Para conferir maior fluidez ao texto, elas não serão sinalizadas daqui em diante.

símbolo	descrição	fenômeno interacional
<i>fala</i>	itálico	ênfase em palavra
FALA	maiúscula	volume mais alto
fa(hh)la(hh)	série de agá entre parênteses	riso ao falar
@ @ @ @ @	série de arrobas	risada
fal-	hífen	marca de corte abrupto
[comentários]	palavras entre colchetes	meus comentários
...	reticências	silêncio curto ou alongamento do fone/som anterior
fala (2.0) fala	números entre parênteses	medida de silêncio em segundos ⁷

Transcrevi as quatro entrevistas integralmente e, após diversas passagens pelo material e com base em leituras realizadas previamente tanto na área acadêmica quanto no âmbito das mídias sociais, agrupei as falas das participantes a partir de categorias tais como: primeira menstruação, relação com o sangue e com o período menstrual, uso da pílula anticoncepcional, uso do coletor menstrual e de absorventes, médicos e medicina, conhecimento do corpo, feminismo, indústria farmacêutica, indústria de higiene feminina, sexo durante a menstruação, sexualidade, sustentabilidade, saúde, ser mulher, assédio sexual, arte menstrual, veganismo, menstruação e homens trans⁸. Os temas que nesta lista estão compreendidos entre “primeira menstruação” e “indústria farmacêutica” (estes dois inclusos) mostraram-se mais recorrentes. Portanto, por questões de espaço e de tempo, selecionei estes para serem desenvolvidos no trabalho. Partindo destes, agrupei os discursos em três grandes eixos temáticos, com base nos quais foram realizadas as análises e a estruturação dos capítulos.

⁷ Foram apenas medidos os silêncios de dois segundos ou mais.

⁸ Essa questão é trazida por Antônia: “Eu sei que cê tá investigando a relação entre menstruação e mulheres cis. Cê não pensou em investigar a relação entre menstruação e homens trans? Ou você acha que... você ia acabar entrando num [...] numa outra coisa completamente diferente perder o foco? [...] É toda uma outra... uma outra coisa de corpo, né? Toda uma outra... uma outra ideia de... [...]”. Como aponta a participante, a vivência da menstruação poderia também ser abordada por meio da perspectiva de pessoas que nasceram com útero, mas que se identificam como homens. Neste trabalho, optei por abordar o tema com foco em mulheres cis. No entanto, a desvinculação entre feminilidade e menstruação vem ganhando alguma atenção até mesmo em meios não acadêmicos, como se pode notar na chamada “oi, pessoal que tem útero”, presente em uma campanha brasileira de coletores menstruais que tem a Youtuber Jout Jout como garota-propaganda.

Assim, tomando como inspiração as ideias de Latour ([2005] 2012)⁹, o trabalho foi ganhando existência com base nos discursos das cinco mulheres, que orientaram as escolhas teóricas e teórico-analíticas que compõem o texto. Dessa forma, a dissertação foi sendo tecida com base “[n]aquilo que [elas] fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar” (LATOUR, 2012, p. 217), com foco no trabalho discursivo de construção de inteligibilidades e desnaturalização de regimes produtores de verdades e saberes-poderes.

Portanto, no primeiro capítulo, são discutidos os sentidos produzidos acerca da menstruação em perspectivas sócio-culturais, com foco em temas como tabus menstruais, construção do nojo e da impureza e primeira menstruação. Nesse capítulo, os discursos das participantes sobre suas experiências com o sangramento são articulados com textos (principalmente) da antropologia na construção de entendimentos sobre questões de gênero que atravessam a ideia de menstruação, as quais apontam para categorias como perigo, impureza, nojo, feminilidade, maturidade, (hetero)sexualidade, entre outras.

No segundo capítulo, é abordada a centralidade de perspectivas (bio)médicas na construção de entendimentos sobre o período menstrual e sobre o corpo feminino, analisando-se questões relacionadas à patologização da menstruação, ao uso da pílula anticoncepcional e à supressão hormonal do sangramento menstrual. As falas analisadas nesse capítulo apontam para uma problematização dos significados neoliberais, heteronormativos e pós feministas (entre outros) produzidos por discursos médicos e farmacêuticos acerca da menstruação.

No terceiro capítulo, o foco está nas disputas mobilizadas em discursos sobre o coletor menstrual, as quais voltam-se para a produção de sentidos e relações acerca das ideias de liberdade, autoconhecimento corporal e feminismos. Nesse capítulo, a perspectiva de indivíduo do liberalismo e sua influência na construção de entendimentos recorrentes sobre escolha, autonomia e liberdade são problematizadas à luz dos discursos das mulheres entrevistadas sobre o uso do coletor menstrual, objeto frequentemente acoplado a sentidos feministas e libertadores. Por fim, na última seção do texto, teço algumas considerações sobre o percurso traçado nesta dissertação.

Tipo de pesquisa

A orientação epistemológica adotada neste trabalho é interpretativista (BRYMAN, 2012), já que o discurso das participantes não é entendido nem como um meio para a obtenção

⁹ Para conferir maior fluidez ao texto, o ano original de publicação das obras citadas nesta dissertação só será explicitado na primeira ocasião de sua aparição no trabalho. Entretanto, ambos os anos podem ser recuperados pelx leitorx na seção de referências bibliográficas.

de resultados, nem como um produto a ser explicado, mas como parte de um processo a ser entendido. Essa orientação implica um entendimento ontológico construcionista, que está baseado na ideia de que “os fenômenos sociais e seus significados são continuamente realizados por atores sociais”, estando, assim “em constante estado de revisão” (BRYMAN, 2012, p. 33).

Com base nessa perspectiva, adoto uma visão performativa de linguagem – que será discutida na próxima seção –, entendendo que os objetos e significados que constituem a vida social são produzidos, reconstruídos e negociados discursivamente. Assim, as identidades de gênero das participantes – assim como as de raça, sexualidade etc. – não são interpretadas como elementos estáticos, mas como produtos dinâmicos de performances discursivas “cristaliza[da]s no tempo para produzir uma aparência de substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, [1990] 2003, p. 59). A adoção dessa perspectiva também implica que os conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa são construções situadas sócio-historicamente (BRYMAN, 2012) conduzidas por mim, uma mulher feminista, branca, heterossexual, vegana, de esquerda, de classe média, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, usuária do coletor menstrual e da pílula anticoncepcional. Assim, dadas as orientações epistemológica e ontológica adotadas, o trabalho é realizado com base no paradigma qualitativo de pesquisa. Como afirmam Denzin e Lincoln (2006), “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (p. 23).

Consequentemente, este trabalho não busca construir generalizações ou descobrir relações de causa e efeito entre elementos da vida social (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014) mas analisar casos particulares com base em uma postura êmica, característica de pesquisas qualitativas (DENZIN & LINCOLN, 2006). Assim, procura-se entender os pontos de vista das participantes, trabalhando-se a partir de categorias emergentes de seus discursos – e, simultaneamente, projetadas sobre estes –, evitando-se a assunção de uma postura externa, supostamente objetiva (BROWN, 2004). Como afirma Moita Lopes (2004), “os conhecimentos teóricos que nos interessam são particulares, situados e contextualizados” (p. 167).

A pesquisa qualitativa pode ser considerada um paradigma altamente mutável cujas premissas orientam – porém não determinam – modos de se fazer pesquisa. Ela pode ser definida como um “um conjunto de atividades interpretativas [que] não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação a outra” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 20). Assim, pesquisadorxs qualitativxs atuam como *bricoleurs* (faz-tudo), já que operacionalizam os recursos das múltiplas fontes que estão a seu alcance de forma a construir montagens interpretativas híbridas e dinâmicas (DENZIN & LINCOLN, 2006). Como apontam xs autorxs:

O bricoleur interpretativo entende que a pesquisa é um processo interativo influenciado pela história pessoal, pela biografia, pelo gênero, pela classe social, pela raça e pela etnicidade dele [ou dela] e daquelas pessoas que fazem parte do cenário. [...] O bricoleur político sabe que a ciência significa poder, pois todas as descobertas da pesquisa têm implicações políticas. Não existe nenhuma ciência livre de valores. (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 20).

Dessa forma, as escolhas metodológicas realizadas por mim neste trabalho não são entendidas como “ferramentas” neutras (BRYMAN, 2012) nem estáticas (DENZIN & LINCOLN, 2006). As estratégias de pesquisa são construídas ao longo do processo, tendo como base minha subjetividade, minhas visões de mundo, meus posicionamentos políticos e referenciais teóricos, sendo também informadas pelo contexto, objetivos e participantes da pesquisa.

Visão performativa da linguagem e do gênero

A ideologia linguística que mais contribui para uma ilusória conferência de autoridade e autenticidade (BRIGGS, 2007) às investigações científicas é o paradigma referencial da linguagem. Partindo-se dessa visão, a linguagem seria um instrumento neutro, um “intermediário” (LATOURETTE, 2012) entre o mundo e o indivíduo racional teorizado no Iluminismo, o qual faz uso do discurso para representar uma verdade interior ou exterior por meio de conceitos pré-fabricados. Como aponta Fabrício (2016) em crítica a tal perspectiva, uma visão referencialista de linguagem pressupõe uma relação linear entre o mundo real, a ideia e o nome.

Dessa forma, haveria objetos, fenômenos, pensamentos etc. que existiriam pré-linguagem e esta seria formada a partir de convenções capazes de refletirem e representarem mundos sociais e psicológicos de forma límpida e sem ruídos. A adoção da perspectiva referencialista da linguagem pressupõe a existência de realidades incontestáveis, projeta relações de causa e efeito entre eventos, produz binarismos como natureza/cultura e essencializa “fronteiras simbólicas que separam línguas, culturas, sujeitos sociais, corpos, saberes, e disciplinas” (FABRÍCIO, 2016, p. 3). Com base nessa tradição, são realizadas projeções que

categorizam, hierarquizam, generalizam e particularizam, ao mesmo tempo em que apagam os rastros semióticos do trabalho realizado.

Pode-se dizer que as entrevistas são frequentemente entendidas como práticas informadas por ideologias referencialistas de produção, circulação e recepção de discursos, assim contribuindo para a projeção da fala das entrevistadas como uma autoexpressão interna de indivíduos autônomos (BRIGGS, 2007) e para o apagamento do trabalho que costura uma linearidade pontual na trajetória caótica dos discursos. Contrariamente a essa visão, entendo as entrevistas como produtoras de “sujeitos, objetos, textos, conhecimento e autoridade” (BRIGGS, 2007, p. 552).

Em alternativa à visão de discurso como representação de uma verdade interna ou externa, alinho-me à ideia foucaultiana de discurso como acontecimento. Segundo o autor, “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” ([1971] 2014, p. 46). Em outras palavras, o discurso criaria a realidade e produziria efeitos materiais, sendo, assim, performativo. A visão performativa de linguagem baseia-se, principalmente, na teoria dos atos de fala, descrita por Austin ([1962] 1990).

Em *Quando dizer é fazer: palavras e ações*, o autor reconhece dois tipos de enunciado utilizados nas interações linguísticas, nomeando-os constatativos e performativos. Os constatativos são enunciados que realizam descrições da realidade que podem ser entendidas como verdadeiras ou falsas a partir da análise da situação extralinguística. Já os performativos são ações sobre a realidade, não podendo ser classificados de acordo com sua veracidade, mas com base em sua felicidade ou infelicidade. Por exemplo, para que o enunciado “Eu vos declaro marido e mulher [sic]” seja feliz, é necessário que seja proferido por um padre, que se dirija a (somente) duas pessoas, que estas sejam maiores de idade, que não tenham passado pelo mesmo ritual religioso anteriormente, que tenham, respectivamente, um pênis e uma vagina etc. Quando “a situação total de fala” atende a essas condições de felicidade, ou seja, caso o contexto linguístico/extralinguístico do proferimento seja favorável e as intenções dx enunciadorex genuínas, o enunciado realiza um ato de fala. Mais adiante no livro, entretanto, Austin reconhece que mesmo os constatativos têm um poder performativo, ou seja, que “a linguagem em si é performativa: faz a realidade” (BORBA, 2014, p. 462).

O que Austin considera proferimentos vazios ou citações – como a fala de uma atriz no palco – Derrida destaca como exemplos prototípicos de funcionamento dos performativos. O filósofo afirma que a citacionalidade que Austin coloca em segundo plano é um aspecto constitutivo da linguagem, sendo uma condição necessária para a realização de um

performativo, já que a situação total de fala deve ser construída por elementos socialmente identificáveis para que o performativo seja um ato de fala inteligível:

Por fim, o que Austin exclui como anomalia, exceção, “não sério”, a *citação* (na cena, num poema ou num solilóquio) não será a modificação determinada de uma citacionalidade geral – de uma iterabilidade geral, antes, – sem a qual não haveria mesmo performativo “conseguido”? (DERRIDA, [1971] 1991, p. 368).

Assim, o foco não deveria estar nas intenções do falante ou no contexto extralinguístico em questão, mas no caráter reconhecível dos próprios enunciados (MILANI, no prelo). Derrida desenvolve a noção de iterabilidade, que é o processo simultâneo de repetição e mudança. Partindo-se dessa perspectiva, entende-se que a transposição de signos linguísticos de um contexto a outro nunca é perfeita, carregando traços de contextos anteriores e, assim, inaugurando novas formas de uso da língua por meio da citação.

O entendimento da linguagem como performativa está na base da ideia de performatividade de gênero, a partir da qual entende-se que enunciados como “É uma menina!” não descrevem a realidade de um bebê, mas iniciam um processo de prescrição de determinados comportamentos associados a pessoas com vagina (LIVIA & HALL, 1997). Da mesma forma, como veremos na fala de uma das entrevistadas no capítulo um, declarações como “Helena já é uma mocinha” não constata um fato, mas inauguram a existência de um ser (hetero)sexual e feminino. Como aponta Butler na introdução de *Corpos que importam*:

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele” ou em uma “ela”: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma. (BUTLER, [1993] 2000, p. 116).

Todavia, a inscrição de um indivíduo nesse domínio de inteligibilidade de gênero e sexualidade pode ser contestada. Com base no conceito de iterabilidade de Derrida, Butler

([1990] 2003) postula que performances que não respeitam a linearidade entre as categorias da matriz heterossexual, como as de *drag queens*, “demonstram que a realidade do gênero não é fixa e expõe[m] tal realidade como tenuamente constituída por repetições que rompem a matriz de inteligibilidade” (BORBA, 2014, p. 467). Além disso, como afirma Milani (no prelo, p. 4): “É precisamente na *fenda* entre intenções e efeitos, entre autoria e recebimento, em que há a promessa de ressignificação, de disputa semiótica e do potencial para a emancipação política”.

Assim, de acordo com Butler (1988), o gênero não deve ser entendido como a expressão social de uma essência interior pautada na ideia de sexo, mas como produto de uma lógica performativa a partir da qual atos individuais percebidos como generificados tanto constituem quanto são constituídos pela ideia de identidade de gênero. Dessa forma, tais atos individuais são performativos, já que sua repetição contínua produz a aparente materialidade do gênero ao mesmo tempo em que é circunscrita por estruturas regulatórias mais abrangentes.

Além disso, a autora afirma que o binarismo artificial entre os sexos/gêneros masculino e feminino serve à manutenção da heterossexualidade compulsória e da matriz heterossexual (BUTLER, 2003), ou seja, da exigência de relações lineares pré-determinadas entre o órgão genital e os hormônios de uma pessoa, sua performance de gênero e a direcionalidade de seu desejo. Caso essa linearidade não seja respeitada, o indivíduo pode sofrer sanções sociais e ser posicionado fora dos limites de inteligibilidade cultural. Por outro lado, performances “corretas” de gênero e sexualidade asseguram a manutenção de um essencialismo fictício, de uma cópia sem original (BUTLER, 2003). Nessa mesma linha, Milani afirma:

De forma geral, o gênero é como um holograma, o qual pode não ter consistência ontológica, mas é ainda assim mantido vivo e visível pelo contínuo grau de investimento que indivíduos colocam nele em suas tarefas diárias. (MILANI, no prelo, p. 5).

Portanto, é importante ressaltar que não haveria um esforço consciente por parte de uma figura autoritária no sentido de manter o binarismo de gênero a qualquer custo, mas sistemas capilares de poder que se sustentam por meio da naturalização daquilo que é socialmente construído (cf. FOUCAULT, 2014). Como afirma Butler (2000, p. 111), “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”. Portanto, os discursos da medicina que veremos no capítulo dois não são aqui entendidos como intencional e linearmente forjados para a manutenção do controle masculino sobre as mulheres

– ou seja, como parte de uma agenda oculta –, mas como discursos que, apesar de produzirem relações de subordinação, são por vezes descontínuos:

O fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalçado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. [...] Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (FOUCAULT, 2014, p. 49-50).

Por outro lado, uma análise da produção do gênero que parta apenas de atos individuais não daria conta da complexidade da questão, já que, como alega Butler (2003), além de o gênero não ser resultado de uma escolha individual, os atos individuais de uma pessoa podem ou não ser reconhecidos como atos de gênero inteligíveis. Portanto, ao mesmo tempo em que há performances que resistem a normas hegemônicas, a lógica da performatividade orienta quais atos são possíveis/existentes, assim como quais indivíduos são considerados pessoas inteligíveis. Dessa forma, “a realidade do gênero é performativa, o que significa, simplesmente, que ela é real apenas na medida em que é performada” (BUTLER, 1988, p. 527).

Além disso, não apenas a realidade do gênero, mas a própria materialidade do sexo seria performativa, sendo resultante de uma história de investimentos discursivos repetidamente produzidos sobre os indivíduos. Como indicado pelo estudo realizado por Laqueur ([1990] 2003) acerca das concepções de sexo antes e após o século XVII, o corpo da mulher passa a ser considerado como essencialmente oposto ao do homem apenas a partir do Iluminismo, sendo antes entendido como uma versão menos evoluída do corpo masculino:

Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica. (LAQUEUR, 2003, p. 8).

A descrição do autor acerca da passagem do modelo do sexo único para o modelo dos dois sexos – que atualmente é entendido como um fato biológico, sendo, portanto, incontestável – evidencia o caráter instável e socialmente construído do que julgamos natural. Isso não

significa, todavia, que não exista o corpo dito “material”, mas que tal materialidade é apenas inteligível dentro de uma estrutura regulatória:

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria [...] O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, p. 111).

Assim, apesar de minha abordagem das questões relacionadas à menstruação limitar-se à análise das experiências de pessoas com útero que se identificam como mulheres, entendo que a feminilidade não está atrelada ao útero, aos ovários ou aos hormônios ditos “femininos”, assim como a menstruação não está necessariamente interligada ao que se convencionou chamar de feminilidade. Como “a menstruação existe em uma complicada encruzilhada entre o sexo e o gênero” (BOBEL, 2010, p. 155), é importante ressaltar que nem todas que se identificam como mulheres menstruam, bem como nem todas que menstruam se identificam como mulheres. Assim, este trabalho é construído com base em uma visão performativa – e, portanto, antiessencialista – do gênero, do sexo e da linguagem.

Participantes e contexto das entrevistas

A primeira entrevista foi realizada com Antônia, no dia 14/06/2017 no Campus Maracanã da UERJ, após sairmos de uma disciplina da pós-graduação que ela cursava como ouvinte e eu, como aluna especial. A entrevista teve início por volta das 12h40 e duração de 47min21s. Em resposta à primeira pergunta (“Poderia falar um pouco sobre você?”), Antônia diz:¹⁰

Antônia: Bom. Tenho trinta e oito anos, eu sou casada há dezoito anos, trabalho com meu marido, a gente tem uma empresa de... [ramo da empresa], segunda empresa que a gente tem, teve uma outra que faliu antes, a gente já trabalhou com barco, a gente já fez outras coisas, e...

¹⁰ Para preservar o anonimato das participantes, algumas informações foram omitidas de suas falas iniciais.

eu... me formei em moda, um curso tecnólogo já tem um te- tem muito tempo atrás. Eu não sou acadêmica, mas através do ativismo acabei entrando em contato com a academia né, o ativismo no caso feminista na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, foi por onde eu comecei, mas aí também... fiz parte da ala feminista da Marcha da Maconha, é... você- quando cê é feminista interseccional você aca(h)ba... às vezes... fazendo vários ativismos, né. É... através daí, eu entrei em contato com várias amigas que são feministas e são acadêmicas, eu passei a... a... a ter uma vontade maior de estudar e... e... comecei a frequentar ano passado, foi a primeira vez que eu fiz um curso como ouvinte que foi o da [nome da professora] e da [nome] e agora tô fazendo esse da [nome]. [...] Então... é... eu gosto muito, enquanto eu tiver tempo de fazer isso eu vou ficar fazendo isso. Resumo mais ou menos é isso- ah optei por não ter filhos, sou ótima tia @@@ mas é isso.

Sobre ser feminista, Antônia declara:

Antônia: Eu falo que ser feminista é uma coisa que você é o tempo todo, cê não deixa o feminismo em casa quando cê vai na padaria, ou quando cê vai trabalhar, quando cê vai fazer outra coisa, né, você- é uma coisa que faz parte de da... Dentre as muitas coisas que eu sou, que podem ser usadas pra me descrever, feminista com certeza é uma de(h)las.

A segunda entrevista foi realizada com Mariana em 31/08/2017, tendo lugar em seu apartamento na Zona Sul do Rio de Janeiro por volta das 18h50, com duração de 17min27s.

Sobre si, Mariana fala:

Mariana: É... eu sou ativista da March- eu sou ativista feminista, faço parte da construção da Marcha das Vadias e da coletiva lésbica Sapa Roxa, é... já fiz parte da construção da ala feminista da Marcha da Maconha, hoje em dia não faço mais, eu faço doutorado em [Direito] na UFRJ também, e lá eu fiz o mestrado, é, e fiz a graduação também, então... cria da casa. É... sou pesquisadora do [nome do laboratório], que é o laboratório de [...], eu trabalho com... teoria do direito a partir da perspectiva dos movimentos sociais. Língua- direito e linguagem principalmente.

Mariana: [...] Eu sou sapatão há- des- desde os dezoito anos, eu tenho trinta e três [...].

Em resposta à pergunta “Por que você se considera feminista?”, Mariana diz:

Mariana: Por que que eu me considero feminista? Porque sim, porque é ti(h)po @@@ toda a minha produção de vida é em torno do feminismo, em torno do combate de toda a forma de opressão, e... sempre buscando pensar de que forma que a gen- a gente pode tanto mudar pessoalmente quanto o nosso círculo em volta, e é isso né, é... minha principal atividade é ser acadêmica, e trabalho com direito com teorias críticas feministas, assim, então... também além de a mim mesmo, as pessoas à minha volta, como que a gente pode contribuir pra mudar a sociedade, assim, então, são é a- é o- o núcleo duro da minha vida é o feminismo. A partir disso que eu faço tudo.

A terceira entrevista foi realizada em 12/09/2017 com Camila. A participante é a única que não utiliza o coletor menstrual atualmente, não tendo se adaptado ao produto. A conversa inicia por volta das 16h25 em seu apartamento na Lapa, com duração de 48min09s. Camila apresenta-se desta forma:

Camila: Bom, tenho trinta e sete anos, é... agora trabalho como professora substituta de Psicologia da Educação na [universidade pública no Rio], também tô no meio do doutorado... Estudo masculinidades, na verdade as estratégias de uma rede internacional para o envolvimento dos homens na equidade de gênero, desde os dezenove anos sou feminista, trabalho com gênero né, desde o primeiro estágio na faculdade. Comecei trabalhando com... é... catadoras de lixo, do lixão do Jardim Gramacho. Era uma pesquisa etnográfica lá, depois a gente fez alguns outros trabalhos pela Baixada Fluminense com profissionais da educação... Depois disso ent- eu fiz também pesquisas em análise do discurso... Com mulheres executivas, com os homens também, pra uma pesquisa que se chamava [nome da pesquisa], fui bolsista de iniciação científica. Depois fui pro mestrado, emendei o mestrado e fiz um trabalho que era pra pensar as estratégias de prevenção à AIDS de agentes comunitários de prevenção. Na verdade eu fazia uma relação com o trabalho de profissionais de saúde também, tentava pensar, valorizar as estratégias dessas agentes locais, esses trabalhos que eram feitos na comunidade. Trabalhei quatro anos numa ONG, é, que coordenou essa pesquisa junto com a UFRJ. É... apoiando o trabalho de lideranças comunitárias na prevenção de AIDS... E nesse momento, gênero era... alguma coisa que era transversal, não era o foco principal do trabalho. Também ganhei uma bolsa, fui pra França, fiz um estágio lá pra entender os trabalhos que eram feitos com a população migrante de prevenção à AIDS, também os trabalhos com jovens, quando eu voltei continuei um pouquinho, alguns meses o trabalho nessa ONG, que eu mencionei, que trabalhava com as lideranças comunitárias na prevenção de AIDS e depois fui pro [...]. Lá eu trabalhei onze anos pensando estratégias para o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero, saí tem um ano. Exatamente um ano. E é isso... Enfim, falando da minha trajetória profissional. Não sou casada, nunca fui casada, não tenho filhos. Tenho uma sobrinha linda, que e(h)ra o que eu sem(h)pre quis ter. Sobrinha @@

Sobre feminismos, Camila fala:

Camila: É, na verdade eu não só sou feminista em relação né, às ideias, acho que desde pequena. É, em relação né, a- a uma certa luta pela igualdade entre homens e mulheres... A uma certa luta não, né, assim, bom, primeiro que eu acredito e pra mim, é... é uma missão de vida. Né, o trabalho de equidade entre homens e mulheres. Trabalho de respeito às diferenças também de maneira geral. Desde sempre. E eu trabalho com isso, né? Eu discuto isso, é o meu tema de trabalho, então... sou feminista... por missão e por profissão. Um pouco.

A quarta e última entrevista teve lugar na casa de Helena no centro do Rio, no dia 27/11/2017, por volta das 12h30. Quando cheguei ao local, Helena me apresentou a Luiza, sua namorada, e me perguntou se ela também poderia participar da conversa. Assim, realizamos uma entrevista conjunta, que teve duração de 1h24min19s. Sobre si, as participantes falam:

Helena: Bom, meu nome é Helena, tenho quarenta e dois anos, é... Sou professora universitária... Não sei, não tô muito inspirada hoje não, acho que é isso. @ Sou, é... formada em História, Arquivologia, é isso.

Helena: [...] primeiro que eu tinha relações com homens, né, e fui casada e usava- e eu assim, nunca planejei ter filhos, né [...].

Luiza: Meu nome é Luiza, tenho vinte e quatro anos, é... sou estudante de Gastronomia... Fiz Filo- é, quase completei mas não cheguei a me formar, mas cheguei nos últimos períodos da faculdade de Filosofia, aí depois resolvi fazer Gastronomia. É isso.

Luiza: [...] porque eu comecei a me relacionar com mulheres eu tinha dezesseis anos, então... e, assim, minha vida sexual ficou ativa sei lá... acho que por aí, sabe, é, foi muito... tive *um* namorado, então... depois eu me relacionei só com mulheres, então.

Sobre feminismos, as Luiza e Helena dizem:

Luiza: Bom, é... feminismo pra mim é a igualdade de gênero né, total, assim. Não essas coisas que as pessoas inventam aí que falam “Não eu quero- cês querem os homens, feminismo é o contrário de machismo” não, não, nada disso.

Helena: O feminismo não é um diálogo único, e... tem interseções... [...] Eu acho que é um grupo muito importante, né [Degenera – UERJ], pra isso, pra discutir vários tipos de... feminismo, de... desconstrução de gênero... né, muito legal. [...] foi muito, *muito* interessante pra mim porque, assim, relacionamento com mulheres pra mim, como é muito tardio, foi uma coisa que começou só aos 33 anos... e... pra mim foi um choque muito grande, assim. Começar a ver grupos LGBTs e... “Gente que que tá acontecendo aqui, esse grupo LGBT é dominado por homens, então... que que é isso?”

Os cinco nomes que aparecem aqui são fictícios, alguns escolhidos pelas próprias mulheres e outros, por mim. Como forma de valorizar as categorias que emergem em seus discursos sobre si mesmas, optei por não realizar perguntas mais direcionadas nesse momento das entrevistas. Entretanto, como se pode perceber ao longo do trabalho e nos trechos destacados anteriormente, as cinco participantes são mulheres que apresentam formação intelectual significativa (seja de origem acadêmica ou ativista), sendo, além disso, moradoras do Centro do Rio de Janeiro (com exceção de Mariana, que mora na Zona Sul). No decorrer dos capítulos, outros aspectos dos posicionamentos e subjetividades das participantes são construídos em suas falas.

1. INTELIGIBILIDADES CONSTRUÍDAS SOBRE A MENSTRUACÃO

Que os corpos femininos relatem, então, essa dupla história: do desqualificado, do dominado, ou da sujeição; mas igualmente da invenção do indivíduo-sujeito, da criação do poder e do poder-fazer sobre o próprio corpo, para que se evidencie, afinal, qual sujeito é este que se formou.

(SCHRAIBER, 2002, p. 14)

1.1. Tabus menstruais

Em diferentes contextos históricos e culturais, as interpretações sobre a experiência de menstruar são abundantes. Segundo Sardenberg (1994), Aristóteles acreditava que o olhar de uma mulher menstruada tinha o poder de enfeitiçar um homem. Plínio, o Velho, estudioso romano que viveu no século 1 d.C., alega:

Nada é mais notável do que o fluxo menstrual das mulheres. Ao seu contato, o vinho novo azeda, as colheitas estragam, as plantas enxertadas morrem, as sementes dos jardins secam, os frutos das árvores caem [...] e um cheiro horrível se espalha pelo ar; ao senti-lo, os cães ficam loucos e sua mordida transmite um veneno sem antídoto. (WADE, 1989, p. 9 apud SARDENBERG, 1994, p. 321).

Sardenberg (1994) realiza uma breve retomada das principais pesquisas antropológicas realizadas em sociedades primitivas, demonstrando que, em maior ou menor escala, a mulher menstruada é submetida a práticas de isolamento da comunidade, abstenção do trabalho, proibições sexuais, suspensão na participação de atividades sagradas e obediência a tabus alimentares. Foi demonstrado que o isolamento é praticado pelos Apinayé e os Timbira, nativos do Brasil, os Ojibwa, nativos do Canadá, os Ashanti da África, pelos aborígenes australianos, entre outros. Entre povos nativos de Samoa e das Ilhas Trobriandesas, não foi observada a prática do isolamento; no entanto, estava presente a prática da abstinência sexual durante o período menstrual.

Diversas pesquisas associam tal isolamento a discursos como o de Plínio, baseados em uma crença na negatividade que irradiaria das mulheres menstruadas (cf. SARDENBERG, 1994). A partir desse entendimento, tais mulheres seriam capazes de prejudicar atividades da

comunidade, tanto as de caráter econômico quanto as do âmbito ritualístico. Em relação às atividades sagradas, a autora apresenta indicações de que a prática de suspensão da participação de mulheres menstruadas é pervasiva, tendo sido identificada na tradição judaico-cristã¹¹, islâmica (DELUMEAU, 1989 apud SARDENBERG, 1994), candomblecista (SANABRIA, 2011) e entre um grupo de benzedeadas em Alagoas (ARAÚJO, 1979 apud SARDENBERG, 1994). Assim, pesquisas realizadas dentro e fora do Brasil e em diferentes contextos apontam para uma possível associação entre a menstruação, a impureza e o perigo.

Segundo a autora, mais recorrentes do que as práticas de isolamento são os tabus alimentares impostos às mulheres menstruadas. No Brasil, demonstra-se frequente a recomendação de que não se comam alimentos considerados “frios” e que não se produza nada manualmente – como, por exemplo, um bolo – sob pena de que o resultado seja fracassado. É interessante notar que, ainda que à primeira vista essas ideias não pareçam aplicar-se a um contexto urbano atual, algumas delas foram mencionadas em uma roda de conversa sobre menstruação e coletores menstruais realizada na Faculdade de Letras da UFRJ em 22 de junho de 2015.¹² Durante a conversa, a maioria das universitárias presentes alegou já ter recebido de conhecidos e familiares o conselho de que não lavassem a cabeça no período menstrual – para que o sangue não “subisse à cabeça” –, bem como de que não preparassem bolos – já que seria grande a probabilidade de ficarem “solados”. Uma estudante também comentou já ter sido instruída a não consumir bebidas geladas durante a menstruação.

Apesar de tais costumes parecerem apontar para uma visão sexista da menstruação, Sardenberg (1994) problematiza as interpretações androcêntricas e ocidentais dos tabus menstruais observados em sociedades ditas primitivas, as quais descreveriam a segregação de mulheres menstruadas com base em um referencial judaico-cristão de pureza/impureza. De acordo com a autora, antropólogas feministas vêm revisando tais pesquisas e partindo de referenciais não binários na tentativa de reenquadrar teoricamente as inteligibilidades construídas.

Portanto, ainda que práticas como a exclusão de mulheres do convívio social durante a menstruação tenham sido observadas em diversas sociedades, Sardenberg enfatiza a necessidade de que as interpretações dessas práticas sejam pautadas em análises que levem em conta a inter-relação entre os símbolos, significados e práticas imbuídos na construção de ideias

¹¹ “Mas a mulher, quando tiver fluxo, e o seu fluxo de sangue estiver na sua carne, estará sete dias na sua separação, e qualquer que a tocar será imundo até a tarde./E tudo aquilo sobre o que ela se deitar durante a sua separação será imundo; e tudo sobre o que se assentar será imundo.” (LEVÍTICO 15, 19-20).

¹² Roda de conversa realizada como parte do calendário de atividades da greve de 2015 na UFRJ. Na época em que escrevia meu TCC, participei dessa atividade e tomei notas para o trabalho.

acerca da menstruação. A autora traz o exemplo do povo Yurok, nativo dos Estados Unidos, cuja prática de isolamento de mulheres menstruadas havia sido classificada por estudos antropológicos tradicionais como decorrente dos supostos poderes negativos do sangue menstrual. A retomada da pesquisa por outro autor trouxe uma nova interpretação: os dias de fluxo estariam relacionados ao período lunar da mulher, no qual esta encontra-se no ápice de seus poderes, devendo, portanto, resguardar suas energias, não as empregando em atividades sociais ou conjugais.

Dessa forma, é essencial que se revejam as interpretações androcêntricas acerca da menstruação como fenômeno social, as quais, em sua busca por explicações que justifiquem a existência de uma aversão universal ao sangue menstrual, não questionam essa suposta universalidade (SARDENBERG, 1994). Além disso, a ênfase em explicações monocausais dos tabus teria contribuído para a pobreza dos conhecimentos construídos sobre o assunto (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Isso não significa que se deva olhar para tais práticas com o objetivo de buscar pontos de resistência – ou mesmo de conformação às normas –, mas “[...] pensar na variedade de formas em que as normas são vividas e habitadas, desejadas, alcançadas e consumadas” (MAHMOOD, 2005, p. 23).

Um ponto similar é desenvolvido por Belaunde (2006) em artigo sobre os significados do sangramento na cosmologia indígena amazonense e sua relação com a construção do gênero. A autora critica as concepções ocidentais de indivíduo generificado que informam estudos antropológicos sobre as práticas menstruais na Amazônia, afirmando que tais práticas são frequentemente interpretadas à luz da projeção da ideia de patriarcalismo, que, além de refletir uma concepção de gênero que não se mostra presente na cosmologia amazonense, parte do pressuposto de que mulheres estão necessariamente subordinadas a homens.

Baseando-se em trabalhos de Joanna Overing (1981, 1986)¹³ e em sua própria pesquisa, Belaunde defende que a criação de inteligibilidades sobre o sangramento de mulheres amazonenses seja pautada em entendimentos indígenas, os quais são construídos com base em uma noção de indivíduo que não se encaixa na lógica da divisão patriarcal de gênero. Além disso, a autora problematiza o foco dado pela antropologia às práticas de restrição menstrual observadas por mulheres amazonenses. Segundo Belaunde, dentre os diversos possíveis caminhos de análise do sangramento das mulheres, a subordinação ritual feminina durante a

¹³ OVERING KAPLAN, Joanna. Review Article: Amazonian Anthropology, *Journal of Latin American Studies*, v. 13, n. 1, p. 151-164, 1981; OVERING, Joanna. Men Control Women? The Catch-22 in Gender Analysis, *International Journal of Moral and Social Studies*, v. 1, n. 2, p. 135-156, 1986.

menstruação – e seu enquadramento teórico em um paradigma binário subordinação/resistência (MAHMOOD, 2005) – parece ter sido o ponto de maior interesse antropológico.

Essa subordinação estaria refletida nas práticas de isolamento, tabus alimentares e no entendimento do sangue menstrual como perigoso. Entretanto, a autora aponta que o período de sangramento das mulheres também requer o cumprimento de responsabilidades rituais masculinas, as quais criariam uma interdependência entre homens e mulheres. Além disso, a diferenciação entre mulheres e homens e entre pessoas se daria por meio da incorporação ao sangue de diferentes experiências de vida de forma não essencialista ou determinista. Dessa forma, as diferenças “permanecem altamente significativas e não podem ser reduzidas a identidades estáticas de gênero predefinidas *en bloc*. Cada pessoa incorpora o ser homem ou mulher de maneira própria e pessoal” (BELAUNDE, 2006, p. 215).

As críticas ao determinismo e ao etnocentrismo subjacentes ao estudo antropológico dos tabus menstruais já haviam sido realizadas por Thomas Buckley e Alma Gottlieb no livro *Blood magic: the anthropology of menstruation*, de 1988 (em tradução livre, *Mágica do sangue: a antropologia da menstruação*). Xs autorxs problematizam o modelo de opressão feminina que informa a construção de inteligibilidades sobre tais tabus, apontando para o “colapso de diversas categorias de regras e tabus em um conceito único de ‘tabu menstrual’” (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 10). Assim, seriam frequentes as pesquisas que associam a noção de tabu à de opressão e, conseqüentemente, os tabus menstruais à opressão das mulheres. Como exemplo da seletividade que perpassa tais estudos, Buckley e Gottlieb apontam que, quando o contato de mulheres menstruadas com objetos ligados às atividades masculinas é proibido, tal fato é interpretado como reflexo da exclusão feminina de atividades de prestígio. Todavia, quando aos homens é proibido o contato com elementos entendidos como femininos, as interpretações propostas pela literatura costumam partir do mesmo paradigma de subordinação feminina, descrevendo a mulher e seu sangue como agentes poluidores. Como apontam xs autorxs:

“O tabu menstrual” propriamente dito não existe. Em vez disso, o que é encontrado no estudo transcultural é uma ampla gama de regras de conduta distintas sobre a menstruação que traduzem propósitos e significados diferentes e até mesmo opostos. Diversos tabus menstruais, em vez de protegerem a sociedade de um mal feminino universalmente atribuído, explicitamente protegem a criatividade espiritual de mulheres menstruadas da influência de outros [...]. Em outras culturas, em vez de

subordinarem mulheres que são temidas por homens, os costumes menstruais lhes dão condições de assegurar sua própria autonomia, influência e controle social. “O tabu menstrual”, em resumo, é simultaneamente quase universal e detentor de significados que são ambíguos e frequentemente multivalentes. (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 7).

Assim, os sentidos produzidos em torno dos tabus não podem ser reduzidos a uma única explicação baseada em um modelo de opressão projetado a priori. Os significados da menstruação, como os de qualquer outro fenômeno, são produtos de relações complexas e, frequentemente, paradoxais entre as noções de sexo, gênero, poluição, natureza, cultura etc. Como apontam xs autorxs, explicações das práticas menstruais que se baseiam em determinismos sociais, psicológicos ou utilitaristas não dão conta de seu caráter “simbólico, arbitrário, contextualizado e potencialmente multivalente” (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1998, p. 24).

Ainda sobre o tema dos tabus menstruais como reflexos da opressão de gênero, Sardenberg (1994) critica as interpretações das práticas menstruais que se baseiam na dicotomia natureza/cultura, como as presentes em Rodrigues ([1979] 2006). No livro *Tabu do corpo*, o antropólogo justifica os tabus presentes em diversas sociedades em relação à menstruação, à gravidez e ao parto com base em um paradigma que entenderia a mulher como um ser da cultura que, ao exprimir tais estados de natureza, se tornaria uma ameaça ao controle social. Segundo o autor, os tabus se tornariam necessários para controlar a ansiedade causada pela posição ambígua da mulher entre a natureza e a cultura. Rodrigues entende tanto a exaltação de estados ditos femininos observada em diversas culturas ocidentais – como a romantização da maternidade – quanto as proscições exigidas em tais estados – as restrições durante o período menstrual, por exemplo – como estratégias para “resolver o problema da dualidade feminina” (RODRIGUES, 2006, p. 82).

Assim, as práticas observadas na vivência da menstruação e de outros fenômenos entendidos como femininos seriam usadas por alguns autores para explicar uma subordinação de gênero postulada a priori e que frequentemente tem como base um referencial teórico binário (natureza versus cultura) também pré-determinado. Com base nessa discussão, Sardenberg (1994) problematiza o cientificismo moderno que apaga especificidades locais em prol de universalismos binarizantes. De acordo com a autora, ainda que práticas menstruais baseadas em um entendimento do sangue como mágico ou maléfico sejam recorrentes em diferentes

épocas e em diversas sociedades, tais práticas só podem ser compreendidas por meio da análise da lógica presente em estruturas de pensamento culturalmente específicas:

No caso das crenças e práticas relativas à menstruação, torna-se fundamental levar essa lógica em consideração, uma vez que ela geralmente envolve elementos constituintes das ideologias de parentesco e da reprodução, dos modelos nativos sobre o corpo masculino e feminino (ou corpos de gênero) e, assim, das relações e ideologias de gênero, que podem ser combinados e recombinaados de uma sociedade ou época para outra de maneira diversificada. (SARDENBERG, 1994, p. 332).

Tal lógica estaria associada ao que a autora chama de ordem prático-simbólica da menstruação, ou seja, um “sistema de símbolos, significados e práticas inter-relacionados entre si [acerca da menstruação]” (1994, p. 334). Dessa forma, em alguns locais do Brasil, por exemplo, os tabus alimentares descritos anteriormente estariam baseados no princípio de que o corpo da mulher seria primordialmente “quente”, devido à predominância de órgãos como o coração e o útero, ao passo que, no corpo masculino, predominariam os elementos “frios”, como a cabeça (WOORTMAN, 1978 apud SARDENBERG, 1994). Essa dicotomia explicaria os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres em algumas comunidades. Por esse motivo, durante o período menstrual, seria necessário que as mulheres tomassem medidas de precaução para evitar o excesso de calor em seus corpos, de forma a impedir que a cabeça, por exemplo, fosse afetada negativamente. Todavia, isso não significa que haja uma explicação única para tais tabus ou que sua propagação ainda hoje seja conscientemente baseada em uma ordem quente-frio/feminino-masculino, mas que práticas menstruais “se constituem como uma classe de fenômenos que não podem ser analisados isoladamente” (SARDENBERG, 1994, p. 334). Assim, a análise de discursos sobre a experiência do corpo e da menstruação pode nos ajudar a criar inteligibilidades sobre as ordens menstruais vigentes em contextos específicos.

Também na contramão de estudos deterministas sobre a menstruação, há pesquisas que apontam para os micro poderes articulados por mulheres menstruadas a partir de ideias que lhes são, a princípio, desfavoráveis. Isso ocorre em uma comunidade rural do sul de Portugal, em que algumas mulheres utilizam estrategicamente a crença no “olhar destruidor” da mulher menstruada de forma a obter maior poder e controle nas relações sociais e comerciais da comunidade (LAWRENCE, 1988 apud SARDENBERG, 1994). Ademais, nos anos setenta,

acreditava-se em algumas regiões do Brasil que um método confiável para conseguir um marido seria servir ao pretendente um café que tenha sido coado no fundo da calcinha da mulher menstruada (ARAÚJO, 1979 apud SARDENBERG, 1994). Apesar de esta ser uma estratégia que pode causar estranhamento em determinados contextos, ela demonstra o poder e a importância atribuídos ao sangue menstrual.

Portanto, os textos aqui discutidos apontam para diferentes sentidos associados à menstruação, alguns dos quais problematizam noções frequentemente mobilizadas na produção de inteligibilidades sobre o período menstrual e sua relação com a construção de gênero, como a ideia de tabu menstrual. Na próxima seção, são problematizadas outras noções centrais no entendimento da menstruação, seus sentidos e práticas: as ideias de sujeira e de nojo.

1.2. Sangue menstrual, nojo, poluição e perigo

Em *Pureza e perigo*, Mary Douglas ([1966] 2014) critica o entendimento recorrente de que a ideia de sujeira e as práticas de limpeza de povos ditos primitivos seriam baseadas em simbolismos religiosos, ao passo que as de sociedades ditas modernas e ocidentais estariam ancoradas unicamente na noção de higiene, que, por sua vez, seria construída a partir de conhecimentos científicos no campo da bacteriologia e da patogenia. Na contramão de tais asserções, Douglas defende que as ideias ocidentais de sujeira não deixam de expressar sistemas simbólicos. Mais especificamente, a sujeira seria um elemento perturbador da ordem de tais sistemas:

[Essa abordagem da ideia de sujeira] implica duas condições: um conjunto de relações ordenadas e uma contravenção desta ordem. Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados. Esta ideia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza. (DOUGLAS, 2014, p. 50).

Dessa forma, a sujeira seria uma noção que insere, no sistema de símbolos e classificações de uma cultura, elementos considerados ambíguos – “sujeit[os] a duas

interpretações” – e anômalos – “que não se ajusta[m] a determinado conjunto ou série” (DOUGLAS, 2014, p. 52) –, fazendo com que estes não perturbem sua sistematicidade e ordem de pureza. A autora dá o exemplo da comida, que, apesar de não ser suja em si, passa a ser sujeira ao estar fora de seu contexto estabelecido, como na roupa, no prato quase vazio, no chão etc.: “resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (DOUGLAS, 2014, p. 50-51). Segundo Douglas, as dicotomias, a padronização de valores de uma comunidade e a posição da cultura como mediadora da experiência dos sujeitos é mantida por meio de um trabalho de incorporação de anomalias e ambiguidades ao sistema, seja por meio da redução, da ritualização ou da atribuição de perigo a esses elementos. Assim, a diferença entre nossa ideia de sujeira e a de povos ditos primitivos não residiria na dicotomia cientificismo versus misticismo, mas no fato de nossa experiência simbólica ser mais fragmentada, criando “muitos submundos pequenos, não-relacionados” em vez de “um universo único, simbolicamente congruente” (DOUGLAS, 2014, p. 88).

Com base nesses entendimentos, em *Tabu do corpo*, José Carlos Rodrigues ([1979] 2006) descreve o nojo como uma reação à transgressão de elementos pertencentes a um universo simbólico. Segundo o autor, nossa reação de nojo e nossos ritos de purificação – lavar as mãos, por exemplo – não seriam decorrentes apenas de uma tentativa de evitação de agentes patogênicos, mas de um esforço de manutenção do limpo e do sujo em domínios bem demarcados e dicotômicos:

A reação de nojo é uma reação de respeito pelas convenções que classificam e separam, assim como o ato de purificar é um ato de retirar as manchas que borram as linhas de marcação dos limites de cada categoria [...]. Uma coisa nojenta é sempre uma coisa que cruza indevidamente uma linha demarcatória, estabelecendo-se em um lugar impróprio e deslocado no sistema de ordenação. A reação do nojo é uma reação de proteção contra a transgressão da ordem. (RODRIGUES, 2006, p. 125).

Dessa maneira, os sistemas simbólicos apropriam-se de aparentes agramaticalidades e inserem-nas em suas lógicas. Segundo Rodrigues, a transgressão e a ambiguidade de fronteiras também cumpririam o papel de reforçar a ordem ameaçada. O constante trabalho de criação e manutenção de fronteiras é o que criaria inteligibilidades sobre o mundo social: “é necessário

respeitar a separação dos elementos, pois esta separação é criadora de sentidos (RODRIGUES, 2006, p. 123). Portanto, elementos marginais e fora de lugar são perigosos (DOUGLAS, 2014), já que são incontrolláveis, ameaçadores dos sentidos estabelecidos. Elementos que transgridem os limites do corpo – sangue, saliva, leite, urina, fezes, lágrimas, suor, unha, pele, fio de cabelo – simbolizam os pontos vulneráveis de uma organização social: “Mas, onde as linhas são precárias, achamos ideias de poluição que vêm para sustentá-las. O cruzamento físico da barreira social é considerado como uma poluição perigosa [...]” (DOUGLAS, 2014, p. 170).

Nessa mesma linha, Rodrigues (2006) destaca a centralidade da oposição interior/exterior na análise da questão do nojo, alegando que o perigo não residiria nos fluidos corporais em si, os quais não são considerados nojentos quando estão em uma interioridade dita natural. A transgressão das fronteiras corporais e a consequente reação de nojo seriam resultantes da “natureza deslocada” de tais elementos, “[d]a invasão que promove do mundo culturalmente controlado” (RODRIGUES, 2006, p. 146). Essa explicação baseada em uma dicotomia natureza/cultura dada a priori, todavia, não dá conta de casos em que as ideias tradicionais de natureza e cultura são flexibilizadas, como nos discursos em defesa da supressão hormonal da menstruação que veremos no próximo capítulo (cf. MANICA, 2011).

Pode-se observar que a discussão iniciada na seção anterior sobre a representação da mulher menstruada como impura e perigosa tem como base a teoria da poluição ou da contaminação simbólica aqui descrita. Como afirmam Buckley e Gottlieb (1988), a posição do sangue menstrual como um elemento às margens do corpo privilegiou sua análise com base nessa teoria. As análises simbólicas da menstruação costumam ancorar-se na ideia de que a mulher menstruada e seu sangue produzem ameaças à ordem estabelecida, o que justificaria a criação de tabus destinados à contenção de tais poderes perigosos. Em alguns estudos, o caráter poluente do sangue menstrual observado em algumas sociedades seria representativo de relações de gênero contraditórias e ambíguas, nas quais a dominação masculina não é absoluta (DOUGLAS, 2014) e, portanto, estaria sob constante risco. Assim, há estudos que descrevem a poluição menstrual como resultante de uma dependência masculina das mulheres em algum âmbito da vida social; outros, como consequência de uma instabilidade econômica; outros ainda, como decorrente do medo de grupos estrangeiros, os quais seriam projetados sobre os corpos das mulheres (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988).

Portanto, a teoria da contaminação simbólica descrita por Mary Douglas baseou diversos estudos etnográficos sobre a menstruação e o sangue menstrual. Entretanto, Buckley e Gottlieb (1988) problematizam a forma como as ideias da autora vinham sendo utilizadas em tais pesquisas. Segundo xs autorxs, apesar de Douglas não generalizar a noção de poluição

menstrual, atribuindo-a apenas a sociedades nas quais se percebe uma postura ambígua em relação às mulheres e ao feminino, as pesquisas subsequentes parecem partir da ideia como um fato dado. Dessa maneira, tem-se a impressão de que a maior parte das sociedades veem o sangue menstrual como um poluente: “o poder da teoria da poluição, aliado às próprias codificações de sociedades ocidentais do sangue menstrual como um poluente, talvez tenha criado ‘sujeira’ onde previamente ela não existia ou existia apenas [...] em alguns contextos de determinadas culturas” (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 32). Assim, da mesma forma em que criticam a tendência à descrição do tabu menstrual como universal, xs autorxs problematizam a generalização da ideia de poluição menstrual. Similarmente aos significados dos tabus, os sentidos do sangue menstrual são múltiplos, podendo ser simultaneamente “negativos, poluentes e positivamente poderosos” (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 34).

Buckley e Gottlieb atribuem o entendimento do sangue menstrual como uma concepção univalente a alguns fatores. Em primeiro lugar, à visão de sociedade focada no âmbito macroestrutural, com base na qual se postula que o domínio dos homens na política, economia, religião etc. atribuiria às mulheres o papel de “recipientes passivas de culturas dominadas pelo homem” (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 31). Essa perspectiva apagaria a centralidade do papel das mulheres em estruturas da sociedade consideradas informais, as quais costumam ser colocadas à margem nas análises sociais. Assim, a aparente pervasividade da visão poluente do sangue menstrual pode ser resultante da localização do foco investigativo em discursos masculinos dominantes, vistos como representativos da cultura como um todo. De acordo com xs autorxs, as etnografias não costumam descrever o que as mulheres de uma determinada comunidade pensam sobre seu próprio sangue e período menstrual. Em segundo lugar, a noção univalente de sangue menstrual residiria na já mencionada generalização dos significados que constituem os sistemas simbólicos. Tal generalização desconsidera que elementos anômalos, ambíguos ou “fora de lugar” em determinadas culturas – como o sangue menstrual – podem estar inseridos dentro da estrutura em outras – ou, mesmo, em subsistemas de uma mesma cultura.

Além da universalização da ideia de poluição menstrual, outro entendimento criticado na literatura sobre menstruação é a concepção de fronteira corporal. Sanabria (2011) alega que Mary Douglas constrói seus entendimentos com base em uma noção de limite corporal dada a priori, a qual apagaria as práticas discursivas que realizariam um trabalho de delimitação de caráter fluido, sendo negociado contextualmente. Sobre essa questão, a autora argumenta:

Eu gostaria de abordar o problema de outra forma e propor que olhemos para questões relativas às fronteiras corporais como produtoras em vez de “desfazedoras” do corpo [unmaking the body]. Apesar da ênfase que dou às fronteiras, não as considero como dadas ou fixas; em vez disso, proponho chamar à atenção, etnograficamente, o processo de sua produção. A abordagem de Douglas, apesar da atenção à circulação de objetos, conceitos e substâncias através de fronteiras, retém uma visão da delimitação como dada. (SANABRIA, 2011, p. 100).

Com base nessa ideia, Sanabria (2011) descreve as práticas e discursos de administração do sangue menstrual e do corpo feminino em clínicas ginecológicas na Bahia, apontando para a variabilidade de sentidos acoplados ao sangue a depender do contexto. Consultas de inserção do DIU presenciadas pela autora, por exemplo, foram realizadas com as mulheres menstruadas, o que não pareceu ser uma questão dentro daquele contexto. Similarmente, os fluidos liberados durante os partos foram tratados com naturalidade pelos profissionais envolvidos. Entretanto, Sanabria alega que, quando os protocolos médicos “que produzem pessoas como pacientes e pacientes como corpos são removidos e a pessoa social desfragmentada reaparece” (p. 99), a atitude em torno do sangue afasta-se da naturalidade e volta-se para a ambiguidade. Com o fim dos procedimentos médicos, os sangues do parto e da menstruação perdem sua legitimidade anteriormente referendada pela prática clínica. Dessa forma, a oposição interior/exterior como reflexo de uma relação aceitável/inaceitável nem sempre dá conta dos sentidos negociados em torno dos produtos corporais. Além disso, como o sangue menstrual não pode ser classificado como limpo ou sujo em essência, “o foco analítico deveria estar, então, nas relações que são produzidas pela sujeira ou na maneira em que, em relações particulares, o sangue menstrual é considerado sujo” (SANABRIA, 2011, p. 99).

Como descrito na seção sobre tabus menstruais, na literatura etnográfica, é possível encontrar práticas que não derivam de uma localização do sangue menstrual em um polo positivo ou negativo, mas em um contínuo de relações ambíguas entre o poder e o perigo. Ao mesmo tempo em que os Asante de Gana veem o sangue menstrual como um forte poluente, a menina que menstrua pela primeira vez é celebrada com honras geralmente reservadas a reis (RATTRAY, 1927 apud BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Para os Kwakiutl, monstros teriam se apropriado do poder maléfico do sangue menstrual e, por isso, mulheres guardam um pouco de seu sangue para ser usado como veneno caso um monstro lhes apareça (FORD, 1941 apud BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Assim, o sangue é simultaneamente ameaça e proteção. As

práticas menstruais, assim como quaisquer outras práticas corporais, devem ser analisadas caso a caso:

Em alguns [rituais], a poluição menstrual é temida como um perigo letal; em outros, isso não ocorre [...]. Cada cultura tem seus próprios problemas e riscos específicos. As margens particulares do corpo a que suas crenças atribuem poder dependem da situação em que o corpo está refletido [...]. Para entender a poluição do corpo devemos tentar rediscutir, desde perigos desconhecidos da sociedade até a seleção conhecida de temas corpóreos, e tentar reconhecer o tipo de adequação que existe. (DOUGLAS, 2014, p. 149-150).

No que se refere às falas das mulheres entrevistadas por mim, ao mesmo tempo em que fazem referência a aspectos da teoria da poluição na produção de discursos sobre o sangue menstrual, as participantes não parecem se alinhar a concepções tradicionais de nojo e sujeira a respeito do sangue. Na fala de Antônia, por exemplo, pode-se observar um conflito entre os sentidos atribuídos ao sangue dentro de um mesmo grupo:

Antônia: Eu participo de um grupo sobre jardins(h)gem @@ e... e uma menina veio e falou que ela- e eu acho que eu- assi- eu entendi o impulso dela de não querer jogar *fora* nã(h)o- não querer jogar no... na privada, e resolveu jogar [o sangue menstrual reunido pelo coletor] nas plantas com um pou(h)co de água, misturou com água e jogou nas plantas. E assim, é riquíssimo em ferro. Que é uma coisa que as plan(h)tas precisam né, @ e assim foi muito engraçado quando ela colocou isso no grupo, cê já começa a se sentir meio bruxa né, tipo, nossa, vou pegar o meu sangue menstrual vou jogar nas minhas plan(h)tas entendeu, @ é engraçado que são coisas que o coletor traz né, pra você, pensamentos. E aí a menina que botou de fa- eu acho que todo mundo pensa- todo mundo acho que pensa isso, todo mundo que tem planta assi(h)m e usa coletor acaba pelo menos pensando nisso. Engraçado que como a menina não só pensou como ela de fato fez e ela escreveu isso no grupo do Face(h)book, as *reações* das pessoas. Foi muito engraçado, porque pessoas assim, algumas- várias mulheres achando muito interessante e falando vou fazer também, e *várias* pessoas, assim, entre homens e mulheres achando *nojento*, sendo que em um grupo de jardinagem você tá constantemente falando sobre botar fezes de vários bi(h)chos nas plan(h)tas né, @ porque é isso que você usa pra... adubar né, são vários tipos de fezes de vários anima(h)is diferen- @ então é engraçado como as pessoas acham tranquilo manipular aquilo com a mão, botar na planta, sendo outras coisas que n- que *fedem* pra caramba né, tem u(h)ns... fertilizantes que são feitos de *peixe*, @ e refu(h)gos da indústria né, pesqueira, que têm um cheiro fortíssimo e as pessoas não acham nojento, entendeu, e aí você fala em botar menstrua(h)ção na planta @ as pessoas olham pra você como se cê tivesse falando um absurdo. Mas assim... foi bem engraçado ver a reação das pessoas né, você acha que... é... pelo men- na *minha* cabeça, essa coisa de ter nojo de menstruação, pelo menos em, é, lugares assim urbanos como o Rio de Janeiro né, em... pessoas que tem acesso à Interne(h)t sabe, que tão ali num grupo, debatendo no Faceboo- pra mim na minha cabeça essa coisa desse *nojo* todo já tinha

meio que... que *passado* né, é... mas aparentemen(h)te não @@ aparentemente as pessoas ainda tem isso né.

Antônia inicia sua construção de sentidos sobre o sangue menstrual evocando o símbolo da bruxa, que está relacionado a discursos de reapropriação feminina dos saberes sobre o corpo e da conexão com o universo (BLAZQUEZ, 2008 apud VIEIRA, 2015): “cê já começa a se sentir meio bruxa né, tipo, nossa, vou pegar o meu sangue menstrual vou jogar nas minhas plan(h)tas entendeu”. Essa retórica também costuma vir associada à conexão entre o feminino e a natureza, que aparece tanto em discursos de submissão da mulher ao masculino simbolizador da cultura (RODRIGUES, 2006) quanto em discursos ecofeministas essencialistas de aproximação entre os elementos da natureza e os corpos das mulheres, bem como de atribuição de valores como sensibilidade e cuidado com a vida à experiência feminina como um todo (SORJ, 1992). Ao evocar a imagem da bruxa, Antônia parece identificar-se com o discurso de retomada dos saberes sobre o corpo, mas não com o discurso do feminino como metáfora da natureza, o que pode ser indicado pela explicação dada a partir de uma lógica mais voltada para o conhecimento prático do que para o simbolismo: “E assim, é riquíssimo em ferro. Que é uma coisa que as plan(h)tas precisam né”. Além disso, a atribuição de um provável desejo de regar as plantas com sangue menstrual a qualquer pessoa que utilize o coletor (“todo mundo acho que pensa isso, todo mundo que tem planta assi(h)m e usa coletor acaba pelo menos pensando nisso”) desvincula o ato de discursos de conexão com a terra e de geração de vida e o associa à possibilidade pragmática de se coletar o sangue, opção que não existe quando se usa qualquer outro tipo de produto menstrual.

A fala de Antônia também constrói sentidos para o sangue por meio da evocação da atitude de terceiros sobre o assunto em discussão no Facebook. Pode-se observar que a noção do “nojento” como um elemento que não se adequa a preceitos ocidentais de higiene e/ou que provoca uma reação física de repulsa já havia sido flexibilizada pelxs membrxs daquele grupo, acostumados a lidar com fezes e refugos da indústria pesqueira, a “manipular [...] com a mão [coisas] que *fedem* pra caramba”. As risadas de Antônia frente à reação negativa de algumas pessoas ao ato de se utilizar o sangue menstrual como fertilizante podem indicar um aparente paradoxo existente na concepção de nojeira dessas pessoas, o que, por sua vez, aponta para uma desestabilização da noção fisiológica de nojo. A fala “e aí você fala em botar menstrua(h)ção na planta @ as pessoas olham pra você como se cê tivesse falando um absurdo” também indica essa aparente contradição.

Entretanto, xs membrxs daquele grupo seguem uma gramática própria, da qual fezes e refugos fazem parte, apesar de serem elementos tipicamente nojentos para quem está fora das práticas de jardinagem. É possível dizer que a utilização do sangue menstrual em circunstâncias similares é entendida como “absurd[a]” por ser um elemento agramatical tanto em uma ordem simbólica que prega a ocultação do sangue menstrual (FÁVERI & VENSON, 2007) quanto na ordem mais específica da jardinagem. Assim, ainda que o trecho em si não aponte explicitamente para o nojo do sangue menstrual como uma rejeição simbólica do feminino que transgride uma ordem de gênero tradicional, pode-se considerar que as ideias subjacentes às práticas de segredamento da menstruação tenham algum papel na rejeição do sangue como fertilizante.

Por fim, Antônia localiza o discurso de nojo da menstruação em uma ordem “[não] urbana”, “[não] conectada” e de “passado”. Dessa forma, o nojo é construído como uma noção não biológica e fluida, a qual varia de acordo com o contexto em que os indivíduos estão inseridos. A fala de Antônia aponta para o nojo do sangue como uma posição conservadora e, por extensão, para a ausência do nojo como uma espécie de evolução. O combate ao nojo da menstruação é uma pauta central para alguns grupos de feministas, que associam o sentimento à alienação feminina de seu corpo e à pervasiva construção higienizada e (hetero)sexualizada do corpo da mulher para consumo masculino, entre outros fatores (BOBEL, 2010). Assim, apesar de diversos estudos demonstrarem a ubiquidade das reações de nojo frente à menstruação (por exemplo, BRÊTAS et al., 2012; FÁVERI & VENSON, 2007; RODRIGUES, 2006), a inserção de Antônia em meios feministas pode ter contribuído para sua falta de acesso a discursos mais tradicionais: “pra mim na minha cabeça essa coisa desse *nojo* todo já tinha meio que... que *passado* né”.

Dessa forma, pode-se observar que tanto a noção de nojo quanto os sentidos acoplados ao sangue menstrual são caracterizados pela multivalência, sendo constantemente negociados em interações, como ocorre no post mencionado por Antônia. Mesmo em um grupo de Facebook formado por pessoas urbanas, conectadas e habitantes de uma cidade grande, encontram-se significados e práticas divergentes. Além disso, recuperando-se a fala de Plínio do início deste capítulo, percebe-se o contraste marcante entre os sentidos associados pelo estudioso ao sangue menstrual – veneno, infertilidade, destruição, morte – e os sentidos construídos na prática de se regar as plantas com o sangue – criação, fertilidade, geração de vida. Apesar de estes últimos ecoarem discursos essencialistas de associação entre o feminino e as funções reprodutora e cuidadora, seria imprudente classificar a prática de se regar as plantas com sangue como reflexo categórico de uma postura essencialista. Similarmente, seria simplista

posicioná-la no polo oposto. Como venho discutindo ao longo do capítulo, os sentidos construídos pelas práticas menstruais não podem ser fixados em polos dicotômicos. As falas de Mariana abaixo também apontam para essa multiplicidade:

Joana: E como é a sua relação com o seu sangue menstrual?

Mariana: Normal, é tranquilo, de boa, eu não... não tenho nem essa... adoração sagrado feminino que algumas feministas têm, e também não acho nada... não- não- sei lá não acho nada repulsivo assim, acho tipo... parte do corpo mesmo assim, limpo né, parte do corpo.

Mariana: É, assim, (2.0) é porque- algumas pessoas têm questões né, porque quando cê tira, quando cê usa... absorvente e- ele absorve o sangue, né. E o coletor não, o sangue fica todo ali, né? Então tem gente que tem questão com isso, tem gente que tem nervoso, tem gente que acha bonito e rega a planta, tipo... Eu acho absolutamente norma(h)l, assim, tipo (3.0) pra mim é... (2.0) Eu tenho uma relação muito tranquila com esses processos fisiológicos da gente sabe, então (4.0) não sei, eu acho... muito comum assim, acho parte... da vida mesmo.

Minha escolha de perguntar sobre a relação das entrevistadas com o sangue tem como base leituras acadêmicas, discursos de redes sociais e falas que já presenciei sobre o assunto em contextos informais. Nesse universo de múltiplos discursos, é comum que se encontrem falas de absoluto nojo ou, principalmente em meios feministas, de combate aos significados negativos associados à menstruação (cf. BOBEL, 2010). Um terceiro posicionamento é caracterizado pela valorização do sangue como meio de “resgatar a sacralidade do feminino”, o que é realizado por meio de práticas de sociabilidade feminina focadas no equilíbrio e reconexão com o corpo (CORDOVIL, 2015, p. 432). No entanto, Mariana não se alinha nem aos discursos de nojo (“não acho nada repulsivo”, “acho tipo [...] limpo, né”, “tem gente que tem nervoso”) nem aos do sagrado feminino (“não tenho nem essa... adoração sagrado feminino que algumas feministas têm”, “tem gente que acha bonito e rega a planta”). Da mesma forma, não parece destacar o sangue como um elemento que tenha papel central na luta política que envolve os corpos das mulheres, como fazem as ativistas menstruais estadunidenses estudadas por Bobel (2010).

Em suas falas, Mariana constrói uma relação alternativa com o sangue, caracterizada como “normal”, “tranquilo”, “de boa”, “absolutamente normal”, “muito tranquila”, “muito comum”, “parte... da vida mesmo”. A ordinariedade da menstruação em seu discurso entra em contraste com a questão dos tabus, das práticas e dos simbolismos menstruais descritos até aqui, que, na fala da entrevistada, são diluídos em um entendimento da menstruação como um “processo fisiológico”. Já a construção do sangue menstrual como “limpo” e “parte do corpo”, por contraste, aponta para discursos relacionados à teoria da poluição, os quais baseiam-se em

uma relação interior/exterior na elaboração do sujo e do nojento (RODRIGUES, 2006). Como já apontado, elementos que são produzidos dentro dos limites do corpo e que o transgridem estariam “fora de lugar”, sendo, portanto, ameaçadores da ordem social e, assim, adquirindo o status de sujo ou nojento. Todavia, ao classificar o sangue como “parte do corpo”, Mariana rechaça a separação produzida entre o que o corpo produz e o que ele excreta, reformulando a relação opositiva dentro/fora. Com base no entendimento do corpo e seus produtos como inseparáveis, uma reação de nojo ao sangue menstrual poderia ser interpretada como uma reação de nojo ao próprio corpo (feminino). Além disso, a classificação do sangue como “limpo”, sendo este um fluido que faz parte do corpo da mulher, afasta-se tanto da representação do corpo feminino como sujo quanto da ideia tradicional de fronteira que exclui os fluidos da noção de corpo. A fala de Helena sobre o mesmo assunto também aponta para uma ideia de fronteira subjetiva:

Helena: Eu até ia t- essa relação do sangue, eu lembrei de uma coisa muito importante né. Que você [Luiza] falou que nas primeiras vezes [do uso do coletor] usava protetor diário, eu falava “para com isso, para que isso não adianta, cê tá continuando com um negócio de algodão ali”. E... eu comecei a pensar assim com- até com uma outra amiga minha né, que usa também [o coletor]. “Tá, vazou um pouquinho, manchou. E daí? E daí que manchou? É a sua calcinha, a sua roupa íntima. Cê vai lá depois e lava”. “Ah, não ficou perfeito, ficou uma mancha”, é seu aquilo, ninguém vai usar, ninguém vai- sabe? Qual qual o *nojo* disso, qual o problema?

Luiza: Tá escondido, não tá- “todo mundo vai ver na rua”.

Helena: Qual o problema? Ninguém vai ver na rua, qual o problema disso? Mas, se bem que... a gente não quer que aconteça com a gente, mas...

Quando Luiza iniciou o uso do coletor menstrual, utilizava também um protetor diário – absorventes finos cujo objetivo original seria conter o corrimento vaginal diário – para conter o sangue que eventualmente vazasse do coletor. Helena problematiza o uso de produtos menstruais tradicionais feitos de algodão, alegando anteriormente na entrevista que “quando cê usa qualquer outro absorvente, você tá lidando com algodão e com uma cultura de bactérias”. Essa fala aponta para discursos feministas de questionamento do impacto de produtos menstruais tradicionais na saúde das mulheres (BOBEL, 2010). No entanto, o aspecto que quero destacar no trecho é a ideia de sangue como parte do corpo de Luiza e a construção discursiva de uma fronteira entre seu corpo e o mundo social por meio de demarcações de personalidade, como “é a *sua* calcinha”, “*sua* roupa íntima”, “é *seu* aquilo”, “ninguém vai usar”, “tá *escondido*”, “ninguém vai ver na *rua*” (grifos meus). Considerando-se apenas esse trecho da entrevista, pode-se dizer que as falas de Helena e Luiza ecoam discursos da teoria da poluição,

já que projetam uma relação interior/exterior (ou intimidade/publicidade, “escondido”/”todo mundo vai ver na rua”) cuja manutenção deveria impedir a aparição do “nojo”, do “problema”.

Todavia, ao passo que, em uma visão tradicional, o sangue fora do corpo é em si um poluente, não importando se a pessoa em contato com ele é a própria mulher menstruada, nas falas destacadas, a ansiedade residiria apenas no contato de outros com o sangue produzido por si. Dessa forma, assim como a fala de Mariana, os discursos de Helena e Luiza traçam uma fronteira corporal que parece incluir o sangue menstrual dentro dos limites do corpo/intimidade, o que tornaria incoerente a reação de nojo em face do fluido, já que ele não estaria transgredindo os limites estabelecidos. Assim, o sangue e as marcas deixadas por ele não seriam inerentemente sujas ou nojentas. O nojo residiria não na transgressão do sangue de nossos corpos físicos, mas de nossos corpos públicos, sendo uma produção do olhar do outro sobre nossa intimidade exposta.

Entretanto, na continuação do trecho, a ideia de nojo em si parece ser questionada por Helena:

Helena: Qual o problema? Ninguém vai ver na rua, qual o problema disso? Mas, se bem que... a gente não quer que aconteça com a gente, mas... a gente entende aquela crítica do quadro que a Antônia coloca, esqueci o nome da artista. É uma mulher que só faz coisas muito feministas maneiras, é um quadro chamado *Menstruate with pride*, não sei se você conhece.

Joana: Acho que não.

Helena: É uma mulher que tá com uma... um vestido branco e...

Luiza: A mancha...

Helena: E tá manchado totalmente. Aí as pe- e as pessoas em *volta* dela, apontando, cara de nojo assim... e o nome do quadro é exatamente esse né, é, *Menstrue com orgulho, né?* É... eu *adoro* essa- ficou capa de Facebook dela um tempão. Mas é isso, “tá, tá manchado, ok”. @@ “Vamos sobreviver, tá tudo bem, ok”, entendeu.

No trecho acima, a ideia de se esconder o sangue é reformulada (“Mas se bem que...”) a partir da evocação da pintura¹⁴ reproduzida a seguir, de autoria da artista feminista britânica e muçulmana Sarah Maple:

¹⁴ MAPLE, Sarah. *Menstruate with pride*. 2010-2011. Óleo sobre tela, 215 cm x 275 cm. Disponível em: < www.sarahmaple.com/paintings-3/>. Acesso em: 28 jun. 2018.



Sendo uma produção que expõe uma mancha de sangue menstrual e que carrega em seu nome uma associação entre menstruação e orgulho, pode-se dizer que o quadro em questão aponta para sentidos não tradicionais acerca do tema, além de afastar-se do discurso de segredamento evocado no trecho anterior (“tá escondido”, “ninguém vai ver na rua”). Ao alinhar-se aos sentidos projetados pelo quadro (“a gente não quer que aconteça com a gente, mas... a gente entende aquela crítica do quadro”, “*adoro essa-*”), o discurso de Helena aponta para uma sutil rejeição das fronteiras dentro/fora cuja manutenção discursiva posiciona o sangue menstrual que transgride o âmbito privado no domínio do sujo, nojento e abjeto.

A fala de Camila também aponta para uma relação não tradicional com o sangue menstrual, questionando discursos recorrentes em meios feministas sobre a relação da mulher com seu sangue:

Joana: E o que você viu esses grupos [feministas no Facebook]? Sobre o coletor?

Camila: Ah, as pe- geralmente as mulheres fazem muita campanha pró coletor. Né, falam da relação com o sangue, já vi fotos, já vi instalações [...]. Então falando da relação com o sangue, né, da mulher com o sangue, com a menstruação e laralará e o quanto que isso é positivo, é... e tudo isso. Só que... eu fiquei pensando que a minha relação com o meu sangue mesmo na menstruação assim, sem o coletor, eu não tinha nenhum problema em tirar e pegar o sangue, lavar, isso não- nunca tive nojo, nem nada. Assim, eu olho pro sangue, faço xixi olho, @ então assim a minha relação tá aí. Sentar, deixar descer, enfim. E ver, olhar, eu olho o tempo todo que eu tô... indo ao banheiro, dá pra ver, eu vejo o sangue, eu me relacio(h)no com ele @@@ en(h)tã(h)o @@ é. Enfim, é, eu escuto muito isso, né, assim, eu nunca vi, porque eu acho também, que tem um certo... não sei se não é não é tabu, né, assim, de vez em quando, quando determinados grupos valorizam alguma coisa e criam discursos sobre aquele produto @ ou aquela questão @@ alguns outros, é... se constroem de falar qualquer coisa, assim. Contra.

Então, não sei, eu só vi falarem coisas boas do coletor nesses espaços, né, da relação da mulher com a menstruação, com o sangue, que é mais higiênico, que... que... é... enfim. Que alivia...

Joana: Entendi. Mas pelo que parece essa ideia não parece te conquistar, assim.

Camila: Me conquistou... a ponto de eu comprar o coletor e querer experimentar. Mas é... enfim, eu valorizo, eu acredito, na verdade. É... mas... eu não consegui e me acomodei, foi isso [...].

Entre grupos de mulheres que utilizam o coletor menstrual, é comum que se encontrem discursos que atribuam ao uso do produto a oportunidade de se ter maior contato com o sangue e com a vagina, já que os processos de inserção, retirada, esvaziamento e reinsertão do coletor envolvem um nível maior de contato da pessoa com seu corpo, em comparação com o contato existente no uso de absorventes descartáveis. Em meios feministas, principalmente, tal contato é visto como altamente positivo, já que iria de encontro aos significados tradicionais de segredamento e distanciamento que perpassam a menstruação – os quais serão discutidos na seção seguinte. Camila faz referência a esses discursos (“geralmente as mulheres fazem muita campanha pró coletor”, “falando da relação com o sangue, né, da mulher com o sangue, com a menstruação e laralará e o quanto que isso é positivo”) e atribui sua escolha de tentar utilizar o coletor – dentre outros fatores citados ao longo da entrevista – ao contato com tais falas (“Me conquistou... a ponto de eu comprar o coletor e querer experimentar”).

Entretanto, os sentidos contra-hegemônicos produzidos por alguns discursos feministas sobre o coletor menstrual não são completamente referendados por Camila, que não parece se identificar com o paradigma que classifica o uso de absorventes como um fator de distanciamento entre a mulher menstruada e seu sangue que poderia resultar em uma reação de nojo: “minha relação com o meu sangue mesmo na menstruação assim, sem o coletor, eu não tinha nenhum problema em tirar e pegar o sangue, lavar, isso não- nunca tive nojo, nem nada”. Assim como na fala de Helena, o nojo aqui pode ser associado a uma alienação entre o sujeito e seu sangue. Dessa forma, os discursos a que Camila faz referência no início de sua fala parecem indicar que a remediação de tal alienação poderia ser realizada por meio do uso do coletor.

Todavia, ainda que se identifique com o discurso da importância da relação de mulheres com o sangue (“eu valorizo, eu acredito, na verdade”), Camila constrói uma relação alternativa àquela propagada nas “campanha[s] pró coletor”. Em vez de focar-se primordialmente no tato, seu discurso volta-se para a visão: “Assim, eu *olho* pro sangue, faço xixi *olho*, @ então assim a *minha relação* tá aí. Sentar, deixar descer, enfim. E *ver*, *olhar*, eu *olho* o tempo todo que eu tô... indo ao banheiro, dá pra *ver*, eu *vejo* o sangue, *eu me relacio(h)no* com ele @@@” (grifos

meus). Além disso, a fala “quando determinados grupos valorizam alguma coisa e criam discursos sobre aquele produto @ ou aquela questão @@ alguns outros, é... se constroem de falar qualquer coisa, assim. Contra.” localiza seu posicionamento como um contra discurso dentro do universo particular da valorização feminista da menstruação focada no uso do coletor.

Portanto, é interessante observar os múltiplos submundos discursivos envolvidos na produção de sentidos sobre a menstruação e o sangue menstrual, alguns dos quais, ainda que extremamente localizados – como a ideia do coletor como produtor de formas menos hegemônicas de se experienciar a menstruação –, podem criar hegemonias, “tabu[s] e “constrang[imentos]” (Camila). Dessa forma, focar-se na oposição subversão/subordinação (MAHMOOD, 2005) na construção de inteligibilidades sobre o tema não dá conta dos significados multivalentes e complexos que estão em jogo. Como visto nesta seção, concepções como nojo, higiene e interior/exterior são disputadas pelas participantes na construção de entendimentos sobre o sangue menstrual. A seguir, destaco a experiência da menarca como uma das principais produtoras de sentidos tanto acerca da menstruação quanto sobre gênero e sexualidade. Assim, as vivências das mulheres entrevistadas sobre a questão são o foco da próxima seção.

1.3. Vivências da menarca

Uma das noções menstruais que se repetem entre sociedades é a ideia da menstruação como um importante marcador de diferença entre homens e mulheres. Como apontado anteriormente, a existência desse marcador foi utilizada em diversas sociedades como justificativa para a exclusão da mulher do espaço público e dos rituais importantes da comunidade, além da imposição de restrições alimentares: “assim, os supostos poderes do sangue menstrual acabam por se traduzir em um *não poder* para a mulher menstruada” (SARDENBERG, 1994, p. 336). Entretanto, a construção da menstruação como “um rito de passagem pra adulez ou pra adolescência” (Camila) localiza a vivência menstrual em um posição ambígua: “em sociedades ocidentais contemporâneas, as meninas enfrentam um paradoxo relacionado à menstruação: elas são frequentemente parabenizadas por entrarem na ‘mulheridade’ e instruídas a manterem seu novo status um segredo” (BOBEL, 2010, p. 31). Com base em Fáveri Venson (2007), pode-se dizer que esse segredamento contribui para a frequente associação do período menstrual a sentimentos de vergonha e, por extensão, ao entendimento do corpo feminino como um âmbito cujas manifestações devem ser mantidas

escondidas – principalmente, dos olhos masculinos. O relato de Camila sobre sua primeira menstruação aponta para tais sentimentos ambíguos:

Camila: A minha mãe falou com a vizinha que era a melhor amiga dela que me deu o primeiro pacote de absorvente, as pessoas me deram os parabéns e eu ficava bastante constrangi(h)da @, eu tinha pedido pra minha mãe não contar, pro meu pai, mas ela disse que precisava contar porque meu pai era... comprava... Ela ficou um pouco feliz né, orgulhosa, sei lá, dessa... E eu fiquei bastante envergonhada. E aí ela contou, pro meu pai... E é isso, meu pai é que comprava o nosso absorvente todo mês e isso não era alguma coisa confortável, mas era isso, eu acho que foi um misto de... bom, agora estou como as minhas amigas e ao mesmo tempo constrangimento também, né.

Camila associa o fato de ficar menstruada ao constrangimento e à vergonha, mas a interpretação da reação de sua mãe como feliz ou orgulhosa e as congratulações das pessoas apontam para a menstruação como um rito de passagem, ou seja, como algo esperado cuja concretização é motivo de felicidade. Essa relação ambígua com a menstruação é também sugerida nas duas últimas linhas, nas quais Camila constrói uma relação de oposição simultânea entre a desejável aproximação à experiência de suas amigas e a indesejável exposição de seu novo status. A ambivalência em relação à menarca é um aspecto recorrente na literatura sobre menstruação (cf. KISSLING, 1996; YOUNG, 2005; JACKSON & FALMAGNE, 2013). Segundo Kissling (1996), meninas costumam ser expostas a discursos de socialização menstrual contraditórios, que apontam tanto para a normalidade do fenômeno biológico e a maturidade sexual quanto para o mistério, o trauma e o desconforto. Assim, o orgulho em “tornar-se mulher” e ganhar acesso a poderes sexuais e reprodutivos é indissociável das práticas de segredamento que frequentemente envolvem a menstruação (YOUNG, 2015).

Além da ambivalência em relação à menstruação, Camila expressa desconforto com o envolvimento de seu pai na compra de absorventes, projetando uma relação entre o produto e sua intimidade. Como apontam Jackson e Falmagne (2013), a menarca costuma ser um momento central na construção identitária das meninas em oposição aos meninos e às meninas que ainda não menstruaram. Em trecho destacado mais adiante, veremos que Camila associa a menstruação à feminilidade. Assim, o contato do pai de Camila com seus absorventes pode simbolizar a transposição de uma barreira entre sua recém adquirida “mulheridade” e a masculinidade paterna. As mulheres entrevistadas por Lee (1994) nos Estados Unidos alegam que aprenderam desde cedo a necessidade de esconderem a menstruação das figuras masculinas da família. Similarmente, em estudo mais recente conduzido em uma comunidade rural na Bahia (SANABRIA, 2011), uma participante relembra de um vazamento ocorrido na igreja e a

repreensão materna decorrente de seu fracasso em esconder a mancha dos meninos. Entretanto, no caso de Camila, o papel do pai como detentor da responsabilidade pelas compras da casa impede a mediação materna entre a feminilidade da menina e o olhar paterno, interferência que havia ocorrido quando a mãe assumiu o papel de informar ao pai o primeiro acontecimento.

O desejo de afastamento do pai também pode ser associado à noção de “etiqueta menstrual”, descrita por Young (2005) com base em Laws (1990)¹⁵:

[O termo denota] um intrincado conjunto de regras regendo as interações entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres, negociando as manifestações materiais e os sentidos culturais da menstruação. A etiqueta menstrual diz respeito a quem pode falar o quê sobre a menstruação, que tipo de linguagem é apropriada e o que não deveria ser dito. As regras da etiqueta menstrual recomendam o uso de certos equipamentos e produtos, como eles devem ser adquiridos, carregados, guardados, utilizados e referidos em conversas. Acima de tudo, a etiqueta menstrual rege o comportamento de mulheres menstruadas para garantir que os fatos de nossa menstruação permaneçam ocultados de quase todos a cada mês. (YOUNG, 2005, p. 111-112).

Assim, a ideia de etiqueta menstrual estaria relacionada tanto a uma autodisciplina da menina ou mulher na administração de seu período menstrual quanto ao estabelecimento de regras de aceitabilidade (comportamental, linguística etc.) envolvendo as relações sociais entre indivíduos que perpassam o acontecimento de alguma forma, bem como entre indivíduos e produtos. Dessa forma, a relutância de Camila em relação ao contato de seu pai com seus absorventes poderia ser associada a uma ansiedade em relação à quebra da regra que orienta a circulação sigilosa de produtos menstruais, com o objetivo de atingir o maior nível de ocultação possível da menstruação. Isso não significa, entretanto, que tais regras sejam universais, mas elas podem fazer sentido dentro de culturas caracterizadas por um histórico silenciamento do corpo da mulher (cf. PERROT, 2003). Em relação à exclusão do pai do evento da menarca, pode-se notar uma similaridade entre o discurso de Camila e o de Mariana:

Joana: Como foi a sua primeira menstruação?

¹⁵ LAWS, Sophie. *Issues of Blood: The Politics of Menstruation*. Londres: MacMillan, 1990.

Mariana: Ah, eu não me lembro bem não, eu era novinha, acho que eu tinha... doze anos. E... descobri... indo fazer xixi, aí... falei pra minha mãe, pedi pra ela não contar pro meu pai, ela contou, *óbvio*.

Assim como Camila, Mariana apresenta desconforto em face do envolvimento de seu pai em sua vida menstrual e, similarmente à mãe de Camila, a mãe de Mariana também atua como mediadora entre a experiência da filha e o conhecimento do pai. Assim, em ambos os casos de passagem simbólica para a feminilidade adulta, o afastamento da figura masculina é desejável. O desejo de segredamento por parte de Mariana me surpreendeu, já que, à exceção do trecho em questão, ela não demonstra ter ou já haver tido qualquer tipo de ansiedade em relação à menstruação. Durante a entrevista, Mariana apresenta uma visão em relação ao período menstrual que pode ser classificada como despersonalizada e denotacional. Um exemplo dessa construção pode ser notado na comparação entre falas de Camila, Antônia e Mariana:

Joana: É... Quando se fala em menstruação, o que vem à sua cabeça primeiro?

Camila: Ai... Bom, quando você mencionou isso agora, menstruação, me veio, na imagem sangue, é... absorventes, um rito de passagem, também, pra... adulez ou pra adolescência, não sei. É... me vêm também as associações com o feminino, também, feminilidade.

Joana: Quando se fala no tema menstruação. Que que primeiro te vem à cabeça?

Antônia: Incômodo. Entendeu? Pra mim menstruar sempre foi uma grande chatice, sempre foi. [...] Tinha cólicas assim... totalmente incapacitantes mesmo, incapacitantes. Era uma coisa horrível, sabe, e um fluxo muito grande, quando vinha tipo assi- eu me lembro de tá tomando banho uma vez e tá olhando assim o sangue escorrendo pela minha pe(h)rna e parecia uma cena de filme de terror assim, literalmente a cena de Psicose. E... assim... então assim... não tem como. Quando fala em menstruação eu penso em incômodo por causa de toda uma história com isso, né?

Joana: E quanto se fala em menstruação o que vem à sua cabeça primeiro?

Mariana: Quando fala em menstruação a primeira coisa? Am... que acontece uma vez por mês... É.

Em sua fala, Camila evoca elementos menstruais concretos – sangue, absorventes –, mas também projeta conexões entre o fenômeno da menstruação e a construção de subjetividades de gênero. Já Antônia evoca sua experiência pessoal com o sangramento – o trecho cortado é a narrativa de sua primeira menstruação –, assim localizando seu sentimento de incômodo e chatice no contexto de sua história de vida e lançando mão de uma forte imagética presente na cultura popular – a famosa cena de Psicose – na construção de sua percepção. A imagem de filme de terror construída por Antônia, aliada a seu relato de cólicas

intensas, aponta para os tradicionais sentidos de medo da menstruação descritos na antropologia (cf. BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Neste caso, entretanto, o sangue não é uma ameaça social, mas individual. Dessa forma, ao passo que a resposta de Camila aponta majoritariamente para o âmbito social da menstruação, a resposta de Antônia produz uma imagem do fenômeno ligada à personalidade, à vivência particular e cotidiana.

Por outro lado, a fala de Mariana é construída de forma mais despersonalizada, por meio da projeção de uma ordem temporal em vez da projeção de uma ordem social ou experiencial. Em sua resposta, a menstruação é um fenômeno que simplesmente “acontece”, sem referência aos sujeitos nos quais a experiência ocorre. Há estudos que apontam para a frequente representação da menstruação, por parte das mulheres, como um fenômeno que ocorre fora de si mesmas, indicando um eu fragmentado e alienado de seu corpo (por exemplo, LEE, 1994). Todavia, tomando a entrevista como um todo, não considero que a perspectiva da alienação corporal de mulheres seja pertinente para o entendimento da visão impessoal da participante sobre a menstruação. Além disso, ainda que ao longo da entrevista Mariana não localize a menstruação em uma posição digna de nota, seu desejo de esconder o evento da menarca de seu pai aponta para os sentidos de constrangimento que costumam perpassar a menstruação, bem como para a diferenciação de gênero que o evento parece reforçar para muitas mulheres.

No momento da entrevista, a ideia de se esconder a menarca do pai me pareceu tão natural que não me ocorreu perguntar a Mariana por que este havia sido seu desejo – ainda que, no evento de minha primeira menstruação, eu não tenha desejado escondê-la. É também interessante notar que, após haver escrito o parágrafo acima, tomei conhecimento de estudos que indicam o caráter situado da frequência menstrual (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988), sendo a recorrência mensal da menstruação localizada em sociedades industriais contemporâneas. Diane Bell (1983) conta que as mulheres aborígenes idosas da Austrália com quem conviveu eram capazes de se lembrarem de cada menstruação de suas vidas e contá-las em seus dedos (apud BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Assim, minha interpretação da fala de Mariana como estritamente factual e fisiológica está também inserida em um contexto de naturalização da frequência menstrual, a qual demonstrou-se ser variável.

A respeito da prática de se esconderem o período menstrual e o corpo feminino, Fáveri e Venson (2007) apontam a recorrência de discursos de segredo e silêncio envolvidos na experiência da menstruação. As autoras entrevistaram 14 mulheres de 33 a 89 anos de idade, moradoras de cinco cidades localizadas no sul de Santa Catarina. As memórias das entrevistadas sobre suas primeiras experiências com a menstruação evidenciam a falta de diálogo entre mulheres a respeito do assunto e, especialmente, a ausência de esclarecimento materno sobre a

questão. Algumas mulheres alegam não terem tido conhecimento prévio da proveniência do sangue menstrual na ocasião de sua primeira aparição; outras, afirmam ter aprendido por meios alternativos – uma delas descobriu sua existência por meio de um livro pego na igreja; outra, ao entreouvir uma conversa de sua mãe por trás de uma porta. De forma similar, Luiza conta sua experiência com a menarca:

Luiza: É, o meu início de menstruação também foi com essa idade, treze anos, eu fui criada pela minha tia, minha tia-avó, e numa casa cheia de mulheres, quatro mulheres, mas não se falava sobre isso também. É, eu sabia, via minhas irmãs trocando absorvente e tudo isso, mas eu não... assim, não tinha esse diálogo, que que ia acontecer com o meu corpo, minhas irmãs tiveram filho cedo, então assim, uma teve com quinze anos, e aí chegava em casa- quando eu perguntava, ou minha tia perguntava, “Mas que que aconteceu? Ah, aconteceu”. E aquilo pra mim assim, como assim aconteceu, vou dar um beijo e vai acontecer? Como que é esse acontecer? [...] E aí, quando... quando eu fiquei menstruada pela primeira vez, eu tava no banheiro, eu pensei que eu tava machucada, alguma coisa assim, eu não sabia que era menstruação, aí eu chamei uma das minhas irmãs, eu falei “Vem cá, olha aqui, olha isso daqui”. E aí quando ela viu, ela... “Tia, tia, a Luiza tá menstruada!” e espalhou pra casa toda. E aí eu soube que que era aquilo, mas eu não tinha noção do que aquilo ia mudar na minha vida assim, no meu corpo, é... Ela chamou minha irmã mais velha, falou “Julia, vem aqui, agora cê tem que explicar certas coisas pra Luiza. Aí ela “Eu? Eu não vou explicar nada, não tenho que explicar nada não”, e não se falava mesmo, não me explicou nada... tudo que eu soube foi através das minhas amigas.

No estudo de Fáveri e Venson, os discursos mais marcantes de desconhecimento da menstruação partem de mulheres que hoje teriam mais de 70 anos e que eram moradoras de cidades interioranas. Todavia, a narrativa de Luiza, universitária de 24 anos, indica uma similar ignorância de discursos sobre o corpo tanto de origem científica – construídos com base nos conceitos de ovulação, hormônios, reprodução etc. – quanto os de origem pragmática – a função de um absorvente, por exemplo. O discurso sobre sexualidade disponível para Luiza naquele momento é envolto em mistério e segredo (“aconteceu”). Como afirmam Fáveri e Venson, “[...] mulheres viveram um silêncio solitário, e aprenderam, na experiência da menstruação, que ser mulher é ser discreta, é ser calada, e aceitar seu corpo com resignação e sem indagações, afinal, mistério é um atributo do feminino” (2007, p. 70). Apesar de seus questionamentos, Luiza não teve acesso a discursos explícitos sobre sexualidade, apenas a algumas informações nas entrelinhas (“É, eu sabia, via minhas irmãs trocando absorvente e tudo isso, mas eu não... assim, não tinha esse diálogo, que que ia acontecer com o meu corpo”). Como aponta Perrot:

A ausência da educação sexual faz com que a primeira menstruação seja uma surpresa vivida quase sempre no medo e na vergonha. Curiosa

assimetria entre a glória do esperma viril e a mancha do sangue feminino, no entanto tão complementares. (PERROT, 2003, p. 16).

O momento em que uma de suas irmãs declara “Tia, tia, a Luiza tá menstruada!” projeta um marco na vida de Luiza, que, apesar de ser incompreensível para a menina na ocasião, em retrospecto, cumpre o papel de demarcar um antes e depois (“E aí eu soube que que era aquilo, mas eu não tinha noção do que aquilo ia mudar na minha vida assim, no meu corpo”). Pode-se dizer que o momento em que Luiza está sozinha no banheiro pensando estar machucada só passa a estar enredado na teia de sentidos que envolvem a menstruação após a intervenção de sua irmã, primeira responsável por fornecer a Luiza certa inteligibilidade sobre o evento ao utilizar a palavra “menstruada”. A tia de Luiza, como figura responsável pela criação das meninas, estabelece a fala da irmã como uma deixa para a inserção de Luiza nos discursos do corpo e da sexualidade que lhe haviam sido negados até então, assim construindo a ideia da menarca como um marcador central na vida das mulheres e como um momento de explosão de novos discursos. Todavia, além de delegar a função para a irmã mais velha, a menção a tais discursos permanece envolta em mistérios (“agora cê tem que explicar *certas coisas* pra Luiza”, grifo meu). A recusa ao acesso a esses discursos por parte da tia e da irmã mais velha (“Eu? Eu não vou explicar nada, não tenho que explicar nada não”) contribui para a construção do corpo feminino e suas manifestações como um tabu (cf. PERROT, 2003), e reforça as regras de segredamento que regem a etiqueta menstrual. Como afirma Young:

A etiqueta menstrual cria uma barreira e emocional e disciplinar para meninas e mulheres. Por meio do repetido reforço dessas regras de etiqueta, nós, meninas e mulheres, sabemos que somos vergonhosas, não por causa de algo que tenhamos feito, mas simplesmente por sermos quem somos. (YOUNG, 2005, p. 112).

Grande parte da literatura sobre menstruação e gênero aponta para o engendramento entre os significados negociados em torno do fenômeno e a construção da feminilidade (cf. SARDENBERG, 1994; JACKSON & FALMAGNE, 2013). Fáveri e Venson (2007), por exemplo, alegam que as falas das mulheres entrevistadas em seu estudo sugerem que a menarca funciona como o início de sua construção como mulher. Um dos aspectos do “ser mulher” estaria relacionado à necessidade de se esconder o corpo que sangra e de se movimentar e se comportar com mais cautela, ou seja, “como uma mocinha”. Dessa forma, as preocupações

relativas à menstruação – evitar vazamentos, esconder que se está menstruada e lidar com cólicas, por exemplo – adquirem significados mais complexos, uma vez que passam a fazer parte de uma tradição de cuidado com o corpo que define o que é ser uma mulher: “para essas mulheres, sangrar significou uma nova leitura de seus corpos e a construção de um novo senso de si: elas assumem um novo papel, um novo estilo de vivenciar o corpo, adquirem uma nova postura de forma propositada” (FÁVERI & VENSON, 2007, p. 71). A fala de Camila sugere uma relutância em se adequar a essa nova postura:

Camila: A minha primeira menstruação foi com onze anos e sete meses. É... eu não queria, ficar menstruada, assim, apesar de ter várias amigas que já eram na v- como eu sempre fui a mais nova da classe, então eu era a última a ficar menstruada, mas eu gostava de ser menina, ser criança. Então eu não queria @@ mas também não era, não f-, não era uma *questão*, assim, não foi um... não era um problema. Mas eu tô falando aqui dos meus sentimentos mais íntimos, né, eu queria continuar criança por mais um tempo. E na verdade, tô falando isso agora, tô pensando alto aqui com você, @@ não muda, né, o que muda eu uso só- enfim, né, comprar o absorvente uma vez por mês.

A localização temporal exata da menarca no relato de Camila constrói a experiência como um marco preciso em sua vida de 37 anos. Um estudo realizado com 53 mulheres de 34 países diferentes indica que o momento da menarca costuma ser lembrado de forma vívida e precisa (cf. USKUL, 2004), o que sugere a centralidade da experiência na construção de subjetividades. Na fala de Camila, a percepção de uma ameaça ao seu status de criança também aponta para o caráter demarcador do evento, que parece indicar o fim da infância. A reformulação de sua fala de “menina” para “criança” (“mas eu gostava de ser menina, de ser criança”, “eu queria continuar criança por mais um tempo”) ressalta o caráter não generificado do período pré-menarca – o emprego anterior de “menina” deixaria uma marca de gênero em seu discurso, que foi suprimida pelos usos subsequentes de “criança”. No entanto, ao produzir discursivamente as lembranças de seus sentimentos da época, Camila questiona sua própria projeção de uma temporalidade dividida entre antes e depois da infância. Pode-se dizer que o discurso da participante inicia em um ancoramento temporal que projeta relações de gênero e maturidade e termina em uma desvinculação da menarca dessas projeções, deslocando o foco para o aspecto micro experiencial e material da menstruação (“o que muda eu uso só- enfim, né, comprar o absorvente uma vez por mês”). Assim, a fala de Camila aponta para a experiência da menstruação como uma construção discursiva, que é forjada por meio de significados que podem ser reformulados. Na narrativa a seguir, os sentidos que Camila associa ao “deixar de ser criança” tornam-se mais evidentes:

Camila: E é isso, eu acho que não tive assim, nenhum... grande... nenhum, não teve nenhum... não foi um *problema* exatamente, mas eu me lembro de ter sido um constrangimento, né, por não querer... um constrangimento porque invadiram a minha privacidade, porque eu sabia que ela seria invadida... Né, porque as pessoas *vibram* com isso, porque as pessoas tornam isso um marcador, é... e... é isso. Por querer- quando eu fui- né, quando o peito foi crescendo, quando, é, o corpo foi mudando eu queria esconder o corpo um pouco, né, eu fiquei um pouco constrangida com essa mudança do corpo... mas... é... foi isso assim, eu fiquei um pouco constrangida de me transformar numa pessoa também com... sexualidade. Nesse sentido do... do corpo da mulher adulta. É... pensando na sexualidade num sentido muito restrito, né.

Novamente, vem à tona na fala de Camila o discurso do constrangimento associado à exposição de seu novo status. Assim como ocorre ao fim do trecho anterior (“não muda, né”), a participante apresenta tal mudança de status como uma fabricação externa (“as pessoas tornam isso um marcador”). Além disso, aparecem motivos para o constrangimento que vão além da invasão de sua intimidade (que havia ocorrido quando sua mãe informou o acontecimento para uma vizinha e para seu pai): “eu fiquei um pouco constrangida com essa mudança do corpo”, “eu fiquei um pouco constrangida de me transformar numa pessoa também com... sexualidade”. Assim, apesar de rejeitar a fabricação externa do marco da menarca e de não projetar uma relação de causa e consequência entre a primeira menstruação e as mudanças em seu corpo, Camila localiza a menarca em um contexto mais amplo de “transformar[-se] em uma pessoa com sexualidade”. É interessante observar que, em uma pesquisa que pedia a meninas pré-adolescentes que desenhassem o corpo de uma mulher, Koff (1983, apud LEE, 1994) aponta que as meninas que já haviam menstruado desenharam corpos em que a diferença sexual é significativamente mais evidente:

Parece haver uma indicação de que, independentemente das mudanças concretas que estejam ocorrendo, no momento da menarca, a menina antecipa e experiencia uma reorganização de sua imagem corporal na direção de uma maior maturidade sexual e diferenciação feminina. (KOFF, 1983, p. 83 apud LEE, 1994, p. 351).

Segundo Lee (1994), “em sociedades patriarcais e heterossexistas, a menarca significa simultaneamente uma disponibilidade sexual emergente e um potencial reprodutivo” (p. 344). A autora argumenta que a associação entre a função reprodutora e o “ser mulher” constrói as meninas que são capazes de gerar filhos não só como mulheres, mas como mulheres sexualizadas. Indo mais além, algumas pesquisas mostram que meninas que começam sua vida menstrual cedo estão frequentemente sob suspeita de promiscuidade (LEE, 2009). A fala de

Camila aponta para uma ansiedade em relação ao desenvolvimento de características associadas à sexualidade da mulher adulta: “quando o peito foi crescendo, quando, é, o corpo foi mudando eu queria esconder o corpo um pouco, né”. Assim, o desejo de Camila de “continuar criança por mais um tempo” parece estar associado a uma rejeição do “marcador” de terceiros que a posiciona como uma mulher “com sexualidade”. Como ela mesma aponta, tal definição de sexualidade está ancorada na noção de corpo feminino desenvolvido, “o corpo da mulher adulta”. Esse “sentido muito restrito” de sexualidade torna inteligíveis os discursos de promiscuidade de meninas que já menstruaram, pois, nessa perspectiva, a sexualidade residiria primordialmente nas manifestações exteriores do corpo em vez de na subjetividade-corporeidade dos indivíduos. Pode-se dizer que essa perspectiva limitadora e externa de sexualidade contribui para a (hetero)sexualização do corpo das meninas, já que sua construção como seres sexuais parte do olhar do outro, o qual está imbuído de normatividades de gênero e de (hetero)sexualidade. Como afirma Lee:

Sexualização implica heterossexualização, significando que mulheres são ensinadas a viverem e disciplinarem seus corpos de acordo com as prescrições da heterossexualidade, experienciando a si mesmas como objetos sexuais para a observação e o prazer masculino heterossexual, bem como mães dos filhos dos homens. (LEE, 1994, p. 344).

Assim, a menarca como marco de passagem do ser criança para o ser mulher aponta para o caráter central da função reprodutora na construção de subjetividades generificadas: “na menarca, o senso subjetivo de meninas sobre si mesmas desenvolve-se simultaneamente aos processos de maturidade sexual” (LEE, 2009, p. 617). Segundo Lee (2009), estudos sobre a menarca descrevem a ambivalência de meninas em relação às mensagens sexuais associadas a seus corpos em desenvolvimento, sendo caracterizada principalmente por sentimentos de vergonha, medo ou orgulho da maturidade recém-adquirida. Além disso, o sentimento de incompreensão costuma estar presente. As mulheres entrevistadas por Uskul (2004), por exemplo, relatam terem tido dificuldade em entenderem por que alguns de seus hábitos deveriam mudar após a primeira menstruação.

Já o papel do homem no processo de sexualização das meninas com base em seu potencial reprodutivo é evidenciado na narrativa de Helena sobre sua primeira menstruação:

Helena: Bom, teve... uma coisa de quando começou, né, a minha primeira menstruação, aos treze anos e eu não entendi, assim. Por exemplo, meu pai nunca participou da família, é uma pessoa completamente distante, nem... é, distante de participação e também nunca deu um centavo pra criação. Então, eu... eu achei muito estranho assim, minha mãe, é, ter que ligar pra Belém... e anunciar, a Helena já é uma mocinha @@ entender isso depois, né, de alguns anos, de que isso, isso era: agora você pode ter filhos. Né? Agora seu corpo produz outro corpo. Né? É... e aí... É, uma coisa muito estranha, agora vai ser isso sempre né, @ sei lá, é... Eu vou ter que conviver com isso sempre todo mês.

Apesar de ser uma pessoa que nunca havia cumprido as funções de cuidado e sustento associadas à paternidade, o pai de Helena é convocado pela mãe a participar do momento em que a menina torna-se “uma mocinha”. É possível que a imprescindibilidade de sua participação indique seu papel na validação do status de Helena como mulher. Assim como na fala de Camila, a construção desse status é percebida pela participante como resultado de uma recém-adquirida capacidade de reprodução (“agora seu corpo produz outro corpo”) que deixa uma marca de antes e depois (“agora vai ser isso sempre”). Além disso, da mesma maneira como Camila localiza a origem da marca da menarca no outro (“as pessoas tornam isso um marcador”), Helena atribui a um interlocutor externo a associação entre o virar “mocinha” a capacidade de se reproduzir/de ser mãe (“entender [...] depois de alguns anos [...] que isso era: agora você pode ter filhos”). Similarmente, Uskul (2004) descreve a dificuldade que as participantes de seu estudo tiveram, à época da primeira menstruação, em entenderem os significados que os outros acoplavam à menarca. Assim, tanto Helena quanto Camila parecem questionar os sentidos de menstruação que são construídos por meio das atitudes de suas mães e pessoas próximas na ocasião de suas primeiras menstruações. No trecho abaixo, Helena intensifica seu questionamento:

Helena: E apesar da minha mãe ter aquele ar moderninho né, o anúncio foi “vai ficar *mocinha*” e que que- que que quer dizer isso? Ficar mocinha? @@ Não se(h)i que que i(h)ssso. Mas a vergonha que me deu né, de ter que anunciar m- meu *pai*, entendeu? E anunciar a um *homem* que eu ta- eu não via a relação.

A fala de Helena aponta para um esvaziamento de sentidos da palavra “mocinha”, termo carregado de significados tradicionais de gênero e sexualidade – alguns dos quais foram discutidos anteriormente, como a associação entre feminilidade adulta, heterossexualidade, reprodução e maternidade. A participante sugere uma contradição entre a postura “moderninh[a]” de sua mãe e o anúncio de seu status de “mocinha”. A construção dessa relação de oposição aponta para um entendimento da palavra “mocinha” como imbuída de sentidos conservadores ou não “moderninhos” de gênero e sexualidade. Entretanto, os sentidos evocados

pelo uso da palavra por sua mãe não são inteligíveis para Helena em um primeiro momento, o que, novamente, aponta para o jogo de negociações envolvido na construção de significados sobre o fenômeno da menstruação. Assim, a projeção de uma ininteligibilidade em relação aos sentidos evocados por sua mãe na utilização da palavra “mocinha” e na evocação da presença do pai aponta para uma desvinculação da experiência da menstruação de significados de gênero tradicionais.

Entretanto, ao expressar a incompreensão da inclusão não apenas de seu pai ausente, mas de homens em geral do evento de sua menarca (“e anunciar a um *homem* que eu ta- eu não via a relação”), Helena parece localizar a menstruação no âmbito da feminilidade, o que aponta para a ideia mais tradicional da menstruação como marcadora da diferença entre homens e mulheres (SARDENBERG, 1994). Assim como Camila, Helena evoca a noção de vergonha no momento do anúncio ao pai, o que pode construir o evento como uma transposição indesejada, por uma figura masculina, da fronteira que envolve o início de uma feminilidade mais marcada. A evitação do contato entre o olhar masculino e as manifestações corporais ditas femininas, realizada por meio das práticas de segredamento envolvidas na menstruação, também pode ser considerada uma prática oposicional de construção de dois gêneros distintos (FÁVERI & VENSON, 2007).

Nessa mesma linha, o levantamento de pesquisas etnográficas realizado por Sardenberg (1994) indica que os fenômenos da menarca e da menopausa são frequentemente utilizados para designar papéis sociais e estabelecer comportamentos esperados das mulheres. Junto ao início da vida reprodutiva, aumenta a ocorrência de discursos cerceadores, os quais contribuem para a construção da sexualidade feminina como algo que deve permanecer enclausurado. Sardenberg relaciona os cuidados com o corpo iniciados a partir da menarca ao entendimento desta como um marco que oficializa o início da disponibilidade sexual da mulher e, por extensão, o início de um período de maior “risco de perda” da virgindade (PARKER, 1992 apud SARDENBERG, 1994). Dessa forma, quando se entende que um indivíduo tenha passado de criança a moça, é comum que essa pessoa seja introduzida a discursos que recomendam uma nova forma de lidar com o próprio corpo, que difere drasticamente do comportamento recomendado a rapazes. Fáveri e Venson (2007) atribuem o controle de manifestações corpóreas das mulheres entrevistadas em seu estudo a uma tentativa de repressão sexual, a qual faz uso do discurso do corpo como instrumento de controle. O relato de Camila sobre sua adolescência é marcado por uma tentativa de controle de seu corpo por parte de seu pai:

Camila: Tenho um pai machista e observar esse pai machista ao longo da vida foi... é, algo que me causou muita indignação. Então... é... vem daí a minha inserção nesse debate [feminista]. E um pai que é, que me... que te- que me proibiu muitas coisas na adolescência justamente por questões de tabu relacionadas à sexualidade, né. Assim, eu não podia ir pra nenhum lugar porque o grande problema com ele- *dele* era eu transar com o namorado. Se eu não tivesse namorado era mais tranquilo, tendo namorado qualquer coisa que eu fizesse era um risco para transar com o namorado. E aí eu tinha que lidar um pouco com isso, tinha que criar alguns subterfúgios @@ pra fazer com que ele me permitisse. Ou pra fazer com que ele não interferisse na minha vida, né.

A atitude do pai de Camila reconstruída neste relato contribui para um entendimento da adolescente como um ser cuja principal característica é a sexualidade, a qual, por estar sempre sob “risco” de ser exercida por meio do ato sexual, deve estar sob constante vigilância. Apesar de neste caso a preocupação do pai parecer estar mais relacionada à existência do namorado do que ao acontecimento da menarca, os sentidos construídos em torno da primeira menstruação frequentemente iniciam as condutas de preservação da virgindade.

Assim, a partir das falas de Antônia, Camila, Helena, Luiza e Mariana, pode-se associar a vivência da primeira menstruação à produção mais intensa de discursos envolvidos na construção das noções de feminilidade, de diferenciação entre homens e mulheres e de sexualidade. O fato de as mulheres produzirem narrativas da menarca de forma detalhada e reflexiva – à exceção de Mariana – pode apontar para a centralidade da experiência na construção de subjetividades de gênero. Como afirma Woods (2013), “a menstruação cria uma realidade material que tem o potencial de conectar mulheres, e isso pode ser importante nas formas como algumas mulheres imaginam a si mesmas como sujeitos de gênero” (p. 268).

Dessa forma, considerando que os significados acerca dos corpos são objetos de disputas entre diversos setores da sociedade (LOURO, 2003), ao falarem sobre suas vivências corporais, as participantes deste trabalho entram no jogo de negociação dos sentidos que produzem o corpo feminino, que é perpassado por um silenciamento histórico (cf. PERROT, 2003). Pode-se dizer, assim, que os relatos produzidos por essas mulheres a respeito de sua relação com o sangue menstrual e de suas primeiras experiências com a menstruação desafiam concepções frequentemente evocadas na produção de inteligibilidades sobre a menstruação, como nojo, sujeira, vergonha, incômodo, higiene, sacralidade, (hetero)sexualidade, feminilidade, maturidade, entre outras.

No capítulo seguinte, veremos os embates travados entre as falas das mulheres entrevistadas e os discursos médicos e farmacêuticos sobre questões relacionadas à pílula anticoncepcional, que constroem disputas de categorias como inutilidade/utilidade, atraso/evolução e natureza/cultura. Além disso, serão discutidos alguns aspectos da construção

do corpo feminino como objeto de saber-poder da medicina (FOUCAULT, [1976] 1985) – cuja principal categoria é a concepção de “natureza feminina” –, bem como a produção de discursos medicalizantes sobre a menstruação.

2. A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

Não procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...); nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância. Mas, ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo.

História da Sexualidade I (Michel Foucault)

2.1. A invenção da “natureza feminina”

A constituição do corpo feminino como objeto de saber e prática da medicina é crucial na produção de sentidos sobre a menstruação, já que este fenômeno vem sendo pauta central na construção de discursos médicos essencialistas sobre a “natureza” da mulher. No livro *A medicalização do corpo feminino* (2002), Elisabeth Vieira trata da inserção histórica do corpo da mulher no paradigma médico, que confunde-se com o próprio crescimento da medicina como ciência. Segundo a autora, a construção da medicina como saber científico inicia-se no fim do século XVIII, quando o campo se estabelece como uma ciência capaz de deduzir padrões a partir de procedimentos experimentais, os quais se baseariam na observação neutra e imparcial de uma natureza preexistente. O papel central da medicina na sociedade consolida-se no século XIX, sustentado por ideais cientificistas propagados pelo movimento positivista. Além disso, ao emergir no bojo da formação da sociedade capitalista urbana, a medicina adquire um papel político ligado ao controle demográfico e à higienização da sociedade. Dessa forma, o campo se estabelece como produtor de saberes e como prática social.

Com base em Donnangelo (1979)¹⁶, Vieira descreve dois sentidos de extensão da prática médica. O primeiro refere-se à extensão do campo de jurisdição da medicina, que passa a incluir questões ligadas à reprodução, assim adquirindo um papel no controle dos nascimentos e da demografia que impulsiona a criação da obstetrícia e da ginecologia. O segundo está ligado à

¹⁶ DONNANGELO, Maria Cecília F.; PEREIRA, Luiz. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

“ampliação quantitativa dos serviços médicos e incorporação cada vez maior das populações ao cuidado médico individual” (VIEIRA, 2002, p. 21). O alargamento do campo de influência da medicina estaria também relacionado ao entendimento positivista das leis da biologia como reguladoras ideais da sociedade, sendo a doença considerada um reflexo da desorganização social. Além disso, o deslocamento do foco do combate à doença para a manutenção da saúde teria propulsionado o investimento no controle preventivo, ou seja, na evitação da degeneração social simbolizada pela doença. Como aponta Rohden ([2001] 2009):

Essa relação com o Estado comporta uma outra faceta, a do interesse mútuo na instauração de uma política de higiene pública e de campanhas de medicalização dos indigentes e assalariados. Os médicos, resguardados pela intenção intervencionista do Estado, traçam um programa sanitário que tem como principais metas a luta contra os flagelos sociais representados pelo alcoolismo, a tuberculose, as doenças venéreas, a prostituição, a criminalidade. E mais do que o combate específico contra esses males, estava em jogo a ideia da formação de uma população saudável que garantisse o futuro de cada nação. Os dois polos dessa política são, por um lado, a luta contra a degeneração, ou seja, contra tudo o que representasse a degradação progressiva e hereditária; por outro, o incentivo e controle do nascimento de novos cidadãos saudáveis. Neste caso, o gerenciamento da reprodução é fundamental, expresso em um interesse maior na gravidez, no parto, no aleitamento, na puericultura e até mesmo no casamento (Léonard, 1981; Guillaume, 1996). (ROHDEN, 2009, p. 37-38).

No Brasil, é somente em 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, que a medicina começa a ser uma preocupação central por parte do Estado (ROHDEN, 2009). Os médicos se estabelecem como guardiões do corpo físico e moral da população, bem como combatentes de epidemias e demais perigos da vida em sociedade. As degenerações física e moral estavam intrinsecamente associadas, intensificando-se o controle sobre atividades sexuais não convencionais. Dessa forma, a atividade de polícia sexual da população afasta-se das mãos da Igreja e volta-se para a medicina, sendo justificada pela proposta de higienização da sociedade.

Segundo Foucault (1985), a socialização das condutas de procriação, caracterizada por ações médicas e político-econômicas sobre a fecundidade dos casais, fazem parte da construção de um dispositivo produtor de saber e poder sobre o sexo intensificado no século XVIII. Esse dispositivo de sexualidade tem como principal objeto de investimento o corpo vivo, visando “não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1985, p. 101). O controle populacional massificante e a penetração corporal individualizante são descritas pelo autor como duas frentes do poder sobre a vida: a biopolítica da população, caracterizada pelo controle e intervenção sobre questões referentes à “natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração” (p. 131) e a anátomopolítica do corpo humano, relacionada ao exercício de disciplinas sobre o corpo para intensificação tanto de sua potencialidade quanto de sua utilidade e docilidade. De acordo com Foucault, o desenvolvimento do capitalismo apoiou-se fortemente na biopolítica da população para o manejo dos processos econômicos e nas disciplinas do corpo para a “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (p. 132).

Apesar de aparentemente projetarem uma relação “global versus particular”, ambos os polos promovem-se por meio de técnicas executadas em todos os níveis da sociedade: o indivíduo, a família, o Estado, a medicina etc. Portanto, a bio e a anátomopolítica não devem ser entendidas como, respectivamente, as facetas macro e micro do biopoder, mas como “dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida” (FOUCAULT, 1985, p. 136). Na articulação entre esses dois eixos está o sexo, local privilegiado para o exercício das disciplinas do corpo e do controle populacional por admitir tanto a regulação por meio de técnicas de intervenção mais situadas, como exames médicos e psicológicos, quanto a administração do corpo social como um todo por meio de estatísticas e medidas de massa voltadas para a sexualidade.

Além disso, a produção do biopoder apoia-se não tanto na ameaça jurídica de morte aos desviantes, característica do poder soberano, mas principalmente em um investimento normalizante sobre a vida. Como aponta Foucault:

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera

distribuições em torno da norma. [...] a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. (FOUCAULT, 1985, p. 135).

As funções qualificadora, hierarquizante e normalizante do biopoder evidenciam-se na construção de saberes sobre o corpo feminino, como se pode perceber dada a abundância de categorias médicas que localizavam as mulheres e suas manifestações corporais em diferentes pontos do contínuo normalidade-anormalidade. Segundo Foucault, além da socialização das condutas de procriação, outra estratégia de produção de saber e poder sobre o sexo foi a histerização do corpo da mulher, definida como o

tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização. (FOUCAULT, 1985, p. 99).

Assim, a necessidade de geração de indivíduos saudáveis e morais fundamentaria o investimento médico na regulação do corpo e dos desejos da mulher e a construção normalizante do “protótipo da mulher ideal, pura casta e civilizada” (ROHDEN, 2009, p. 89). A mulher histérica, com seus problemas nervosos e sua sexualidade exacerbada, constitui-se como o modelo do qual a mulher civilizada deveria se afastar. Além disso, a necessidade de manutenção do papel materno de cuidadora para o sucesso do projeto higienista contribuiu para a classificação de mulheres que abandonavam seus filhos como desnaturadas e incivilizadas. Surgem, assim, as imagens da mulher degenerada e da mãe desnaturada (figuras que desviariam da natureza biológica da mulher), bem como os fenômenos da histeria e da ninfomania (VIEIRA, 2002). A medicalização do corpo feminino, portanto, tem como um de seus aspectos a produção de hierarquias entre as mulheres com base em seus corpos e comportamentos.

Para Vieira (2002), a medicalização dos corpos das mulheres está baseada principalmente em duas frentes: a produção de ideias sobre o corpo feminino e o exercício de práticas intervencionistas. A primeira caracteriza-se pela criação de uma “natureza feminina” marcada pelas funções reprodutora e cuidadora. Com base nessa perspectiva, a saúde da mulher estaria ligada à reprodução e ao matrimônio – prostituição, masturbação e relações sexuais extraconjugais eram associadas a distúrbios e doenças. A crença em uma sexualidade feminina baseada no fenômeno do cio justificava o maior controle da sexualidade da mulher. Além disso, a invenção da função ovariana produziu o entendimento de que “os ovários dão à mulher todas as suas características do corpo e da mente” (EHNRENREICH e ENGLISH, 1973, p. 33 apud VIEIRA, 2002, p. 39). Por fim, a natureza inferior da mulher era justificada por teorias evolucionistas, as quais postulavam que o embrião fêmea representava o penúltimo um estágio na evolução final do ser humano, sendo o último a evolução para um embrião macho (KNIBIEHLER e FOUQUET, 1983 apud VIEIRA, 2002). Além disso, para a espécie, seria mais vantajoso que as mulheres tivessem maior desenvolvimento dos órgãos reprodutivos – conseqüentemente, a inteligência e força física seriam mais desenvolvidas nos homens (RUSSETT, 1995 apud ROHDEN, 2009). Assim, desde o fim do século XVIII, vinha crescendo a ideia de que os órgãos reprodutivos definiriam a natureza da mulher (ROHDEN, 2009), tanto fisiológica quanto mentalmente. Como afirma Rohden (2009, p. 141): “Os genitais parecem ter uma capacidade singular de interferência na estrutura da mente feminina”. Entretanto, apesar de o papel reprodutor feminino ser naturalizado, a sexualidade da mulher era marcada por uma potencialidade patológica, propensa a desvios da norma. A mulher estava, portanto, à mercê da biologia:

A mudança qualitativa no discurso, que passa então a disciplinar o corpo feminino de modo absoluto, traz a necessidade de demonstrar que existe uma degeneração de base comum a todas as mulheres, desqualificando-as como sujeitos e, portanto, desqualificando o saber que elas detêm sobre seu próprio corpo. A ‘natureza feminina’ vai explicar a loucura, a degeneração moral, a criminalidade, de tal forma que a mulher é considerada como um ser incapaz de autonomia. Apesar de deter o importante papel de transmissora da moral, a mulher é um ser tutelado, de maneira que o modelo idealizado de mãe e esposa não possa ser negado, sob o risco de transformá-la em doente. A doença passa a ter um significado de degeneração moral, a ideia de mulher relaciona-se à ideia de periculosidade. As teorias naturalistas e

evolucionistas vão se esforçar para demonstrar esses princípios. (VIEIRA, 2002, p. 30).

Entretanto, a fatalidade da natureza poderia ser flexibilizada de acordo com os valores da sociedade em questão. O mito da fragilidade física como inerente à feminilidade aplicava-se somente às mulheres pertencentes a uma elite, as quais tinham a opção de trabalhar negada como parte do projeto de investimento na reprodução e na infância, necessário para a preservação de segmentos sociais específicos (VIEIRA, 2002). Para Ehrenreich e English (1973; 1979 apud VIEIRA, 2002), a disseminação desse mito na Inglaterra do século XIX estava relacionada ao crescimento da medicina como profissão liberal, voltada para aqueles que podiam pagar por seus serviços. Por outro lado, as mulheres das classes trabalhadoras eram laboralmente exploradas sem que isso implicasse uma incoerência na ideia de natureza feminina. Além disso, a própria vivência da dor entre mulheres ricas e pobres era diferenciada. Segundo Vieira (2002), em 1876, o autor de uma tese inaugural da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o uso de anestésicos no parto normal escreveu que as condições de vida da mulher “civilizada” tornavam-na mais propensa à dor no parto¹⁷. No Brasil, a ideia de que mulheres negras são mais resistentes à dor persiste até hoje e, segundo ativistas, justificaria a maior execução de violência obstétrica sobre elas. Portanto, “havia várias ‘naturezas femininas’: uma ‘natureza geral’, de acordo com a condição de sexo, e outras ‘naturezas’, de acordo com a situação social” (VIEIRA, 2002, p. 37).

2.2. Medicina e menstruação

Pode-se dizer que a menstruação teve papel central no “processo de construção de padrões de normalidade para o corpo feminino” (VIEIRA, 2002, p. 42). No século XIX, a teoria ovular postulava que a excitação sexual da mulher estimulava os ovários a realizarem a ovulação, que, por sua vez, provocaria a menstruação (NOVAES, 1925 apud VIEIRA, 2002). Dessa forma, a incidência da menstruação seria afetada pelo modo de vida da mulher, sendo as “mulheres voluptuosas [...] abundantemente regradas” e as freiras, “menos abundantemente regradas”, segundo uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro escrita em 1891, recuperada no livro de Vieira¹⁸. Conseqüentemente, a menopausa representaria o fim da

¹⁷ CORDEIRO, José Belisário de Lemos. *Do emprego dos anestésicos durante o trabalho de parto*. 1876. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

¹⁸ SILVA, Henrique Wenceslau. *Da menstruação*. 1891. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

sexualidade da mulher. Dessa forma, os ovários estariam relacionados ao instinto sexual feminino e, conseqüentemente, à reprodução, ao passo que o útero estaria associado à função materna (ROHDEN, 2009).

De acordo com Vieira (2002), o quadro clínico apresentado por mulheres menstruadas contribuiu para que fisiologistas do fim do século XIX classificassem a menstruação como uma moléstia fisiológica. Com base nessa ideia, teria havido uma proliferação de teorias clínicas focadas na menstruação, especialmente na psiquiatria. Segundo a autora, uma tese de 1901 intitulada “Das desordens menstruais nas psicoses e nevroses”¹⁹ alega já estar estabelecida a interdependência entre o estado psíquico feminino e a função menstrual. De acordo com esse trabalho, as desordens menstruais poderiam levar a mulher, em último caso, à alienação mental.

Similarmente, em análise do conjunto de teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1833 e 1940, Rohden (2009) identifica a pervasividade das associações entre a menstruação e desordens como: ninfomania, erotomania, cleptomania, dipsomania, neurastenia, histeria, epilepsia, masturbação, prostituição, dissimulação, coreia, clorose, mania alucinatória, mania aguda, revolta, impulsões homicidas e suicidas. As mulheres estariam mais propensas a desenvolver essas perturbações durante os períodos de sangramento menstrual, mas, principalmente, nas ocasiões do início da puberdade, marcado pela menarca, e do fim da vida reprodutiva, caracterizado pela menopausa. A lista de distúrbios ilustra as ideias de Rohden (2009) e Vieira (2002) acerca da indissociabilidade entre patologias, órgãos sexuais femininos e comportamentos sexuais/sociais desviantes, especialmente aqueles desvinculados da reprodução (como a masturbação), do casamento (prostituição) e da maternidade (infanticídio). Rohden sugere que a redução do corpo feminino à função reprodutora está associada ao entendimento da mulher como uma ameaça para o funcionamento da sociedade:

Esses momentos [puberdade, menopausa, gravidez] são vistos também como aqueles em que a mulher pode se desgovernar, expressando indícios de uma recusa à subordinação masculina e a uma sexualidade restrita à reprodução. Parece que os médicos estavam certos de que toda a questão se centrava na sexualidade. Se vigiada e acoplada à gravidez e à maternidade, representava garantias; caso contrário, entrava no terreno das ameaças. (ROHDEN, 2009, p. 144).

¹⁹ SANTA ROSA, Josephino Satyro. *Das desordens menstruais nas psicoses e nevroses*. 1895. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A medicalização da menstruação e da menopausa é também descrita em um capítulo do livro *The woman in the body* (“A mulher no corpo”, [1987] 1992), no qual Emily Martin demonstra que o vocabulário utilizado em livros médicos dos anos 1980 constrói o ciclo menstrual como um processo corporal hierárquico cujo único propósito seria a preparação para a fecundação. Os textos utilizam metáforas que forjam um corpo feminino cujo ciclo menstrual seria comandado pelo hipotálamo, o qual iniciaria uma cadeia de “mensagens” ou “ordens” a demais partes do corpo, culminando em um sangramento no caso de não haver fecundação. Martin alega que o entendimento do corpo como um sistema hierárquico de transmissão de informações reflete a forma dominante de organização social, sendo apenas uma dentre algumas possibilidades de interpretação para a dinâmica menstrual. Entretanto, o problema maior dessa abordagem não residiria na projeção de relações hierárquicas entre as partes do corpo envolvidas no processo menstrual, mas nos discursos que emergem quando percebem-se mudanças no padrão de funcionamento do sistema, como ocorre na menopausa. A autora demonstra que a menopausa é entendida como a consequência de um colapso no sistema, caracterizado por funções falhas, decadência dos ovários, atrofia nos seios e genitália etc. Martin defende que a negatividade associada à menopausa não seria consequência apenas de uma rejeição social à mulher mais velha, mas de uma visão do corpo feminino como hierarquicamente organizado para fins reprodutivos. Portanto, quando as “ordens” não são mais recebidas de forma eficaz e falham em produzir as respostas entendidas como adequadas, assim afetando a cadeia (re)produtiva, o corpo entraria em decadência.

De forma similar, as metáforas relacionadas à menstruação a constroem como um processo falho, resultante do não acoplamento de um óvulo fecundado à parede uterina. Os livros médicos analisados por Martin descrevem a descamação da parede do endométrio como uma “degeneração” provocada pela falta de oxigênio, que, por sua vez, é causada pela queda nos níveis de estrogênio e progesterona, esta última decorrente da falha na fecundação ou na nidação (implantação do zigoto no útero). Assim, as consequências do lapso em se concretizar a função reprodutora são descritas por metáforas negativas, como “necrose”, “morte”, “perda”, “declínio”, “fraqueza”, “abstinência” e “falta”. Martin aponta para os discursos produtivistas que subjazem essa representação da menstruação, os quais podem indicar uma ansiedade em relação à ideia de produção nula – neste caso, a produção do embrião – e, simultaneamente, à perspectiva de uma produção desviada, fora de controle – o sangue menstrual. Assim, o sangue seria o inesperado, o inútil, a sobra em um processo não eficiente. A autora levanta a possibilidade de o medo da falta de controle estar associado à ideia da mulher menstruada como um ser que não responde às demandas sociais de reprodução e maternagem.

Em resposta ao argumento de que a forma mais adequada de se interpretar a menstruação seria de fato entendê-la como um processo de deterioração/regeneração, Martin alega que, mesmo em processos aparentemente análogos à produção de sangue menstrual, o vocabulário utilizado não aponta para sentidos de declínio ou inutilidade. Assim, apesar de grande parte da ejaculação masculina ser composta por fragmentos celulares, a autora argumenta que os textos médicos não fazem referência a um processo de desfragmentação. Além disso, ao contrário do sangue menstrual, o espermatozoide não é descrito como um “resto” decorrente da falha reprodutiva.

Outro processo fisiológico análogo à menstruação seria a digestão das proteínas pelas secreções intestinais, que requer a produção abundante de um muco para a proteção das paredes do intestino. A autora alega que tal muco é continuamente descartado e renovado, mas que esse processo é apenas descrito em livros direcionados a estudantes de medicina. Em contraste, além de ser caracterizada em termos mais negativos, a ideia da menstruação como “desintegração” está presente tanto nos livros especializados quanto nos direcionados ao público em geral. Portanto, a pesquisa de Emily Martin sugere que os processos fisiológicos são narrativas cuja construção costuma estar predominantemente nas mãos da medicina. Apesar de a menstruação frequentemente parecer admitir apenas uma interpretação, narrativas diversas podem ser tecidas sobre ela, mesmo em seu âmbito fisiológico. Parafraseando Martin, seria correto entender o sangue como produto indesejado de um processo reprodutivo defeituoso nos casos em que a mulher não deseja ter filhos? Para esta mulher, não seria então o propósito do ciclo a produção do sangue?

Poderia-se alegar que os discursos médicos trazidos nesta seção estariam ultrapassados. Entretanto, como visto no capítulo anterior, as falas das mulheres entrevistadas por mim sobre seus primeiros sangramentos apontam para a permanência da ideia de menstruação como um importante marcador da “natureza” feminina, sendo a menarca utilizada como justificativa para a prescrição de condutas apropriadas para mulheres. Já a recorrência de discursos de patologização menstrual baseados em tal naturalização pode ser indicada pelo persistente sucesso das ideias de supressão menstrual presentes no livro *Menstruação: a sangria inútil* (1996), de Elsimar Coutinho, cujas ideias serão discutidas ainda neste capítulo.

Por fim, deixando um pouco de lado o discurso das teses e livros médicos, volto-me para a representação da menstruação nos discursos “mediáticos” (NATANSOHN, 2005), ou seja, na fala médica mediada pela mídia. Natansohn analisa as falas de dois ginecologistas (dentre eles, Elsimar Coutinho) em quadros de “tele-consulta médica” pertencentes a dois programas da televisão aberta. Nesses quadros, telespectadoras – geralmente, de classes sociais mais baixas – contam o programa para tirar dúvidas sobre questões relacionadas à saúde da

mulher. A autora demonstra que o discurso dos médicos aponta para sentidos de naturalização do corpo feminino, enfatizando a subordinação da mulher à vontade da natureza por meio da projeção de relações de causalidade entre determinados fenômenos fisiológicos: “é muito provável que aquela galactorréia explique o fato dela não engravidar, porque a natureza não quer que ela pratique o sexo, não quer que ela ovule”.²⁰ Além disso, alguns discursos associam a menstruação à possibilidade de desenvolvimento de doenças. Uma das falas menciona, por exemplo, o risco de se contrair uma DST ao se fazer sexo durante a menstruação. Outra defende a protelação da menarca sob a justificativa de que há maior incidência de endometriose e câncer de mama em pessoas que menstruam mais cedo, além de maior risco de interrupção no crescimento: “olha só, e ela fica mais alta, ela fica mais bonita, a partir do momento em que menstruou, acabou, ela não cresce mais”²¹.

Como aponta Natansohn, os discursos médico-televisivos não podem ser considerados equivalentes aos discursos da medicina, já que a mediação daqueles pela mídia lhes confere características particulares, dentre elas o “[reforço de] sua legitimidade e [a moderação de] sua conflitividade” (2005, p. 301). Nos dois programas analisados, a construção midiática do discurso médico sobre os corpos das mulheres concede a este um caráter de verdade absoluta, o que imbui o ginecologista de autoridade para instruir, orientar e aconselhar comportamentos ao público feminino. Um dos recursos utilizados na construção desse discurso de verdade é o posicionamento da audiência em um lugar de não saber – reforçado pelo fato de o público ter menos acesso aos discursos científicos do que os médicos em questão – e a simultânea localização dos médicos como porta-vozes da ciência. Sobre essa questão, a autora afirma:

Nessa orientação, é necessária uma audiência – mulheres – que reconheça que precisa aprender alguma coisa sobre seus corpos. Ela precisa ‘aprender’ a conhecer como funciona o seu corpo e a conhecer os sinais e sintomas dele a partir das palavras e do conhecimento especializado, ou seja, da palavra do médico. (NATANSOHN, 2005, p. 300-301).

Assim, na construção do corpo feminino como objeto de saber da medicina e da autoridade dos médicos de falar sobre ele, estão envolvidos não apenas os discursos da ciência médica em si, mas também os discursos “mediáticos”, estejam estes em revistas, em programas

²⁰ Programa Conversa Franca (Salvador, 2000), citado em Natansohn (2005).

²¹ Programa Note e Anote (São Paulo, 2001/2002), citado em Natansohn (2005).

de televisão ou na Internet. Os discursos médicos mediados pela mídia são especialmente relevantes para a construção de inteligibilidades sobre a medicalização do corpo, já que, junto aos discursos da consulta médica, são os que atingem a população mais diretamente. Como veremos ainda neste capítulo, as propagandas de pílulas contraceptivas também são fontes representativas de produção de discursos “mediáticos” sobre a menstruação e o corpo feminino. Assim, vimos nesta seção que questões relacionadas à reprodução (dentre elas, a menstruação) têm sido objeto de particular interesse na produção de ideias sobre o corpo feminino em discursos médicos. Na próxima seção, será discutido o papel da ginecologia na construção desses saberes.

2.3. Ginecologia e intervenções no corpo feminino

O processo de intervenção médica sistemática no corpo feminino ganha força no período de transformação do parto em um evento médico, iniciada no Renascimento e consolidada no século XIX com o desenvolvimento da prática obstétrica (VIEIRA, 2002). Segundo Vieira, as parteiras foram gradualmente vendo suas práticas serem colocadas à margem, assim perdendo a hegemonia no controle dos nascimentos. Apesar de a institucionalização da obstetrícia como disciplina médica ter sido dificultada pelo fato de a área ser considerada uma especialidade menos valorizada dentro da medicina, o discurso médico da metade do século XIX no Brasil defendia a hospitalização do parto e colocava a competência das parteiras sob suspeita. Ainda de acordo com a autora, a associação cultural dos hospitais à população pobre, o pudor das mulheres em serem observadas por homens e a alta taxa de mortalidade devido a infecções hospitalares contribuíram para a resistência inicial ao modelo medicalizado do parto. Entretanto, na virada do século, os avanços na bacteriologia e o desenvolvimento de técnicas de assepsia, anestesia e profilaxia teriam consagrado a hospitalização do parto e o papel dos médicos como detentores dos saberes sobre o nascimento. Sobre esse tema, é interessante destacar o caráter fluido das normas sociais relativas às práticas obstétricas, vide o crescimento atual do movimento em defesa do parto domiciliar, antes considerado algo pertencente a um passado pré-científico.

Assim, a partir das inovações tecnológicas ocorridas no século XIX na área da saúde, a obstetrícia – “o tratamento dos fenômenos da reprodução na mulher, como gravidez, parto e puerpério” (p. 49) – e a ginecologia – “o estudo e tratamento do aparelho reprodutivo e das doenças femininas” (p. 62) vão gradualmente dando origem a duas áreas distintas do

conhecimento (ROHDEN, 2009). Segundo Rohden (2009)²², nos contextos inglês e estadunidense, os obstetras tradicionais trabalhavam sob uma perspectiva menos intervencionista e mais voltada para a experiência clínica do médico na dedução de problemas. Já os ginecologistas apoiavam-se nas descobertas científicas da época, focando sua prática em procedimentos cirúrgicos como a histerectomia e a ovariectomia. A maior lucratividade da ginecologia, em comparação ao faturamento decorrente da prática da obstetrícia, tornava aquela uma atividade mais cobiçada pelos profissionais. A ginecologia constitui-se, assim, como uma ciência de maior prestígio. Dessa forma, a medicalização mais contundente do corpo feminino, que ganhou força com a hospitalização do parto e com a transferência dos cuidados obstétricos das parteiras para os médicos, consolida-se com o surgimento da ginecologia como “uma verdadeira ciência da feminilidade e da diferenciação entre homens e mulheres” (ROHDEN, 2009, p. 221).

No Brasil, o trabalho de diferenciação sexual realizado pela ginecologia pode ser percebido na análise do conjunto de teses produzidas na antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ROHDEN, 2009). No livro *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* ([2001] 2009), Fabíola Rohden destaca o foco consideravelmente maior concedido ao estudo do corpo feminino, que estava indissociavelmente ligado à reprodução e à psique da mulher. As teses da época (1833-1940) voltadas para o corpo masculino tratavam principalmente de doenças venéreas, entendidas como consequências de um comportamento sexual anormal. Entretanto, como aponta Rohden, a anormalidade do homem era localizada no âmbito exterior, comportamental, ao passo que a mulher como um todo era construída como potencialmente patológica. Assim, o homem precisava ser tratado porque *estava* doente; a mulher necessitava sofrer intervenções porque *era* doente. Como vimos anteriormente, discursos biológicos deterministas atrelavam a mulher, seu corpo e conduta à função reprodutora, prevendo um constante perigo de “desnaturação”. Tais discursos ganham força com o advento da ginecologia, contribuindo para o fortalecimento dessa ciência e de suas práticas intervencionistas:

É nesse sentido que a medicina e, em particular, as especialidades dedicadas à mulher e à reprodução, como é o caso da ginecologia, se converte em uma verdadeira ‘ciência da diferença’. O argumento

²² Com base em: MOSCUCCI, Ornella. *The Science of Woman: gynaecology and gender in England (1800-1929)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; CIANFRANI, Theodore. *A Short History of Obstetrics and Gynecology*. Springfield: Charles C. Thomas, 1960.

central, que perpassa boa parte dos trabalhos da época e também justifica as intervenções concretas, diz respeito a uma distinção natural, de caráter biológico e pré-determinado entre os sexos. Homens e mulheres seriam naturalmente distintos nas suas características físicas e também nas suas características morais ou psicológicas. Além disso, as qualidades atribuídas a cada um e as suas funções sociais são descritas com o mesmo grau de determinismo que suas funções fisiológicas. O gênero parecia irremediavelmente colado ao sexo a partir de uma única e invariável direção. (ROHDEN, 2009, p. 19).

A imbricação entre o social e o biológico é marcante nos discursos sobre a menstruação nas teses médicas analisadas por Rohden. Ainda que, na época, não se soubesse a causa exata do fenômeno, prescrevia-se uma série de condutas e proibições a serem realizadas para evitar tanto a precocidade quanto o atraso do primeiro sangramento menstrual. Bailes, espetáculos e a leitura de romances “imorais”, por exemplo, poderiam acelerar o aparecimento da menstruação. A educação das meninas, por outro lado, causaria um desvio de energia da área genital para a área cerebral, o que poderia provocar o atraso da menstruação e o desenvolvimento de doenças nervosas. Além disso, medidas como aplicação de eletricidade e de sanguessugas à vulva eram recomendadas para combater o atraso. Por ser um momento de maior suscetibilidade a doenças e demais anormalidades que poderiam afetar o projeto reprodutivo, o período em torno da primeira menstruação deveria ser vigiado atentamente pelas mães e pelos médicos. Assim, o funcionamento do sistema reprodutivo era uma preocupação central, sendo o início da puberdade um momento crucial para o sucesso do modelo reprodutor do corpo feminino.

Como apontado na seção anterior, a menstruação estava intrinsecamente associada a distúrbios mentais, cuja cura por meio de cirurgias vinha ganhando cada vez maior aceitação. Segundo Rohden (2009), na virada do século XIX para o século XX, as teses apresentam estudos mais aprofundados sobre o tema. A ovariectomia, por exemplo, passa a ser amplamente citada. De acordo com a autora, apesar de descreverem o objetivo principal do procedimento como a remoção de quistos ovarianos, todas as teses sobre o assunto sugerem sua aplicação como um recurso para a cura de perturbações mentais relacionadas aos órgãos genitais. Uma das teses, por exemplo, localiza a origem da ovariectomia na tentativa de controle paterno dos desejos sexuais da filha.²³ Outra descreve o emprego da cirurgia como coibição da sexualidade

²³ SANTOS FILHO, José Rodrigues dos. *Ovariectomia*. 1873. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

de mulheres “debochadas”.²⁴ Nos casos descritos em uma terceira tese²⁵, condutas sexuais desviantes são curadas por meio de procedimentos como a remoção do colo do útero.

Entretanto, no início do século XX, cresce a preocupação acerca das consequências da remoção dos ovários. Na Inglaterra, além da esterilização, os efeitos descritos eram a aquisição de características masculinas e a perda do desejo sexual, fatores encarados como ameaças ao casamento e à divisão sexual do trabalho (MOSCUCCI, 1996 apud ROHDEN, 2009). Portanto, segundo Rohden (2009), a castração ovariana para a cura de doenças seria um paradoxo, pois impediria o cumprimento da função materna, que era não apenas um interesse de Estado, mas necessária para a preservação da saúde física e mental da mulher. Além disso, a invenção do conceito de hormônio e o desenvolvimento da endocrinologia vai estabelecer novas estratégias para a manutenção da natureza feminina:

Os hormônios pareciam ser as novas substâncias capazes de devolver a feminilidade esperada às mulheres que tinham, por algum motivo, perdido esse caminho. Se o padrão de comportamento sexual, social, reprodutivo, estético, não se coadunava com o modelo de gênero esperado, a administração dos hormônios – as verdadeiras substâncias da feminilidade – poderia reconduzir as mulheres ao seu devido lugar. (ROHDEN, 2009, p. 166).

Assim, mais do que nunca, os ovários passam a ser produtores de feminilidades, não somente por sua função na ovulação, mas principalmente por seu papel na produção de secreções que diferenciariam as mulheres dos homens. A natureza feminina, assim, passa a ser inscrita não apenas sobre o útero ou os ovários, mas, primordialmente, sobre os chamados hormônios sexuais.

2.4. A invenção dos hormônios sexuais e da pílula anticoncepcional

No livro *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones* (em tradução livre, *Além do corpo natural: uma arqueologia dos hormônios sexuais*), Nelly Oudshoorn ([1994] 2005) traça a trajetória dos hormônios sexuais, desde a invenção de seu conceito até sua

²⁴ SILVA, Miguel Archanjo da. *Ovariectomia*. 1873. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

²⁵ GARCIA, Urbano. *Da intervenção cirúrgico-ginecológica em alienação mental*. 1901. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

manipulação sintética e transformação em uma droga de produção em massa, a pílula anticoncepcional. Segundo a autora, o primeiro uso da palavra “hormônio” é registrada em um artigo de 1905 escrito por um fisiologista inglês. Nesse momento, as substâncias são vistas como mensageiros químicos responsáveis pela regulação de processos fisiológicos e pelo desenvolvimento do organismo. Assim, os mensageiros que se acreditava serem originados nos ovários e nos testículos passam a ser descritos como hormônios sexuais, substâncias responsáveis pelo desenvolvimento dos chamados caracteres sexuais. Como afirma Oudshoorn: “Hormônios sexuais foram assim conceituados como os mensageiros químicos da feminilidade e da masculinidade” (2005, p. 16).

Segundo a autora, na primeira década do século XX, a concepção dos hormônios sexuais como determinantes do masculino e do feminino ganha caráter paradigmático com o desenvolvimento da endocrinologia sexual como área do conhecimento. Ao passo que o interesse dos ginecologistas nas funções hormonais ovarianas estava voltado para o tratamento de problemas, os endocrinologistas voltavam-se para os hormônios como forma de entender o processo de diferenciação sexual. Outros grupos interessados no estudo dos hormônios sexuais eram os biólogos e os bioquímicos. Portanto, no início do século, a área floresce em diversas direções, mas mantendo a concepção antagonista de hormônios masculinos e femininos. Em trabalhos da época citados por Oudshoorn, os hormônios pareciam determinar não apenas os caracteres sexuais, mas os comportamentos sociais esperados de cada sexo. Como afirma a autora:

Localizar a “essência” do sexo em substâncias químicas implica que o sexo é uma entidade que pode ser identificada e isolada do organismo. Localizar o sexo em produtos químicos significa que pode haver excesso ou escassez dessas substâncias no organismo. O sexo transforma-se, assim, em uma entidade que pode ser medida, quantificada e manipulada por meio de técnicas de laboratório. Consequentemente, a endocrinologia do sexo transformou-se em uma ciência que intervém ativamente nas vidas das mulheres e dos homens, introduzindo técnicas de diagnóstico e intervenção que moldaram profundamente a prática médica. (OUDSHOORN, 2005, p. 145).

A endocrinologia ganha ainda mais força com o advento e o rápido sucesso da contracepção hormonal. Ainda de acordo com o livro de Oudshoorn (2005), o impulso inicial para a criação da pílula anticoncepcional ocorreu nos Estados Unidos por parte de Margaret

Sanger, uma ativista dos direitos da mulher. Sanger defendia o desenvolvimento de um contraceptivo simples, barato e universal por considerar a gravidez indesejada um dos maiores empecilhos para a libertação da mulher, bem como por alinhar-se a discursos eugênicos de controle populacional. Em 1950, a ativista escreve à amiga Katharine McCormick, sufragista milionária e uma das primeiras mulheres a se formarem no MIT: “Nos próximos 25 anos, o mundo e a nossa civilização vão depender de um contraceptivo simples, barato e seguro para ser usado em favelas e selvas pobres pelas pessoas mais ignorantes” (JOHNSON, 1977, p. 67 apud OUDSHOORN, 2005, p. 126). Assim, como aponta Oudshoorn, a emergência da pílula está imbricada em uma rede de interesses composta pelos movimentos eugênico, de controle populacional e de liberação da mulher (branca e ocidental, haja vista a fala de Sanger).

Garantindo investimentos anuais significativos de McCormick, Sanger convenceu o biólogo Gregory Pincus a direcionar sua pesquisa hormonal para o âmbito da contracepção. Em livro escrito posteriormente, o pesquisador atribui seu interesse na pesquisa a dois fatores: a intervenção de Sanger e o problema do acelerado crescimento populacional (PINCUS, 1965 apud OUDSHOORN, 2005). A pesquisa iniciou-se em 1951 no estado de Massachusetts, onde vigoravam leis contrárias à contracepção. Por esse motivo, os testes relativos ao uso da progesterona sintética como contraceptivo foram inicialmente realizados em pacientes de uma clínica de fertilidade, com o objetivo de fachada de desenvolver um produto que ajudasse na concepção.

Entretanto, a proibição da realização de pesquisas com contraceptivos e os efeitos colaterais atribuídos ao medicamento desenvolvido impediam que testes em larga escala fossem realizados nos Estados Unidos. Além disso, a proposta de desenvolver uma pílula “universal” só seria efetivada caso esta pudesse ser usada por mulheres de qualquer raça, escolaridade e classe social. A solução para esses problemas foi buscar participantes em um lugar pobre e superpopuloso onde não houvesse leis anticoncepção: Porto Rico. Após entraves em testes realizados com presidiárias e estudantes de medicina porto-riquenhas, bem como em pacientes psiquiátricos estadunidenses (homens e mulheres), os pesquisadores aliaram-se à Associação de Planejamento Familiar de Porto Rico para a realização de testes com habitantes de um novo conjunto habitacional, recém ocupado por famílias que haviam previamente morado em barracos.

A situação precária dessas pessoas tornava improvável que mudassem de habitação, o que facilitaria o controle das mulheres, assim evitando a alta taxa de “desaparecimento” de participantes que havia ocorrido nos Estados Unidos. Nas palavras de Celso-Ramon Garcia, ginecologista envolvido nos testes: “E assim nós tínhamos o equivalente a uma população

cativa, o que nos Estados Unidos você nunca teria” (ANÔNIMO, 1978, p. 66 apud OUDSHOORN, 2005, p. 125). Portanto, como aponta Oudshoorn, percebe-se que as pesquisas sobre a pílula envolvem mais do que cientistas realizando “descobertas” em seus laboratórios, sendo tecidas em meio a uma série de interesses e circunstâncias político-sociais e reforçando opressões classistas e racistas. Sobre essa questão, a autora afirma:

Ao escolher Porto Rico como local para os testes, a pesquisa hormonal torna-se indissociavelmente enredada em políticas de controle da natalidade. Essa escolha ilustra claramente como cientistas não operam fora de contextos sociais, mas selecionam ativamente esses contextos. A criação da pílula foi uma empreitada abertamente política baseada em uma ideologia muito específica concernente a suas usuárias potenciais. (OUDSHOORN, 2005, p. 126).

Outro aspecto da história da invenção da pílula que aponta para o enredamento da ciência em conjunturas sociais é a rejeição do efeito do medicamento sobre a menstruação. Segundo Oudshoorn, ainda durante os primeiros testes nos EUA, a administração contínua da primeira versão do medicamento nas pacientes teve como efeito o desaparecimento do período menstrual, o que causou descontentamento por parte das mulheres e da companhia farmacêutica que fornecia a progesterona, esta última preocupada com a manutenção da ocorrência “natural” da menstruação. Devido a esse problema, os estudiosos envolvidos no desenvolvimento da pílula propuseram uma pausa na ingestão do medicamento que teria como consequência o estímulo ao sangramento, assim “mimetizando a natureza” (OUDSHOORN, 2005, p. 120). Como afirma a autora: “Essa escolha do regime de administração exemplifica como as tecnologias médicas são modificadas para atender às necessidades de seus usuários, bem como às atitudes morais relativas à intervenção na natureza” (OUDSHOORN, 2005, p. 120). Além disso, apesar de as injeções de progesterona serem mais eficazes e baratas, a pressuposição de que as mulheres não iriam desejar submeter-se a injeções frequentes direcionou as pesquisas para o desenvolvimento de um contraceptivo oral. A ideia era criar um medicamento tão prático e bem aceito quanto a aspirina.

Em 1957, após alguns anos de testes, o FDA (*Food and Drug Administration*, órgão estadunidense responsável pelo controle de alimentos, medicamentos e outros produtos) aprovou a comercialização da primeira pílula, não como contraceptivo, mas como um medicamento para o combate de distúrbios menstruais. Todavia, seu efeito “colateral” como inibidora da ovulação era amplamente conhecido. Em 1960, quando o tabu em torno da

contracepção já era menor nos Estados Unidos, o FDA aprovou a pílula como um medicamento contraceptivo. Ao longo das décadas subsequentes, enquanto cada vez mais mulheres iniciavam o uso da pílula, novos testes foram sendo realizados para diminuir seus recorrentes efeitos colaterais, como tonturas, náuseas e dores de cabeça (OUDSHOORN, 2005). De acordo com o *Manual de Anticoncepção* publicado em 2015 pela Febrasgo²⁶ (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia), estima-se que 27% das mulheres brasileiras em idade fértil façam uso de anticoncepcionais orais. Todavia, tal porcentagem refere-se ao ano de 1996, sendo provavelmente mais elevada nos dias de hoje.

2.5. Discursos em embate sobre corpo, hormônios, pílula e menstruação

Apesar de ter um início marcado por uma mescla de interesses nos campos do controle populacional, da eugenia e da liberação de (algumas) mulheres, pode-se dizer que o discurso hegemônico sobre a pílula ainda a constrói como um marco na luta contra a naturalização do corpo feminino. A contracepção prática, acessível e sob o controle das mulheres viria de encontro à ideia de uma natureza feminina ligada à reprodução e à maternidade. Todavia, principalmente na Internet, são cada vez mais comuns os discursos de rejeição às sistemáticas intervenções bioquímicas nos corpos das mulheres, dentre as quais a pílula é particularmente criticada (LEAL & BAKKER, 2017).

Leal e Bakker (2017) comparam os discursos sobre a pílula presentes em duas reportagens da Revista Veja com posts de uma página e dois grupos no Facebook cujo tema principal é a contracepção não hormonal. Segundo as autoras, em artigo intitulado “50 anos de liberdade” (2010)²⁷, a Veja alega que “a pílula fez mais pelas mulheres e pelo direito ao prazer que todos os movimentos sociais”. Essa afirmação e o título do artigo parecem apontar para uma visão simplista de liberdade, posicionando a pílula como salvadora de mulheres oprimidas. Além disso, na reportagem de capa “Filhos? Não, obrigada” (2013)²⁸, atribui-se o fato de algumas mulheres não desejarem ter filhos a sua incapacidade de produção do hormônio ligado ao prazer na maternidade: “A descoberta dos efeitos da oxitocina contribuiu para separar a maternidade da essência feminina”. Ao utilizar o modelo hormonal como justificativa para escolhas das mulheres, essa afirmação mantém uma perspectiva essencialista do corpo

²⁶ FINOTTI, Marta. *Manual de anticoncepção*. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015.

²⁷ RUBIN, D. 50 anos de liberdade. *Veja*, ano 43. 2010. Edição especial.

²⁸ CICERONE, E. Filhos? Não, obrigada. *Veja*, ano 46, n. 22. 2013.

feminino, ainda que sob um discurso de aparente desnaturalização. Com base nessa perspectiva, o uso da pílula poderia ser entendido como uma forma de “respeito” à natureza “não maternal” de mulheres desprovidas de oxitocina. Assim, tais discursos positivos sobre a pílula constroem-se em meio a uma retórica de liberdade feminina e escolha pessoal, mas que parece não deixar de procurar nos hormônios a essência da feminilidade.

Uma retórica similar parece ser utilizada em propagandas que promovem o uso da pílula com base na exposição de seus supostos benefícios secundários, como a diminuição da acne, da ansiedade, da irritabilidade, de inchaço e de dores de cabeça, além da regulação e diminuição da intensidade do fluxo menstrual (NUCCI, 2012; WOODS, 2013). Primeira droga na história da medicina a ser direcionada a pessoas saudáveis (OUDSHOORN, 2005), a pílula anticoncepcional é frequentemente promovida como uma droga de “estilo de vida”, ou seja, um medicamento cujo “objetivo não é, primordialmente, o tratamento de uma doença, mas o aperfeiçoamento de determinadas performances ou aparências corporais” (NUCCI, 2012, p. 128). Com base na análise de comerciais televisivos estadunidenses das pílulas Yaz e Beyaz (ambas da Bayer), Nucci (2016) sugere que os riscos associados ao uso da pílula são frequentemente colocados em segundo plano e seus benefícios para o “estilo de vida da mulher moderna” são ressaltados, “fazendo com que muitas vezes as pílulas se assemelhem mais a produtos de beleza e itens da moda do que a remédios” (NUCCI, 2012, p. 137). Em análise de campanhas publicitárias estadunidenses da pílula Loestrin, desenvolvida para diminuir os dias da menstruação, Woods (2013) chega a conclusão similar, alegando que a diminuição da frequência dos sangramentos é promovida como uma escolha individual realizada por mulheres para melhorar seu estilo de vida. Além disso, o comercial televisivo em foco apresenta uma marcante construção das consumidoras alvo dessa pílula: mulheres “brancas, jovens, solteiras e heterossexuais interessadas em música [e] moda” (WOODS, 2013, p. 275).

Na contramão dos discursos da Veja e dos laboratórios farmacêuticos, os posts da página “Um Veneno Chamado Anticoncepcional” e dos grupos “Adeus Hormônios: Contracepção não hormonal” e “DIU (t de cobre) tudo sobre todos os DIU”, os três com consideráveis números de curtidas/participantes no Facebook, apontam para uma resistência aos discursos médicos que amenizam os riscos associados ao uso da pílula e prescrevem o medicamento de forma indiscriminada (LEAL & BAKKER, 2017). Segundo Leal e Bakker, nesses ambientes virtuais, os contraceptivos hormonais são frequentemente referidos como venenos e a troca para o DIU como uma libertação. As autoras apontam, ainda, que são recorrentes os relatos de resistência dos médicos em apoiar a mudança de método contraceptivo, muitos até mesmo recusando-se a colocar o DIU de cobre em mulheres que não tenham filhos. Além disso, uma série de efeitos

colaterais do uso da pílula são citados pelas participantes dos grupos, sendo os mais comuns: náuseas, cansaço, perda de libido, dores de cabeça e nas pernas. Os efeitos negativos da pílula ganharam destaque em 2016, quando a hashtag “MyPillStory” (Minha história com a pílula) infestou o Twitter por vários dias com relatos de mulheres que sofreram efeitos colaterais como depressão, derrames e formação de coágulos sanguíneos (KISSLING, 2016). Em minha entrevista com Antônia, a participante demonstra preocupação com os riscos associados ao uso da pílula:

Joana: E você resolveu parar a pílula por quê?

Antônia: Resolvi parar a pílula porque, porque eu tava tomando há mais de vinte anos, né? Eu fumava antigamente cigarro né, tem seis anos que eu não fumo mais, e não é legal... é... nenhum-nenhum médico virava pra mim e falava que eu não devia estar fumando e tomando anticoncepcional ao mesmo tempo, você aumenta o teu risco de doença cardiovascular absurdamente, eu acho que cê vai ficando mais velha cê vai se- começando a se preocupar um pouco mais com essas coisas, né, já fiz vários check-ups e tal, com cardiologista e tal, e aí... é... já algum tempo pedindo pro meu marido fazer uma vasectomia @ há muito tempo né, poxa dezoito anos de relaci- de casado. É... absurdo esse tempo todo toda a... obrigação da contracepção fica na minha mão, né, é... o fato de eu não- de eu ter optado por não ter filho, se eu fosse fazer uma intervenção, é uma intervenção muito invasiva, cirúrgica pra mulher, muito mais fácil pro homem fazer. Então ele *finalmente*, depois de *muito* tempo de encheção de saco, fez a vasectomia dele, e eu pude parar e na hora que pude finalmente parar, me veio um certo medo, porque eu me dei conta que eu não me conhe-, eu não sei quem eu sou sem... o anticoncepcional. E como eu sei... é... que hormônio te afeta muito, teu estado de... teu estado de... é... de humor mesmo né, não vou falar que é estado mental pra gente não entrar naquela história de mulher maluca.

Joana: @@

Antônia: @@ Que aliás é um absurdo né, porque homem também tem hormônio e... é... eu mas eu fiquei com medo sabe, fiquei com medo primeiro de voltar a ter cólica, fiquei com medo de como que meu corpo ia reagir da menstruação, disso tudo, [...].

Assim como as participantes dos ambientes virtuais analisados por Leal e Bakker (2017), Antônia constrói um discurso opositivo à fala médica hegemônica, a qual falharia em alertar as usuárias da pílula a respeito das circunstâncias em que se deve evitar o uso da contracepção hormonal: “nenhum médico virava pra mim e falava que eu não devia estar fumando e tomando anticoncepcional ao mesmo tempo, você aumenta o teu risco de doença cardiovascular absurdamente”. A fala de Antônia aponta para um questionamento da autoridade do saber médico, apresentando um possível risco decorrente da localização do discurso (neste caso, do silêncio) médico em um local de superioridade inquestionável. A entrevistada parece atribuir a busca autônoma por conhecimento sobre o assunto à sua idade (“cê vai ficando mais

velha cê vai se- começando a se preocupar um pouco mais com essas coisas”), porém sem descartar o papel da medicina na administração de sua saúde (“já fiz vários check-ups e tal, com cardiologista e tal”).

Além de apontar para uma problematização do discurso médico, a fala de Antônia sugere um questionamento dos sentidos de liberdade frequentemente acoplados ao uso da pílula, como aqueles produzidos nos artigos da Revista *Veja* citados por Leal e Bakker (2017). A ideia da pílula como um método contraceptivo acessível e controlado pelas mulheres, que vem sendo promovida como uma vantagem desde a criação da primeira pílula (OUDSHOORN, 2005), é realocada sob um viés negativo de cerceamento de liberdade: “É... absurdo esse tempo todo toda a... obrigação da contracepção fica na minha mão”. Dessa forma, pode-se dizer que a suposta desvinculação da figura feminina do cuidado maternal que o advento da pílula teria proporcionado pode, por vezes, dar lugar a um aumento da responsabilização das mulheres sobre o cuidado contraceptivo. Antônia, entretanto, não encara a incorporação dessa responsabilidade de forma naturalizada, classificando a situação como um “absurdo”.

Como vimos no início do capítulo, ao contrário do corpo feminino, o corpo masculino não foi alvo de intervenções médicas sistemáticas ao longo da história – ao menos, no âmbito da reprodução (ROHDEN, 2009). Essa dinâmica oposicional pode ser ilustrada pelo cenário descrito por Antônia, no qual a participante ingere um medicamento contraceptivo durante os dezoito anos de casamento ao passo que seu marido deve ser convencido a realizar um procedimento de esterilização: “Então ele *finalmente*, depois de *muito* tempo de enchimento de saco, fez a vasectomia dele”. Além disso, no discurso de Antônia, o estabelecimento de uma diferenciação entre os procedimentos de esterilização de homens e mulheres no que toca o grau de intervencionismo ou “invasão” no corpo pode apontar para sentidos questionadores da construção do corpo feminino como potencialmente mais aberto a interferências médicas: “se eu fosse fazer uma intervenção, é uma intervenção muito invasiva, cirúrgica pra mulher, muito mais fácil pro homem fazer”.

A seguir, a fala “na hora que pude finalmente parar, me veio um certo medo, porque eu me dei conta que eu não me conhe-, eu não sei quem eu sou sem... o anticoncepcional” classifica a pílula como parte da subjetividade de Antônia. Pode-se dizer que a pílula é frequentemente entendida como um medicamento de uso quase vitalício para as mulheres, tanto por sua função contraceptiva – já que se presume hegemonicamente que toda mulher se relaciona ou se relacionará com homens – quanto por sua construção como uma droga de estilo de vida (NUCCI, 2012). Assim, os mais de vinte anos em que Antônia vinha sendo usuária da pílula e o “medo de como que [seu] corpo ia reagir da menstruação, disso tudo” após a interrupção

apontam para uma imbricação entre a experiência de si e a ingestão de hormônios sintéticos, o que indica uma inseparabilidade entre processos de subjetivação e de medicalização.

Além disso, a escolha do termo “estado de humor” em vez de “estado mental” para designar o domínio do sujeito onde opera a influência dos hormônios sugere uma evitação da propagação de discursos deterministas e patologizantes, os quais não raro associam atitudes femininas consideradas “irracionais” a períodos como a TPM e a gravidez. O âmbito do “humor”, apesar de também poder carregar sentidos patologizantes, é um domínio menos associado a discursos médicos do que a “mente” feminina, cujos “distúrbios” estão historicamente associados ao útero, aos ovários e, mais recentemente, aos hormônios sexuais (FOUCAULT, 1985; ROHDEN, 2009; VIEIRA, 2002). Dessa forma, a deliberada evitação da associação entre os hormônios e o estado mental feminino pode apontar para uma recusa “[à]quela história de mulher maluca”, ou seja, à associação de comportamentos desviantes do padrão de feminilidade – como o mau humor e a irritabilidade – a uma patologia intrínseca à fisiologia dita feminina. Além disso, a fala “Que aliás é um absurdo né, porque homem também tem hormônio” destaca a assimetria no entendimento dos hormônios como “mensageiros” tanto da feminilidade quanto da masculinidade (OUDSHOORN, 2005), já que aqueles frequentemente parecem determinar o destino de mulheres de forma mais intensa do que o de homens.

Por fim, o receio da vivência da TPM e da intensificação das cólicas e do sangramento menstrual – que, mais adiante na entrevista, são mencionados como os principais medos da participante relativos à interrupção da pílula – sugerem a centralidade de questões referentes à menstruação na manutenção da medicação durante tantos anos de sua vida. Como já vimos, a atenuação dos efeitos menstruais é um dos principais fatores descritos como vantagens na promoção do uso do medicamento, havendo até mesmo uma pílula desenvolvida especialmente para esses fins, a Loestrin (WOODS, 2013), também comercializada no Brasil. A escolha da amenização dos “sintomas” menstruais como destaque na construção de narrativas positivas sobre as pílulas parece ecoar sentidos patologizantes da menstruação, delimitando-a como um problema em busca de uma solução médica(mentosa). Assim, apesar de a pílula poder de fato trazer benefícios para mulheres que viviam um período menstrual incômodo e/ou doloroso como o de Antônia, as narrativas médicas e farmacêuticas sobre seu uso devem ser lidas de forma complexificada, levando-se em conta os potenciais riscos de sua ingestão, bem como a situacionalidade dos atores sociais envolvidos em sua promoção.

Leal e Bakker (2017) postulam que o ativismo antipílula produzido em meios virtuais baseia-se na defesa de um corpo natural, livre de intervenções bioquímicas. Dessa forma, em

contraste com o tradicional discurso feminista de desnaturalização do corpo, surgem discursos em prol de uma naturalização, os quais “emerge[m] como resistência ao regime de saber-poder da medicalização” (LEAL & BAKKER, 2017, p. 11). Como vimos no início do capítulo, o discurso medicalizante sobre o corpo feminino é também frequentemente construído com base na ideia de manutenção do “natural”, sendo o caso da supressão hormonal da menstruação particularmente representativo de como a noção de natureza pode ser flexibilizada na defesa de determinados interesses.

O mais famoso tratado sobre o tema da interrupção medicamentosa do período menstrual é provavelmente o livro *Menstruação, a sangria inútil*, publicado em 1996 e escrito pelo ginecologista baiano Elsimar Coutinho. As ideias defendidas nesse livro foram tão disseminadas que sua versão inglesa (publicada pela Oxford University Press) é amplamente citada na literatura acadêmica internacional que trata de questões relacionadas à menstruação e à contracepção hormonal no âmbito das ciências humanas e sociais.

Manica (2011) descreve a linha argumentativa de que o médico faz uso para defender a interrupção hormonal da menstruação, a qual tem como postulado central a ideia de que menstruar não é natural. Tomando como base estudos da primatologia, o autor defende que a gravidez seria o estado natural da mulher, que teria sido corrompido com o advento da “civilização”. Segundo Coutinho (1996 apud MANICA, 2011), por estar constantemente grávida ou amamentando e tendo uma expectativa de vida muito menor do que a atual, a mulher primata raramente experienciava a menstruação. Assim, o estilo de vida das mulheres modernas teria interferido na função principal da sexualidade (a reprodução) e criado uma sangria inútil, fruto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Como aponta Manica, Coutinho “manipula as distinções entre natureza e cultura a fim de justificar os diversos contraceptivos que desenvolveu ao longo de sua trajetória” (2011, p. 224) e posiciona os cientistas não como interventores na ordem natural, mas como aqueles que buscam recuperar os desejáveis estados de natureza. Dessa forma, o médico constrói um referencial teórico que parece pretender armá-lo contra possíveis críticas à artificialidade e ao intervencionismo dessa prática de interrupção.

É interessante observar que as ideias de Coutinho só poderiam fazer sentido em uma lógica de distinção entre natureza e cultura, a qual não raro é apropriada por discursos feministas que buscam criticar indústrias voltadas para mulheres consumidoras, como se pode perceber nos discursos virtuais de defesa da mulher “natural” analisados por Leal e Bakker (2017). Frequentemente, o argumento central em tais casos é o de que a força mercadológica dessas indústrias tem como base a “desnaturalização” da mulher por meio de produtos como: protetores diários, que mascarariam o cheiro natural dos corrimentos; aparelhos de depilação,

que impediriam o crescimento natural dos pelos; maquiagens, que esconderiam nossos traços naturais; contraceptivos hormonais, que alterariam a libido e a intensidade e frequência dos sangramentos menstruais; entre outras mercadorias. Assim, na construção de discursos que buscam questionar o status quo e a medicalização sistemática do corpo da mulher, não raro faz-se uso da mesma lógica de valorização do natural que sustenta trabalhos como o de Coutinho. Isso não significa que as ideologias com base nas quais prosperam as indústrias farmacêutica, da beleza e de higiene feminina não devam ser problematizadas, mas seria necessário evitar a armadilha da legitimação de paradigmas que, caso sejam reificados, podem trabalhar contrariamente a nossos interesses.

Em contraste com as proposições de Coutinho, no início do trecho abaixo, Helena evoca um eu passado que recorre ao uso da pílula com o objetivo de suprimir a menstruação não para aproximar-se de um estado natural idílico, mas para distinguir-se da “primitividade” indesejável dos animais:

Helena: E... e também muito- martelava muito na minha cabeça, acho que eu não tinha muita informação... essa coisa do... @ sei lá né, cara, p- parece um pouco... robô, inteligência artificial. Essa coisa martelava na minha cabeça: “Nós não precisamos ser tão primitivos. Como os animais”. E- meio que hoje em dia eu penso outra coisa né, sou pró-animalismo, me sinto, né, dentro do reino animal, porque é isso mesmo né, que nós somos, re- reino animal, é, até inferior. Como se os animais fossem inferiores e tal [...]. “Eu sou inferior porque eu estou menstruando”. Olha isso né. Que loucura is- e aí eu fiquei muitos anos, inclusive tomando anticoncepcional direto pra não menstruar. De tanto que eu não queria que isso acontecesse. Depois com informação “opa, peraí”. É... hormônio é uma coisa muito séria. Então... hoje eu diria assim, só se eu realmente tivesse um problema... Só se eu tivesse um... uma... rejeição muito muito grande do meu corpo, quisesse fazer uma transição homem trans... aí valeria a pena eu me arriscar com hormônio, mas não por isso.

As construções “martelava muito na minha cabeça”, “acho que eu não tinha muita informação” e “parece um pouco... robô, inteligência artificial” sugerem a interpretação da ideia que se seguirá (“Nós não precisamos ser tão primitivos. Como os animais.”) como uma noção imposta, absorvida a partir de um input externo repetitivo. A ideia do menstruar como uma experiência que posiciona o sujeito no patamar inferior da natureza (“Eu sou inferior porque estou menstruando”), onde também estariam as fêmeas não humanas, aponta para sentidos associados à naturalização inferiorizante das experiências do corpo dito feminino (VIEIRA, 2002; ROHDEN, 2009). Ao atribuir a antiga adesão da entrevistada à ideia da inferioridade primitiva da menstruação à influência de uma força exterior artificial, a fala de Helena aponta para o posicionamento dessa noção no âmbito dos discursos hegemônicos sobre o corpo da mulher, ou seja, aqueles que “martela[m] muito na [nossa] cabeça”. Em contraste, as frases

“hoje em dia eu penso outra coisa” e “depois com informação ‘opa, perai’” sugerem um ponto de inflexão no pensamento de Helena, que é classificado não mais como decorrente da repetição, mas da informação.

Esse movimento de tomada de consciência assemelha-se ao identificado por Leal e Bakker (2017) em posts do Facebook sobre o abandono da pílula, em que as mulheres posicionam seus discursos como alternativos em relação a um discurso médico hegemônico. Além disso, as frases “hormônio é uma coisa muito séria” e “*ai valeria a pena eu me arriscar com hormônio*” (grifos meus) também ecoam discursos de posts dos ambientes virtuais antipílula analisados pelas autoras citadas ao apontarem para a construção dos hormônios sintéticos presentes na pílula como venenos a serem ingeridos apenas em último caso. Assim, o trecho da entrevista com Helena pode indicar uma passagem do entendimento da pílula como uma forma de dissociar-se da primitividade da menstruação – e, por extensão, vincular-se à civilidade do corpo não menstruante – para um movimento de questionamento da suposta inferioridade da natureza e da não civilidade acoplada ao corpo feminino que sangra. Pode-se dizer que ambos os discursos derivam de uma rejeição à naturalização inferiorizante do corpo da mulher. Todavia, ao passo que o primeiro aponta para um desejo de desvinculação dessa inferioridade, assim a reificando, o segundo indica a problematização da inferioridade em si, deslocando-a da posição de paradigma e relocalizando-a no âmbito das construções sociais da medicina.

A menstruação é vista como desnecessária não apenas na obra de Coutinho e nos discursos antigos de Helena, mas também nas propagandas de pílulas de uso contínuo, as quais ainda não suprimem totalmente a menstruação, mas reduzem drasticamente o número de períodos menstruais ocorridos em um ano. Segundo Kissling (2013), o site estadunidense da pílula Seasonique (pílula de uso contínuo também vendida no Brasil) refere-se aos sangramentos de mulheres que utilizam pílulas não contínuas como “pill periods” (algo como “menstruações da pílula”), pois seriam artificialmente causados pela pausa na ingestão dos hormônios presentes no medicamento. Com base nesse entendimento, o sangramento experienciado por usuárias de pílulas não poderia ser considerado parte de um período menstrual “real” ou “natural”, sendo, portanto, dispensável (KISSLING, 2013). Além do site, as propagandas televisivas do mesmo medicamento analisadas pela autora também produzem tais sentidos, evocando discursos como: “Não há necessidade médica de menstruar enquanto

toma pílula. Muitas mulheres estão tendo quatro menstruações ao ano” – diz um ator vestido de médico²⁹.

É interessante lembrar que, no contexto de elaboração da primeira pílula anticoncepcional, foi explicitamente pedido aos cientistas que não interferissem no período menstrual “natural” das mulheres, sob receio de que a intervenção não fosse bem aceita pela população. Essa orientação levou os pesquisadores a ajustarem o intervalo na ingestão do medicamento de forma a manter os dias de duração do sangramento considerados como o padrão (OUDSHOORN, 2005). No entanto, com o advento das pílulas de uso contínuo, o padrão de normalidade menstrual anteriormente estabelecido poderia ser interpretado como um empecilho para o sucesso dos medicamentos que suprimem os sangramentos, o que parece contribuir para a emergência de discursos de desnaturalização da menstruação. Isso não significa, entretanto, que a produção de tais discursos seja necessariamente intencional e direcionada ao cumprimento de propósitos mercadológicos. Como afirma Foucault (1985), “deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (p. 95). Todavia, não se pode ignorar a centralidade dos atores dos âmbitos médico e farmacêutico no jogo de construção de significados sobre a natureza da menstruação. Dessa forma, assim como o discurso de Coutinho, as propagandas da pílula Seasonique analisadas por Kissling (2013) apontam para uma flexibilização da noção do que é normal ou natural. A construção da vivência da menstruação como algo já superado e, portanto, fora do âmbito da normalidade pode ser percebida no discurso evocado por Luiza:

Luiza: Sabe, acho um absurdo, conheço pessoas que não menstruam mesmo, que escolheram, “ai, não, mas, Luiza, as coisas tão evoluídas [estala os dedos algumas vezes], sabe, o mundo evoluiu, a gente não precisa mais disso, não” consigo imaginar um ginecologista falando isso tranquilamente, existe mesmo, a gente sabe.

Helena: Então, era a minha cabeça, “a gente não precisa mais disso”, *depois* que eu fui até ver que existe uma escola forte de médicos, coinciden(h)temen(h)te... muitos homens, né. Ginecologistas, que falam que mulheres não precisam mais...

Nesse trecho, a evocação das falas de uma conhecida de Luiza sobre a interrupção da menstruação localiza a decisão de tomar hormônios para suprimir os sangramentos em um paradigma de confiabilidade em autoridades da ciência médica. Na primeira linha, Luiza já explicita que não se alinha ao posicionamento que será indicado pelas falas que se seguem ao

²⁹ Comercial televisivo da pílula Seasonique (da empresa Teva) transmitido em 2008 nos Estados Unidos, citado em Kissling (2013).

predicar antecipadamente o fato de algumas pessoas escolherem não menstruar como um “absurdo”. Além disso, o tom de voz empregado em “ai, não, mas, Luiza, as coisas tão evoluídas [estala os dedos algumas vezes], sabe, o mundo evoluiu, a gente não precisa mais disso, não” pode ser considerado irônico, o que também aponta para a discordância de Luiza em relação aos sentidos projetados nessa declaração.

O discurso evocado por Luiza parece ser inicialmente localizado como uma fala de “pessoas que não menstruam mesmo, que escolheram”. Essa fala projeta uma ordem de evolução (“as coisas tão evoluídas”, “o mundo evoluiu”, “a gente não precisa *mais* disso”), cuja dimensão temporal é enfatizada pelo rápido estalar de dedos, que aponta para a ideia de passagem de tempo. Além disso, o discurso reportado constrói uma conexão entre a ideia de que vivemos em uma época de rápido crescimento da ciência e a escolha de não menstruar e, por meio de um trabalho de alinhavação causal entre esses dois elementos, posiciona aqueles que escolhem continuar menstruando como pessoas atrasadas em relação à lógica temporal projetada. Além disso, o emprego de “a gente” sugere uma noção de comunidade, apontando para a ideia de que a ciência evoluída permite a nós, mulheres, o descarte do “fardo” da menstruação. A forma como Luiza evoca esse discurso (seu tom de voz, o estalar de dedos, a repetição de “evoluídas” e “evoluiu”) aponta para a desnaturalização do paradigma evolucionista projetada pela fala em questão.

Em seguida, Luiza parece deslocar a autoria da fala de uma possível conhecida que tenha optado pela supressão da menstruação para um ginecologista hipotético (“consigo imaginar um ginecologista falando isso tranquilamente, existe mesmo, a gente sabe”), escolha que pode produzir uma conexão entre o discurso dos representantes da medicina e a fabricação de ordens evolucionistas. Como vimos no início do capítulo, a partir do século XIX, a menstruação passa a ser interpretada por um viés medicalizante, sendo entendida por vários fisiologistas como uma moléstia fisiológica (VIEIRA, 2002). Pode-se dizer que a evocação de um paradigma evolucionista para justificar a ingestão ininterrupta de hormônios aponta para tais discursos medicalizantes e normalizantes sobre o corpo feminino, já que sugere o entendimento da pílula de uso contínuo como uma solução médica moderna para um problema antigo.

Nesse extrato, a produção de sentidos sobre a interrupção dos sangramentos é também realizada no discurso de Helena, que projeta uma ordem de tempo ao destacar a fala de Luiza “a gente não precisa mais disso, não” e recontextualizá-la em seu próprio passado (“Então, era a minha cabeça, ‘a gente não precisa mais disso’”). Essa fala alinha o “eu” passado de Helena ao “eu” presente de conhecidas de Luiza que não menstruam e simultaneamente projeta uma relação de “antes e depois”, explicitada pela ênfase na palavra “depois”. Ao mencionar “a escola

forte de médicos” que é a favor da supressão da menstruação, Helena fomenta a produção de sentidos iniciada na primeira fala de Luiza, a qual localiza a escolha pela interrupção em um contexto de poder da medicina. Além disso, a constatação entre risos da presença marcante de homens dentro dessa escola parece sugerir uma relação de poder generificada entre a medicina – entendida como masculina – e as mulheres.

A projeção de um paradigma evolucionista sobre o entendimento da menstruação e a menção de Helena à escola de médicos defensora da interrupção também aponta para discursos como o do médico Elsimar Coutinho. Assim, enquanto a voz médica evocada por Luiza projeta uma ideia de futuro sobre o presente ao apontar para o uso ininterrupto de hormônios como uma evolução, o discurso de Coutinho projeta uma noção de passado sobre o presente ao classificar a intervenção hormonal como uma forma de neutralizar as mudanças longitudinais que afetaram o número de gestações das mulheres. Portanto, pode-se dizer que ambas as temporalidades projetadas, apesar de opostas, realizam um trabalho de circunscrição da escolha da interrupção hormonal da menstruação em um paradigma de confiabilidade científica. A posição privilegiada do médico nas disputas de sentidos sobre o corpo feminino é também abordada na continuação do diálogo entre Helena e Luiza:

Luiza: A Vitória, que fazia curso comigo, “não, a gente não precisa mais disso” “Vitória, mas-” “Não, já tá tudo comprovado, o meu ginecologista disse... é, ele me mostrou *várias* coisas, não preciso mais disso...”

Helena: O meu gine- é, a palavra da ciência. Aí...

Luiza: “É maravilhoso, cê não sente cólica...” aí eu- você não tem como- cê pode falar qualquer coisa, você não é médico, você... e mesmo se fosse... é um homem falando...

Helena: Ela já sacralizou a ciência, já tem várias coisas aí por trás, sacralizou a ciência, a autoridade do médico de falar, entendeu. O médico sabe muito mais do seu corpo do que você.

Luiza: Eu acho que mesmo se eu fosse uma médica não ia adiantar. É impressionante. Eu acho que mesmo se eu fosse uma médica não ia adiantar porque é ridículo um homem falando né, sobre a *menstruação*, mas eu acho que até nisso, pelo machismo, dariam mais valor a ele assim.

Helena: Como é ridículo falar de aborto, qualquer coisa né. Mas é isso que eles vêm fazendo há algumas centenas de anos né. O Estado, a Igreja e a Ciência falando do corpo da mulher e controlando o corpo da mulher né.

A evocação da voz de Vitória em “o meu ginecologista disse”, “ele me mostrou várias coisas” e “já tá tudo comprovado” aponta para uma confiabilidade na voz do ginecologista como representante de uma ciência inquestionável. Por meio da construção de um diálogo entre si mesma e Vitória, Luiza se posiciona como questionadora (“Vitória, mas-”), ao mesmo tempo

em que posiciona Vitória – que parece ser evocada aqui como um arquétipo de demais conhecidas que optaram pela interrupção – como alguém que acredita na verdade do discurso científico. A escolha da palavra “comprovado” e a ênfase em “*várias coisas*” – possivelmente estudos acadêmicos –, bem como a evocação da autoridade do ginecologista, sugerem uma visão monolítica de circulação do discurso científico (BRIGGS, 2007), com base na qual interpretam-se as descobertas da ciência como blocos que viajam intactos do laboratório para os artigos, dos artigos para o consultório e do consultório para os corpos das pacientes. Assim, tais falas apontam para um alinhamento de Vitória à posição de sujeito livre e moderno (“o mundo evoluiu, a gente não precisa mais disso, não”) que certos discursos da medicina e da indústria farmacêutica projetam para as mulheres (KISSLING, 2013).

Em consonância com o discurso de Luiza, as falas de Helena indicam um questionamento do status paradigmático adquirido pela medicina (“a palavra da ciência”, “sacralizou a ciência”), na qual o médico teria papel central como autoridade inquestionável (“[sacralizou] a autoridade do médico de falar”), além de apontarem para a rejeição da posição de sujeito ignorante que é iluminado por essa autoridade (“o médico sabe muito mais do seu corpo do que você”). Esse discurso também sugere uma rejeição do modelo binário que projeta a mulher no âmbito da experiência particular e desinformada e que, simultaneamente, localiza os médicos no domínio do saber verdadeiro e generalizante. Como aponta Vieira (2002), a medicalização do corpo feminino, que começa a se fortalecer a partir do século XIX, teve como base a naturalização do corpo da mulher e a construção de sua intrínseca degeneração, desqualificando os saberes produzidos sobre seus próprios corpos.

A rejeição do papel da medicina como detentora do saber universal sobre o corpo e da posição de sujeito que ela projeta para as mulheres é também construída nas falas “porque é ridículo um homem falando, né, sobre a *menstruação*” e “como é ridículo falar de aborto, qualquer coisa, né”, que apontam para a construção de um paradigma de autoridade alternativo, no qual a vivência particular das mulheres lhes conferiria maior propriedade na abordagem de tais assuntos. Além disso, as falas de Luiza e Helena projetam uma conexão entre o paradigma da autoridade científica e o paradigma do machismo (“coinciden(h)temen(h)te... muitos homens, né. Ginecologistas, que falam que mulheres não precisam mais...” [Helena], “e mesmo se fosse [médica]... é um homem falando...” [Luiza], “pelo machismo, dariam mais valor a ele” [Luiza]).

Assim, ao longo da construção colaborativa de sentidos que se dá entre Luiza e Helena nesse trecho, ambas produzem discursos que localizam os entendimentos hegemônicos sobre a ciência em um solo menos estável do que o terreno sedimentado sugerido pelo discurso

atribuído a Vitória. Na fala “Mas é isso que eles vêm fazendo há algumas centenas de anos, né. O Estado, a Igreja e a Ciência falando do corpo da mulher e controlando o corpo da mulher, né”, a produção de saberes científicos (além de religiosos e estatais) sobre o corpo feminino é situada historicamente, evidenciando o efeito diacrônico de sedimentação produzido sobre as construções sincrônicas do discurso médico. Uma dessas construções é a ideia de que a menstruação seria dispensável, a qual, ao ser repetidamente proferida por representantes da medicina, pode adquirir status de verdade e incentivar uma adequação da conduta dos sujeitos aos sentidos de “normalidade”/“modernidade” alinhavados à escolha pela supressão hormonal da menstruação. Todavia, Helena e Luiza produzem discursos que desafiam esses sentidos, assim rejeitando as posições de sujeito que as narrativas médicas frequentemente projetam sobre as mulheres.

Retomando a questão dos discursos midiáticos sobre a pílula, pode-se dizer que, assim como os anúncios de pílulas anticoncepcionais comuns, que ressaltam os benefícios de seu uso para a “mulher moderna” (NUCCI, 2012; WOODS, 2013; LEAL & BAKKER, 2017), as propagandas de contraceptivos hormonais de uso contínuo também parecem apoiar-se em sentidos pós feministas neoliberais na construção de subjetividades para suas potenciais usuárias (KISSLING, 2013). Segundo Gill (2007), a mídia atual produz a feminilidade com base em uma “sensibilidade pós feminista” intrinsecamente ligada a pressupostos neoliberais, promovendo ideias de escolha, empoderamento, individualismo e autodisciplina na produção do sujeito “mulher moderna”. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que rejeitam o paradigma de objetificação feminina que apassiva as mulheres, tais discursos produzem uma subjetificação indissociavelmente relacionada a um modelo de escolha que (hetero)sexualiza os sujeitos femininos, assim promovendo a internalização do olhar masculino (*male gaze*) pelas mulheres (GILL, 2007). Para a autora, as escolhas femininas relacionadas ao uso de produtos, ao comportamento sexual e à intervenção corporal (cirúrgica ou não) são localizadas no âmbito da autodeterminação e do “agrado a si mesma”, assim despolitizando as atitudes das mulheres e posicionando os tempos de submissão feminina em um passado distante. Por fim, os discursos midiáticos também promoveriam a intensificação de uma autodisciplina direcionada à manutenção de uma feminilidade milimetricamente planejada e comodificada, porém aparentemente despreocupada com questões estéticas.

Para Gunn e Vavrus (2010) e Kissling (2013), os discursos médico e midiático em favor da contracepção supressora da menstruação constroem-se com base em valores pós feministas, o que tornaria a proposta de intensificação da intervenção medicamentosa no período menstrual mais palatável em tempos de defesa da independência feminina. Tais discursos (principalmente,

os da indústria farmacêutica), construiriam um sujeito feminino que exerce sua escolha individual ao optar por melhorar seu estilo de vida por meio da eliminação dos “inconvenientes” associados à menstruação. A produção de um corpo que não sente, não sangra e não transborda seus limites estaria de acordo com a lógica neoliberal de governo dos corpos, a qual convocaria as mulheres a realizarem um trabalho de autovigilância e autodisciplina corporal fomentado pelo consumo de determinados produtos. Assim como afirma Foucault a respeito do sexo, pode-se dizer que o corpo sexualizado da mulher “dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo” (FOUCAULT, 1985, p. 136-137). Além disso, a interiorização dessa vigilância pelos sujeitos seria essencial para a produção de corpos ajustados à lógica capitalista (cf. SIEBERT, 1995).

A incompetência na realização do trabalho de autodisciplina (por exemplo, a falha em esconder a mancha de sangue menstrual na roupa, como vimos no capítulo anterior) tornaria as transgressoras passíveis de sofrer uma espécie de morte – não a morte literal, como ameaçava o poder soberano descrito por Foucault (1985), mas uma “morte social ou simbólica” (GUNN & VAVRUS, 2010, p. 118). Como afirma Kissling: “A espontaneidade da menstruação, com seu potencial para vazamentos, inchaço indesejado e emoções aguçadas, prejudicaria a autoapresentação como um sujeito racional e autorregulado, o sujeito neoliberal ideal” (2013, p. 500). Além disso, como vimos anteriormente, os livros médicos costumavam apontar para um entendimento do sangramento menstrual como um produto indesejável e incontrolável resultante de um processo produtivo ineficiente (MARTIN, 1992). Assim, os discursos em defesa da supressão da menstruação podem contribuir para a produção de um corpo feminino dócil, funcional, produtivo e “pasteurizado” (LEAL & BAKKER, 2017, p. 13), sempre disponível laboral e sexualmente. Como aponta Foucault (1985), o desenvolvimento do capitalismo exigiu a intensificação da utilidade e da docilidade dos corpos. A fala de Helena aponta para tais sentidos:

Helena: Não, porque... existe... uma escola de médicos misóginos, né, que dizem assim “mulher, você não precisa disso”. Ou seja, “esteja sempre pronta”, né? “Pra ter uma relação sexual comigo, que você não vai engravidar... pra eu não ficar responsável, no- no-”, né? “No limite, eu acho que isso, essa coisa nojenta que você- que sai de dentro do seu corpo não precisa”. Isso, né, hoje em dia a [minha] cabeça é completamente diferente, então- e existe uma escola de médico *muito* forte falando pras mulheres isso. “Gente, tomem hormônio direto, não menstrue e tal, não sei quê.”

A entrevistada inicia sua fala classificando os médicos defensores da interrupção da menstruação como “misóginos”, assim associando o posicionamento pró-supressão (e, também, pró-utilização de contracepção hormonal) a uma agenda contrária aos interesses das mulheres e promotora de benefícios para homens heterossexuais, como será explicitado nas frases seguintes. A fala “esteja sempre pronta [...] pra ter uma relação sexual comigo, que você não vai engravidar” aponta para a projeção de um olhar (hetero)sexualizante sobre as mulheres (GILL, 2007), bem como para a construção destas como sujeitos “úteis” no fomento da economia do prazer sexual masculino. Para o cumprimento dessa função de utilidade, as imprevisibilidades inerentes ao corpo dito feminino – como, por exemplo, a gravidez – devem ser pasteurizadas por meio da ingestão de um medicamento. Assim, ao passo que a história descreve o uso da função materna como um instrumento de controle das mulheres (FOUCAULT, 1985; VIEIRA, 2002; ROHDEN, 2009), o discurso de Helena aponta para o entendimento da prescrição da pílula como uma técnica alternativa de sujeição, porém ainda relacionada à questão reprodutiva.

A questão da menstruação é abordada no período seguinte: “No limite, eu acho que isso, essa coisa nojenta que você- que sai de dentro do seu corpo não precisa”. Essa fala ecoa o sentido de inutilidade acoplado ao sangramento menstrual nos discursos médicos (MANICA, 2011; MARTIN, 1992) e farmacêuticos (KISSLING, 2013). Como no diálogo entre Luiza e Helena analisado anteriormente, o uso da expressão “não precisa” implica a necessidade de que exista uma utilidade para a vivência da menstruação e, simultaneamente, declara sua inexistência. A avaliação da menstruação com base em um paradigma de utilidade, aliada à referência ao sangue menstrual como “essa coisa nojenta [...] que sai de dentro do seu corpo”, pode apontar para a construção do corpo feminino ideal como útil e dócil, ou seja, “sempre pront[o]” para engajar-se em atividades sexuais ajustadas à heteronormatividade (GILL, 2007). No discurso de Helena, a excreção do sangue menstrual estaria em desacordo com uma performance de sexualidade adequada ao modelo heteronormativo (e, por extensão, ao modelo de feminilidade padrão), já que diminuiria a desejabilidade (“essa coisa *nojenta*”) e a controlabilidade (“esteja sempre pronta”) do corpo da mulher. A inevitabilidade e a espontaneidade da menstruação (KISSLING, 2013), portanto, necessitariam ser evitadas por meio da (auto)disciplina dos corpos das mulheres, aqui representada pela ingestão contínua de hormônios sintéticos: “Gente, tomem hormônio direto, não menstrue e tal”.

Por fim, quando Helena declara: “hoje em dia a [minha] cabeça é completamente diferente”, as vozes dos médicos e dos homens confundem-se com sua própria voz interior do passado, que parece ratificar os discursos apresentados anteriormente. Assim, ao projetar em

sua fala as opiniões de terceiros acerca da menstruação, Helena posiciona seu eu presente não apenas em oposição a médicos que classifica como misóginos, mas também em contraste com uma versão pregressa de si mesma. Dessa forma, assim como na primeira fala de Helena analisada neste capítulo, a participante constrói um entendimento de “antes e depois” em relação a seus discursos sobre o uso da pílula.

Ainda sobre as campanhas de medicamentos de base hormonal direcionadas às mulheres, Gunn e Vavrus (2010) postulam que estas estimulariam a internalização de uma docilidade autodisciplinada, ancorada na construção pós feminista de um sujeito feminino empoderado por meio do consumo. Com base nas ideias foucaultianas de governo e biopoder, xs autorxs propõem que a criação e a regulação de uma população de mulheres consumidoras autovigilantes de seus corpos menstruantes é realizada com base no “aparelho giniátrico” (*gyniatric apparatus*):

O aparelho giniátrico abrange elementos múltiplos: práticas que envolvem tudo desde a contracepção, o autoexame das mamas, as dietas [até] os hábitos relativos à higiene pessoal. [...] A lógica discursiva central que movimenta o aparelho giniátrico é a de uma patologia específica do corpo feminino. O aparelho giniátrico define o corpo feminino como um corpo fundamentalmente abjeto e regula a população desses corpos de diversas maneiras: mais recentemente, de formas especificamente ligadas à menstruação, utilizando o pós feminismo e sua retórica de autoempoderamento para cumprir essa tarefa. (GUNN & VAVRUS, 2010, p. 113-114).

Os discursos da indústria farmacêutica concernentes à supressão da menstruação fariam parte da construção de tal aparelho, “incrementando a utilidade sexual e econômica do corpo e, ao mesmo tempo, diminuindo sua força como poder político” (KISSLING, 2013, p. 500). Entretanto, o funcionamento do aparelho giniátrico requer a escolha “livre” por uma performance docilizada de feminilidade, que seria efetivada por meio do uso de um contraceptivo inibidor de sangramentos feito com hormônios sintéticos. Pode-se notar que o trecho a seguir, retirado do livro de Elsimar Coutinho, aponta para tais sentidos³⁰: “A concepção de menstruação deste livro é talvez outro exemplo do ‘imutável’ na medicina sendo

³⁰ Trecho retirado do prefácio escrito pela pesquisadora estadunidense Kate Miller ao livro *Is menstruation obsolete?*, edição inglesa do livro *Menstruação, a sangria inútil* (MANICA, 2011).

saudavelmente colocado no controle de mulheres individuais.” (COUTINHO; SEGAL, 1999, p. xi apud MANICA, 2011, p. 218). Nesse extrato, o “imutável” é subvertido e mulheres individuais tornam-se agentes de seu próprio corpo, ecoando discursos liberais de escolha individual. Dessa forma, apagam-se os múltiplos atores em jogo na proposta defendida pelo médico – como, por exemplo, a indústria farmacêutica e a posição de Coutinho como desenvolvedor de contraceptivos hormonais – em prol de uma individualidade que dialoga com a projeção de interlocutoras(es) pós feministas. No próximo capítulo, a ideia de liberdade associada ao liberalismo será problematizada.

Entretanto, os sentidos produzidos acerca da vivência da menstruação e da medicalização do corpo da mulher não estão dados, como se pode notar no trecho abaixo da entrevista com Luiza e Helena:

Joana: Bom, vocês já mencionaram um pouco, mas houve mudanças em como vocês encaram a menstruação depois do coletor?

Luiza: Ah, totalmente. Totalmente. É isso que- que eu falei assim, é... eu tinha... a dor era bem mais forte, é... a cólica que eu sentia era *muito* mais forte, eu pensava que eu menstruava *muito* mais, então... isso mudou totalmente assim, mudou a forma que eu trato- isso me fez assim, é... usar menos, agora quando eu sinto um pouco de cóli- falo “não, segura um pouco mais”, já não vou logo tomando remédio também né “segura um pouco mais” porque é todo um conjunto né, de coisas assim, poxa, já não tô usando essa coisa [absorvente], é... você fica meio anti... antimedamentos mesmo, porque- não que eu so- seja antimedamento, mas é uma coisa da farmácia também, da indústria, então cê quer ficar anti tudo isso assim, pra... Então eu tomo menos remédios que eu sei que fazem super mal, aquele Buscofem, excesso dele pode trazer malefícios muito grandes, então... uso menos, tento usar água- bolsa de água quente... Mas principalmente de evitar remédio assim.

Nessa fala, o ato de parar de usar absorventes é enredado em uma lógica de desvinculação da farmácia, produtora de remédios como o Buscofem e a pílula anticoncepcional, e da indústria de higiene feminina, fornecedora de produtos menstruais, sabonetes íntimos etc.: “porque é todo um conjunto né, de coisas assim, poxa, já não tô usando essa coisa, é... você fica meio anti... antimedamentos mesmo”; “cê quer ficar anti tudo isso assim”. Em seu discurso, Luiza parece apontar para a localização de si como um sujeito que escolhe resistir aos efeitos produzidos pelas indústrias nos corpos dos indivíduos (“é uma coisa da farmácia também, da indústria, então cê quer ficar anti tudo isso assim”) por meio de pequenos atos de oposição ao que poderia ser considerada a ordem menstrual estabelecida: “já não vou logo tomando remédio”, “tento usar [...] bolsa de água quente”.

Como vimos ao longo do capítulo, os sentidos, práticas e intervenções medicalizantes que circulam acerca da menstruação são abundantes, abrangendo desde o entendimento desta como uma moléstia ancorada na essência do que significa ser mulher até a defesa do uso da pílula para a amenização ou supressão total dos efeitos menstruais. No trecho destacado, Luiza acrescenta outro aspecto da medicalização da menstruação, que envolve os riscos decorrentes da ingestão frequente de medicamentos desenvolvidos para a diminuição das dores menstruais. Dessa forma, assim como ocorre nos discursos de Helena, Luiza e Antônia analisados anteriormente a respeito da pílula, o trecho aponta para um saber alternativo àqueles propagados pelas empresas farmacêuticas – frequentemente, respaldadas pelo discurso médico –, os quais projetam a mulher ideal com um sujeito racional, desejável e produtivo, características garantidas por meio do consumo de determinados produtos e medicamentos. Nesse sentido, escolher suportar um pouco da dor menstrual antes de recorrer a remédios pode apontar para a construção de um modelo de feminilidade alinhado a valores alternativos.

Em resumo, este capítulo retomou alguns momentos da história de medicalização dos corpos das mulheres, focalizando na criação da ideia de “natureza feminina” – que envolveu a vinculação entre o corpo dito feminino, a função reprodutora, a sexualidade exacerbada e os distúrbios mentais –, assim como as concepções acopladas à menstruação que sustentam esse paradigma, como as ideias de inutilidade e nojo. Além disso, discutiu-se a criação dos hormônios sexuais e da pílula anticoncepcional, bem como disputas aos sentidos neoliberais, pós feministas, (hetero)sexualizantes, docilizantes, disciplinarizantes e individualizantes que costumam permear a abordagem desses temas, especialmente no que toca a questão da interrupção medicamentosa da menstruação. No próximo capítulo, as questões de escolha e de liberdade que foram tangenciadas nesta seção serão aprofundadas, com enfoque em sua relação com discursos sobre o coletor menstrual.

3. COLETOR MENSTRUAL, LIBERDADE E FEMINISMOS

Tinha um grupo de meninas que achavam por exemplo que, é, as meninas que eram virgens eram... idiotas, atrasadas, retrógradas, pra uma mulher ser avançada elas tinham que ser, ela tinha que ser, enfim, né? Tinha determinadas ideias e isso me incomodava, porque pra mim liberdade era, né, era viver... à vontade, conforme os desejos, conforme, né, é você ir negociando com a vida aí. É... e essas meninas me pareciam reproduzir muito um discurso categórico. Então eu já fui a partir daí criando o meu discurso feminista também, né, que não era... o- o que seguia determinadas ordens, né? O panfletário dessas amigas que consideravam é... que tinha um conjunto ali de regras pra que alguma mulher fosse considerada mais... é, livre do que outras, acho que questionava isso, questionava as normas, questionava normas pra vida das pessoas.

(Camila)

Neste último capítulo, traço algumas considerações sobre questões frequentemente mobilizadas em discursos sobre o coletor menstrual, com base nas falas das mulheres entrevistadas. Por ser um movimento comprometido com a ideia de mudança de uma ordem estabelecida, o feminismo frequentemente movimenta noções como liberdade, escolha, agência e autonomia, que, por sua vez, são frequentemente evocadas em discursos sobre o coletor menstrual. No entanto, como veremos nas falas das participantes, tais noções podem ser problemáticas e reprodutoras de essencialismos e dicotomias.

Como afirma Mattos (2012), o conceito de liberdade vigente no senso comum é perpassado por referenciais teóricos liberais. A autora discute as ideias que informam a construção do indivíduo do liberalismo e que o posicionam como o sujeito apto por excelência ao exercício da liberdade. A concepção de sujeito fundada no Iluminismo, ainda presente nos dias de hoje, estaria baseada nos ideais de racionalidade, individualidade, competitividade, autonomia, independência, controle das emoções e capacidade de pensamento lógico, entre outros. Partindo-se desse modelo, entende-se que, desde que a lei seja cumprida e que não haja interferência excessiva do Estado sobre as vontades particulares, os indivíduos estão aptos a

exercerem a liberdade. Segundo Mattos, esse princípio de não interferência externa sobre o individual está fundamentado na ideia de liberdade negativa, descrita por Berlin ([1958] 2005) e adotada por diversos autores liberais. Nessa perspectiva, a liberdade seria a possibilidade de fazer o que se deseja sem a intervenção de outros indivíduos ou do Estado.

A autora reconhece a importância desse pensamento para a dissolução do autoritarismo monárquico absolutista e para o estabelecimento das democracias garantidoras de direitos individuais universais – ou seja, para homens brancos. Entretanto, apesar de sua contribuição histórica, a abordagem liberal não se propõe a problematizar questões sociais estruturais, as quais não simplesmente afetam a ação de indivíduos preexistentes, mas constituem a própria noção de sujeito e de liberdade. Como afirma Mahmood (2005) com base em Foucault, os sujeitos não existem a priori, mas são produzidos nas próprias relações de poder. Além disso, conforme aponta Mattos (2012) com base em Sartre: “Assim como as opções de escolha são produtos da posição do sujeito no mundo, também os constrangimentos e obstáculos dizem respeito a seu projeto” (p. 142). Todavia, contanto que seja garantida sua “liberdade”, os indivíduos do liberalismo são capazes de chegar aos mesmos estágios de “desenvolvimento” racional e, uma vez completo esse processo, podem buscar de forma igualitária a realização individual. Ao se atribuírem as possíveis restrições à liberdade a fatores externos (ou mesmo internos, porém provocados por algum fator desvirtuador do “eu” verdadeiro) toma-se como referencial uma interioridade lógica, linear e uniformizada. Sobre essa questão, Biroli (2016) afirma:

[...] é em relações concretas e posicionado de maneira definida em contextos sociais específicos que o indivíduo toma forma, acessa recursos simbólicos e materiais que lhe permitem agir de uma maneira ou de outra, adere a valores que o definem, organiza sua compreensão de si e das outras pessoas. (BIROLI, 2016, p. 43)

Além disso, a concepção moderna de liberdade é não apenas informada por uma visão de sujeito autônomo, mas também contribui para a produção de sujeitos mobilizados em torno dos ideais de autonomia e liberdade. Como afirma Hirschmann (1996, p. 52): “Assim, o valor que colocamos na liberdade, bem como o significado que damos à palavra, é de forma alguma essencial ou natural, mas produto de relações históricas particulares desenvolvidas ao longo do tempo”. Similarmente, Biroli (2016) sustenta que a concepção de indivíduo como agente projeta uma trajetória pessoal baseada em nossas escolhas, assim produzindo uma noção de “minha”

vida marcada pela unidade e integridade: “é a percepção do indivíduo de como deveria viver que permite a realização de ‘sua’ vida” (p. 42). Dessa maneira, a eliminação dos empecilhos externos (ou, mesmo, internos) ao exercício da autonomia do indivíduo, ou seja, à realização de seus desejos “verdadeiros” (HIRSCHMANN, 1996), é o que permitiria a expressão máxima de quem somos. Assim, de acordo com uma perspectiva liberal, a noção de liberdade implicaria (ao mesmo tempo em que produziria) a existência de sujeitos unívocos cujas escolhas expressariam uma verdade interior.

Assim, ao universalizar a concepção de sujeito, o pensamento liberal apaga e/ou segrega as vivências daquelas que não se encaixam nesse modelo abstrato, como, por exemplo, as mulheres. Mattos (2012) descreve as críticas feministas ao conceito liberal de autonomia, o qual está baseado em valores socialmente masculinos, como o individualismo e a competitividade. Isso não significa, entretanto, que mulheres não possam encontrar caminhos dentro dessa lógica, mas que as possibilidades de operação dentro desse paradigma podem ser escassas para muitas de nós. Além disso, segundo Coole (1993, apud MATTOS, 2012), o conceito de indivíduo negativamente livre é apresentado por seu idealizador como “um mero espaço vazio, sem características positivas” (p. 115). Essa ausência de espaço pode ser relacionada à ausência de marcadores sociais da diferença e, no caso específico do gênero, à ausência de corpo característica do sujeito masculino universal.

Um exemplo de concepção informada por ideais liberais e patriarcais de indivíduo é a divisão entre público e privado, que posiciona as mulheres como indivíduos sem autonomia para o exercício da liberdade na esfera pública. De acordo com Mouffe (2005, apud MATTOS, 2012), a noção de público foi construída com base no universal, ao passo que a ideia de privado abarca o particular e o diferente. Assim, o indivíduo liberal racional seria o sujeito da esfera pública, local hostil à ocupação feminina. Na mesma linha, Biroli (2016) argumenta que a dualidade público/privado teria contribuído para a preservação do direito masculino de “ser deixado em paz” (ou seja, o direito à liberdade negativa) à custa da autonomia das mulheres. Segundo a autora, “a privacidade como ausência de regulação do Estado significou, historicamente, a liberdade dos homens para [exercer] controle sobre [as mulheres]” (2016, p. 44). Portanto, a crítica feminista aos preceitos essencialistas e patriarcais imbuídos na construção do indivíduo moderno é essencial para a criação de inteligibilidades que problematizem as ideias de escolha, autonomia e agência:

As feministas trazem importantes contribuições para o estudo da liberdade ao denunciarem que a construção do conceito de liberdade (seja em sua versão

negativa, seja positiva) pela filosofia e pelas ciências políticas exclui mulheres, classes populares, outras etnias, raças e povos do exercício ou da possibilidade de acesso a esse valor fundamental para a modernidade. Essa exclusão é feita através da delimitação dos critérios necessários — apresentados como universais — para que um sujeito possa ser efetivamente livre. (MATTOS, 2012, p. 119).

Entretanto, apesar de haver diversas críticas na teoria feminista aos essencialismos de gênero no pensamento liberal, pode-se notar que há estudos feministas de grande repercussão que se baseiam em uma universalização do sujeito feminino. Segundo hooks (1984), a teoria feminista estadunidense se baseou no apagamento das experiências de mulheres não brancas em prol da construção da ideia de opressão feminina generalizada. Uma possível justificativa para esse problema atribui a ênfase em um sujeito feminino universalizado por suas experiências de opressão de gênero – porém supostamente sem raça, classe social, sexualidade etc. – a uma tentativa de unificação com fins políticos. A esse argumento, hooks responde:

No entanto, a ênfase feminista na “opressão comum” nos Estados Unidos foi não tanto uma estratégia para a politização, mas uma apropriação por mulheres liberais e conservadoras de um vocabulário político radical que mascarou a extensão em que elas moldaram o movimento para promover seus interesses de classe. (HOOKS, 1984, p. 5-6).

Portanto, o feminismo criticado por hooks está fundamentado nos interesses de mulheres brancas de classe média, que, segundo a autora, não teriam como objetivo o combate a opressões de raça/classe e a luta a favor de mudanças sociais estruturais, mas sua própria inserção na economia falocêntrica vigente. Como a teoria feminista informada pelo individualismo liberal está fundamentada por referenciais racistas e classistas – já que posiciona a mulher branca de classe média como padrão –, sua propagação tem como resultado o apagamento das experiências de inúmeras mulheres e o fortalecimento teórico para a manutenção das opressões. Dessa forma, além de privatizar as escolhas, a ideia liberal de liberdade opera com base na “homogeneização da subjetividade e [na] pasteurização das experiências” (MATTOS, 2012, p. 75). Esse movimento simultâneo de individualização do estrutural e universalização do particular “contribui para o esvaziamento do mundo comum, das lutas públicas contra as injustiças” (MATTOS, 2012, p. 172).

Um ponto similar ao de hooks é discutido por Mahmood (2005), que problematiza a influência do pensamento liberal nas teorias feministas. Tomando como base o estudo da participação de mulheres muçulmanas egípcias no *mosque movement* (em tradução literal, movimento de mesquita), Mahmood coloca em questão ideias que frequentemente são dadas como certas em análises feministas, como o desejo inato por liberdade, a busca pelo exercício da autonomia e o conceito de agência como “a capacidade de se realizarem interesses individuais contrariamente ao costume, à tradição, ao desejo transcendental ou a outros obstáculos individuais ou coletivos” (MAHMOOD, 2005, p. 8). Segundo a autora, ainda que a ideia de racionalidade que exclui o corporal, o feminino, o emocional e o intersubjetivo seja criticada por estudos feministas pós-estruturalistas como os de Butler, estes ainda partem de um conceito de agência que está baseado no paradigma binário subordinação/subversão, assim apagando ações que não operam segundo esse modelo.

Com base em Abu-Lughod, Mahmood realiza uma (auto) crítica ao foco colocado sobre a procura de pontos de resistência à opressão em detrimento do estudo de como pessoas vivem as normas e se constituem como sujeitos dentro das engrenagens das relações de poder. Assim, apesar de reconhecer as contribuições da autora ao estudo das relações de poder envolvidas na construção do gênero, Mahmood aponta na obra de Butler a persistência de um binarismo que busca por fissuras na repetição hegemônica das normas. A autora afirma que a concepção de agência perpetrada por essa dicotomia não leva em conta a gramática de grupos sociais como o das mulheres muçulmanas estudadas em seu trabalho, para as quais a reprodução de performances sociais institucionalmente autorizadas não se configura como um ataque a um desejo liberal de “realização pessoal” ou como uma tentativa de resistência ao secularismo ocidental dominante, mas como modos de subjetivação baseados em uma ética alheia ao entendimento feminista ocidental de “igualdade”. Portanto, pode-se levantar o questionamento:

Como concebemos a ideia de liberdade individual em um contexto em que a distinção entre os desejos pessoais do sujeito e performances socialmente prescritas não podem ser facilmente presumidas e em que a submissão a certas formas de autoridade (externa) é a condição para o alcance da potencialidade do sujeito? (MAHMOOD, 2005, p. 31).

Outra pesquisa que ilustra a complexidade da questão da agência em contextos não liberais é a realizada por Ong (1988). Em estudo sobre episódios de possessão por espíritos em fábricas japonesas instaladas na Malásia, a autora problematiza a projeção de entendimentos

liberais de indivíduo sobre realidades inseridas em lógicas não condizentes com o pensamento liberal. Ao passo que Ong interpreta os ataques sofridos por trabalhadoras fabris malaias como resultantes de seu abandono forçado de costumes locais campesinos (e patriarcais) e sua adequação compulsória à lógica produtivista japonesa, as autoridades fabris patologizam essas experiências, “defini[ndo] o mal sofrido como um atributo de indivíduos em vez de como um problema derivado da situação social como um todo” (p. 37). Portanto, percebe-se o apagamento gerado pelo alinhamento a ideias universalizantes de indivíduo e a segregação resultante da divisão entre o sujeito racional (ocidental e masculino) do liberalismo e as(os) anormais que desviam desse paradigma. Além disso, abordar os ataques vividos por mulheres de uma perspectiva biomédica e psicologizante “colabo[ra] para que as injustiças sejam vividas como problemas individuais e localizados e, com isso, perpetuadas” (MATTOS, 2012, p. 172). Todavia, o ponto central que quero destacar nesse estudo é o fato de que a submissão a costumes patriarcais locais em suas comunidades não provocava ataques nessas mulheres, as quais só passaram a sofrer as possessões após a quebra de suas tradições.

Dessa forma, apesar de as pesquisas de Ong e Mahmood não estarem inseridas em contextos culturais similares aos investigados neste trabalho, elas apontam para a problemática subjacente à dicotomização das noções de livre escolha e constrangimento (BIROLI, 2016) ou de autonomia individual e produção social da individualidade (BIROLI, 2013), demonstrando que tais oposições nem sempre se sustentam. Assim, por um lado, uma abordagem focada no indivíduo como sujeito autônomo pode recair em um voluntarismo que desconsidera o processo de naturalização/sedimentação de valores subjacente à formação das percepções e preferências dos sujeitos, as quais são produzidas em “redes intrincadas de incitações e constrangimentos sociais que envolvem relações de poder” (BIROLI, 2013, p. 82-83). A ideia de indivíduo autônomo, portanto, seria uma abstração que contribuiria para a manutenção das desigualdades ao ignorar as “formas sociais de produção da vulnerabilidade” (BIROLI, 2014, p. 120). Dessa forma, não se poderia desconsiderar as assimetrias envolvidas no controle dos recursos para a formação das preferências, sendo fundamental

[...] compreender quem controla os recursos para a produção e circulação de discursos que estimulam compreensões, concepções e hábitos, incentivando nesse processo a formação de determinadas preferências e colaborando para tornar outras menos visíveis, menos expressivas socialmente” (BIROLI, 2014, p. 119-120).

Por outro lado, o foco nas estruturas sociais como elementos que pairam acima dos indivíduos e que os assujeitam de forma categórica pode desconsiderar as vivências e escolhas dos sujeitos, bem como ignorar valores que, “mesmo sendo desvantajosos e colocando os indivíduos em posições [que entendemos como] de subordinação, estão na base de suas identidades” (BIROLI, 2013, p. 82). Dessa forma, corre-se o risco de se deslegitimarem as motivações de algumas mulheres quando estas vão de encontro ao que entendemos como liberdade, assim contribuindo para a classificação de suas experiências como reflexos de uma cegueira ou alienação. Portanto, no alinhamento à dicotomia subjetivação/alienação (BIROLI, 2013) na produção de entendimentos sobre as escolhas das mulheres, pode estar implicada a atribuição de suas preferências a um processo de internalização de valores patriarcais. Dessa maneira, pode-se recair em um entendimento de mulheres que subscrevem a tais valores como “indivíduos [in]capazes de [...] realizar escolhas legítimas” (BIROLI, 2014, p. 119), assim posicionando-as como inaptas ao exercício da autonomia. Dessa maneira, na tentativa de se alargar o repertório de escolhas disponíveis para as mulheres, projeta-se uma limitação de suas capacidades. Sobre essa questão, Hirschmann (1996) afirma:

Insistir que [certas] mulheres são vítimas de “falsa consciência”, que suas crenças e valores são apenas barreiras para a realização de sua “verdadeira” vontade, é tornar mulheres vítimas por meio da negação de sua participação em estruturas de poder e opressão que, ao passo que inibem algumas escolhas e atividades (como a livre sexualidade), tornam possíveis outras escolhas e atividades. (HIRSCHMANN, 1996, p. 55).

Além disso, essa perspectiva parece operar com base em uma visão de sujeito que possui desejos “verdadeiros”, ou seja, anteriores à “influência” de valores patriarcais. Com base em Hirschmann (1996), pode-se dizer que a aplicação do conceito de liberdade negativa não se mostra pertinente para a construção de inteligibilidades feministas sobre os conceitos de autonomia, liberdade e escolha, já que tal concepção de liberdade parte do pressuposto de que a mulher seria um ser inerentemente portador de vontades contrapatriarcais, as quais poderiam tornar-se inacessíveis a nós mesmas por meio de um trabalho de alienação decorrente da circulação massiva de discursos patriarcais. Baseando-se nessa perspectiva, apenas a compreensão acerca da existência desses impedimentos externos poderia fazer com que certas mulheres adquirissem uma consciência de gênero. Como sugere Mahmood (2005), tais ideias

são comuns em discursos feministas liberais³¹, nos quais são frequentemente mobilizadas categorias como a de “libertação”. Dessa forma, além de poder ser considerada uma forma de violência simbólica, a localização de algumas mulheres – não raro, mulheres não ocidentais e/ou não brancas – como vítimas de uma falsa consciência pode contribuir para a descomplexificação do debate acerca da liberdade e da formação de preferências. Como sugere a colocação de Hirschmann (1996) abaixo, a produção de subjetividades e a produção de contextos são movimentos imbricados:

A asserção de que o contexto patriarcal em si é uma barreira para a liberdade das mulheres deve ser vista com ambivalência autocrítica, já que usa implicitamente um conceito de sujeito que existe para além ou fora não apenas deste contexto (patriarcal) particular, mas de qualquer que seja o contexto. A “mulher” abstrata, cuja “liberdade” é supostamente restringida por seu contexto é quem ela é *por causa* desse contexto. Feministas não podem operar a partir de um ideal abstrato sobre como a mulher é “de verdade”, no que “verdadeiramente” consistem seus desejos e preferências [...]. Além disso, essa perspectiva nega a realidade de que as mulheres, ao viverem e agirem em contextos existentes, sempre contribuíram para sua formação. (HIRSCHMANN, 1996, p. 56).

Portanto, inerente àquilo que é frequentemente classificado como impedimento externo estariam as próprias condições de existência da chamada liberdade: “[...] ao passo que contextos como o patriarcado podem restringir a liberdade das mulheres, eles também tornam tal liberdade possível” (HIRSCHMANN, 1996, p. 57). Com base em Mahmood (2005), pode-se afirmar que, assim como as escolhas são produções indissociáveis das operações de poder, a agência é também produto dessas relações, não estando acima ou fora do que se entende como estrutura. Dessa forma, “a capacidade agentiva está implicada não apenas nos atos que resistem às normas, mas também nas múltiplas formas pelas quais as pessoas habitam as normas” (MAHMOOD, 2005, p. 14). Portanto, as diversas dicotomias que podem ser mobilizadas na produção de inteligibilidades acerca das escolhas de mulheres (subordinação/subversão, livre

³¹ Neste trabalho, entendo feminismo liberal como uma perspectiva alinhada às ideias liberais de indivíduo descritas neste capítulo e focada em reformas não estruturais na busca pela igualdade entre homens e mulheres. Um exemplo dessa concepção é a campanha da ONU “HeForShe”. Como afirma hooks (1984, p. 20): “O impacto positivo de reformas liberais nas vidas das mulheres não deve levar à suposição de que elas erradicam sistemas de dominação. Em lugar algum dessas demandas há uma ênfase na erradicação da política de dominação [...]. A falta de ênfase na dominação é consistente com a crença feminista liberal que mulheres podem atingir a igualdade com homens de sua classe sem desafiarem e modificarem a base cultural da opressão coletiva.”

escolha/constrangimentos, subjetivação/alienação) não dão conta dos processos envolvidos na formação de preferências e na produção de experiências de gênero. Nessa linha, Biroli (2016) argumenta:

Em vez da oposição entre livre-escolha e constrangimentos, a questão é saber quais são os recursos, materiais e simbólicos, disponíveis no processo em que os indivíduos se constituem como sujeitos de suas vidas. O foco está no processo em que as preferências se constituem no momento em que as escolhas são feitas e nos desdobramentos dessas escolhas. (BIROLI, 2016, p. 44).

No que concerne ao coletor menstrual, pode-se perceber que os discursos produzidos acerca do objeto frequentemente mobilizam sentidos que apontam para ideais de liberdade, autonomia (no que toca o conhecimento do próprio corpo) e feminismo, alguns dos quais são construídos na fala de Helena:

Helena: A coisa do *cheiro*, isso me incomodava, e eu percebi *com coletor*, que é uma parte que eu nem queria chegar agora, mas- tem muita diferença. Com o coletor- quando cê usa qualquer outro absorvente, você tá lidando com algodão e com uma cultura de bactérias, e fica um cheiro muito forte. [...] É... e com o coletor é completamente diferente, você descobre que aquilo não tem um cheiro. Né? É... eu comecei a gostar muito mais da ideia de que ah, po, isso aqui é natural com o corpo, me sinto muito livre usando, não sei se era pra chegar nisso agora também, mas me sinto com uma liberdade assim, indescritível, é muito mais curto o ciclo, sinto muito menos cólica, é... é... sintomas, assim, que eu tenho, de cólicas... Não, é, mudou completamente. @ Mudou completamente. Só que outro dia, assim, já me estendendo, eu ouvi um podcast chamado... meio que pra treinar o áudio em inglês, chamado Stuff m- é, mom never told you [Coisas que sua mãe nunca te disse]. E nesse podcast, as... as mulheres que levam à frente esse podcast, elas fa- elas falavam- ah, vou escutar esse episódio aqui que é sobre coletor menstrual. E a *primeira* coisa que ela falava, que elas falavam, assim, é, o problema todo, assim, quando as pessoas que usam e gostam muito se tornam doutrinadoras desse coletor.

Joana: @

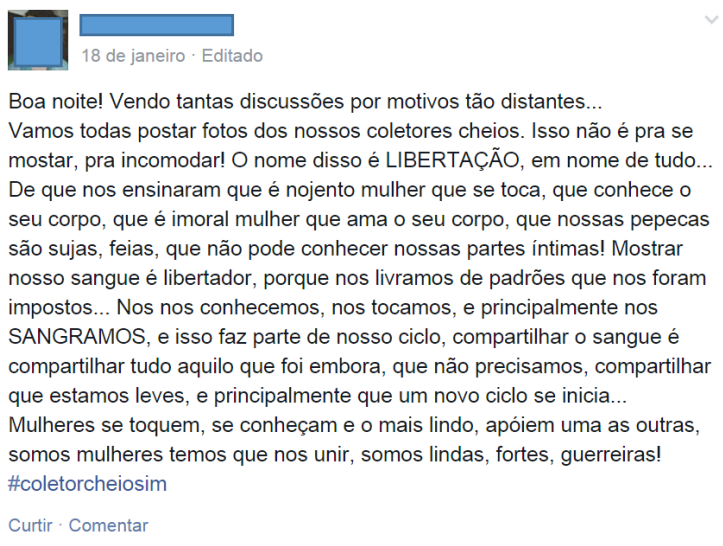
Helena: E acham que todo mundo tem que mudar, eu- caraca, é, se eu faço isso, eu preciso parar- parar de fazer isso. Porque cada mulher é um corpo diferente, vai ter uma relação com o próprio corpo e... pra mim, o coletor é sensacional e, acho que como é sensacional pra mim eu quero que as pessoas se beneficiem disso, mas eu não posso ser doutrinadora, cara, eu não posso. Isso aqui não pode virar mais uma ideologia, entendeu, e eu comecei a ter uns certos cuidados. De falar. Po, pra mim funciona *muito* bem, mudou completamente. Inclusive a relação com o meu corpo mesmo... acho que a gente não tem muito problema, né?

Luiza: Não.

O trecho anterior se produziu a partir da pergunta “Como é a relação de vocês com o sangue menstrual?”. Em sua resposta, Helena faz referência aos incômodos que sentia em relação à menstruação, associando o mau cheiro do sangue menstrual à proliferação de bactérias propiciada pelo algodão presente nos absorventes. A entrevistada projeta uma relação entre o uso do coletor e a descoberta do cheiro do sangue natural, ou seja, livre de interferências externas: “você descobre que aquilo não tem cheiro”. Assim, de acordo com essa perspectiva, pode-se dizer que o uso do coletor propiciaria um contato mais autêntico com o corpo (“isso aqui é natural com o corpo”), afastando-se do intervencionismo associado ao uso de absorventes. Nos grupos virtuais de discussão sobre o coletor, é comum a associação entre o uso do produto e a “descoberta” do cheiro “real” do sangue menstrual. Um vídeo com mais de um milhão e quatrocentas mil visualizações da Youtuber-celebridade Jout Jout sobre o coletor, por exemplo, tem como subtítulo: “diga adeus aos cachorros te cheirando quando você está menstruada”.³²

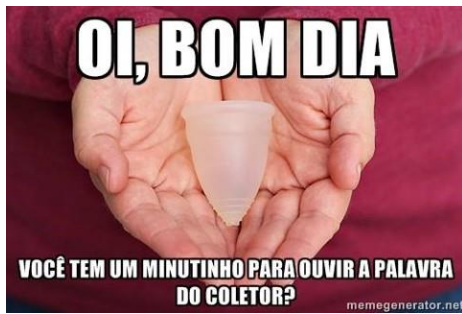
Além disso, são frequentes as conexões produzidas entre essa descoberta e discursos feministas acerca da importância do autoconhecimento do corpo como forma de resistência à opressão de gênero. Partindo dessa perspectiva, entende-se que a expressiva circulação de discursos patriarcais sobre o corpo dito feminino dificultaria o acesso das mulheres a seus corpos “reais”, ideia relacionada ao que Hirschmann (1996) e Biroli (2014) descrevem, respectivamente, como “falsa consciência” e “internalização da dominação” pelas mulheres. Como sugerem as autoras, a ideia da eliminação ou flexibilização das barreiras externas patriarcais como necessária para o exercício da autonomia das mulheres pode ser problemática, pois presume a existência de um sujeito feminino a priori, o qual deve ser recuperado para que as mulheres sejam “livres”. Não raro, o coletor menstrual é discursivamente mobilizado como um instrumento propiciador da flexibilização dessas barreiras, sendo seu uso frequentemente evocado com base em um referencial de libertação associado a alguns feminismos. A postagem a seguir, retirada em 2015 de um grupo no Facebook sobre coletores e analisada em minha monografia de graduação, aponta para tais sentidos:

³² JOUT JOUT PRAZER. Vai de copinho. 2014. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=33lspg6LQBY>>. Acesso em: 21 maio 2018.



Entretanto, a fala de Helena não parece evocar tais sentidos, já que associa a ideia de liberdade não ao contato com o sangue ou com o corpo, mas à diminuição do sangramento e das dores menstruais: “é muito mais curto o ciclo, sinto muito menos cólica”. Por outro lado, a projeção de um marcador temporal separando a relação de Helena com sua menstruação em dois períodos – um antes e outro após o início do uso do coletor – pode ecoar sentidos de libertação que, nas linhas seguintes, serão refutados pela própria participante. Assim, após inicialmente posicionar o coletor como o elemento responsável por uma mudança positiva na vivência da menstruação (“*com coletor* [...] tem muita diferença”, “com o coletor é completamente diferente”, “mudou completamente”), Helena inicia uma problematização de suas próprias percepções.

A classificação de certas mulheres como “doutrinadoras” do coletor menstrual aponta para sentidos presentes em discursos com os quais tive contato ao participar de grupos virtuais sobre o objeto, nos quais diversas mulheres posicionavam-se como disseminadoras das vantagens do produto para outras mulheres, tanto conhecidas quanto desconhecidas. Meu riso seguido da fala em que Helena realiza essa classificação pode apontar para a quebra de expectativa inerente à associação entre dois âmbitos que pareceriam opostos: religiões mais conservadoras e o uso de produtos menstruais ditos alternativos. Os memes a seguir também realizam essa associação:



Fonte: Google imagens (fonte original desconhecida)



Fonte: Página do Facebook “Coletor da depressão”

O termo “doutrinadora”, utilizado por Helena, assim como a construção utilizada no primeiro meme, fazem referência ao proselitismo, apontando para uma comparação entre “as pessoas que usam [o coletor] e gostam muito [...] e acham que todo o mundo tem que mudar” e propagadores de determinadas religiões. Em ambos os casos, ao serem positivamente impactadas por uma ideia/produto de forma particularmente intensa, as pessoas “doutrinadoras” incumbem-se da tarefa não apenas de disseminar essa possibilidade, mas de esforçarem-se para que outras pessoas realizem a adesão àquele grupo determinado. Essa visão parece partir do pressuposto de que os interesses e preferências são universais e os benefícios decorrentes do uso de determinado produto, por exemplo, seriam experienciados de forma similar por diferentes pessoas. Tal perspectiva está associada a uma visão liberal de indivíduo, pois presume a existência de uma base comum de valores entre sujeitos. Além disso, a ideia de “levar a palavra” ou o conhecimento do coletor para as mulheres pode evocar o paradigma da alienação feminina, com base no qual entende-se que as mulheres tendem a enxergar a si próprias através do olhar patriarcal (BIROLI, 2013). Dessa forma, a ideia de “doutrinação” implicaria que certas mulheres devem ser instruídas para tornarem-se capazes de realizar escolhas autênticas, sendo assim salvas não do inferno cristão, mas de uma dominação internalizada.

Todavia, em sua fala, Helena parece rejeitar a universalização de tais valores, legitimando as vivências particulares das mulheres: “porque cada mulher é um corpo diferente, vai ter uma relação com o próprio corpo”. Assim, o discurso da participante individualiza sua experiência (“*pra mim*, o coletor é sensacional”, “*pra mim* funciona muito bem, mudou completamente” – grifos meus) e afasta-se de um paradigma generalizante (“eu não posso ser doutrinadora”, “isso aqui não pode virar mais uma ideologia”, “se eu faço isso, eu preciso parar”, “eu comecei a ter uns certos cuidados”). Dessa forma, o discurso de Helena problematiza a “pregação” de certos valores associados ao uso do coletor ao mesmo tempo em que alinha a participante a esses valores: “me sinto muito livre usando”, “me sinto com uma

liberdade assim, indescritível”, “mudou completamente [...] inclusive a relação com meu corpo mesmo”, “isso aqui é natural com o corpo”.

Por outro lado, um trecho da entrevista com Antônia aponta para uma perspectiva distinta:

Antônia: [...] as minhas amigas são todas feministas, então se a gente fizer um grupo nem que seja sobre literatura, qualquer assunto que a gente vai debater vai ser sempre por um viés feminista. [...] então as vezes que a gente discute sobre o coletor, apesar de não ser uma coisa que você tenha focado especificamente, mas quando cê foca essa coisa do autoconhecimento do corpo, é, eu acho que você tá... eu acho que você tá passando por um por um viés que poderia ser chamado de feminista também, entendeu? Você incentivar outras mulheres a... a usar, entendeu, tipo assim... eu tenho amigas que... que eu acho que vai ser muito legal pra elas conhecerem melhor o corpo delas também sabe, começar a usar sabe, porque... é... pelas coisas que a gente conversa, é... eu sei que elas precisam co(h)nhecer melhor o corpo de(h)las entendeu @ então assim... eu acho que... eu acho que é legal. Acho que é uma parada legal desde experimentar pelo menos né? Tenho amigas que também não- tentaram e não conseguiram, desistiram, é... num primeiro momento eu fico até me perguntando né, o que que o que que leva a pessoa a- a tentar e desistir, qual é a dificuldade tão grande assim... e aí você pensa se a pessoa- o quão bem ela conhece o corpo dela ou não, entendeu, porque também tem vários tipos de coletor, é... tem vários diferentes assim, de repente cê não deu certo com um, cê pode dar certo com outro, né.

O discurso destacado foi produzido a partir de meu questionamento a respeito do caráter dos grupos virtuais nos quais Antônia participava de discussões sobre o coletor – queria saber se eram declaradamente feministas ou não. A fala da participante traça uma relação entre produção de discursos sobre o coletor (“as vezes que a gente discute sobre o coletor”), autoconhecimento do corpo (“quando cê foca essa coisa do autoconhecimento do conhecimento do corpo”), feminismo (“eu acho que você tá passando por um viés que poderia ser chamado de feminista”) e o ato de incentivar outras mulheres a utilizarem o produto (“você incentivar outras mulheres a... a usar”), o qual pode ser conectado ao apontamento de Helena sobre a “doutrinação” existente acerca do coletor. Entretanto, ao passo que a problematização de Helena acerca de tal doutrinação não associa explicitamente essa prática a discursos feministas de autoconhecimento do corpo, a fala de Antônia esboça uma conexão entre esses dois elementos, associando o incentivo ao uso do coletor a uma agenda feminista: “eu acho que você tá passando por um por um viés que poderia ser chamado de feminista também, entendeu? Você incentivar outras mulheres a... a usar, entendeu”.

Além disso, o trecho destacado da entrevista com Antônia posiciona a participante em um local privilegiado de saber sobre si e sobre x outrx, simultaneamente localizando certas mulheres como não apenas desconhecedoras de seus corpos, mas também como ignorantes de seu próprio desconhecimento: “pelas coisas que a gente conversa, é... eu *sei* que elas *precisam*

co(h)nhecer melhor o corpo de(h)las entendeu @”, “o que que o que que leva a pessoa a- a tentar e desistir, *qual é a dificuldade* tão grande assim... e aí você pensa se a pessoa- o quão bem ela conhece o corpo dela ou não, entendeu” (grifos meus). Pode-se dizer que essas falas apontam para a problemática levantada por Hirschmann (1996) acerca da busca pelos desejos e preferências “verdadeiros” das mulheres, já que assumem o conhecimento do corpo como um valor desejável para as amigas de Antônia.

Outro aspecto a ser destacado é o posicionamento do coletor como um eliminador da barreira que impediria o acesso dessas mulheres a seus corpos. Tal posicionamento é realizado por meio da projeção de uma relação de causa e consequência entre o uso do coletor e o autoconhecimento do corpo: “eu acho que vai ser muito legal pra elas conhecerem melhor o corpo delas também sabe, começar a usar sabe”. Assim, nessa parte da entrevista, o discurso de Antônia contrasta com a fala de Helena sobre as particularidades na relação entre mulheres e seus corpos (“cada mulher é um corpo diferente, vai ter uma relação com o próprio corpo”) e sobre os problemas subjacentes à propagação generalizada do uso do coletor (“o problema todo, assim, quando as pessoas que usam e gostam muito se tornam doutrinadoras desse coletor [...] e acham que todo mundo tem que mudar”). Dessa forma, é possível associar os sentidos evocados na fala de Antônia – bem como os posicionamentos que seu discurso atribui a si mesma e a mulheres que não querem ou não conseguem utilizar o coletor – aos significados que Helena problematiza ao classificar certas mulheres como “doutrinadoras”.

Assim como a fala de Helena, o discurso de Camila complexifica os sentidos atribuídos nas declarações de Antônia às ideias de autoconhecimento do corpo e de utilização do coletor menstrual:

Camila: É isso, né, assim, eu usei *poucas* vezes e me acomodei, assim, não... eu não tenho- como o meu fluxo não é muito grande e como eu gosto também da sensação de sentar no vaso, fazer xixi e descer @@ eu não tenho muito problema em usar absorvente, também. Sabe?

Joana: É engraçado que muita gente fala que o que gosta no coletor é isso de você não- ir ao banheiro e- é como se você não tivesse menstruada, né.

Camila: Eu *gosto* de ir ao banheiro e me sentir menstruada, eu gosto de sentir o sangue descer na hora que eu tô fazendo xixi, essa sensação pra mim é boa. Então, é. É, e com o coletor eu não sinto isso. É... aí só na hora que *cê tira*, né, mas o tirar também dá um... uma dorzinha assim. Às vezes. O tirar e o colocar não era *tão* prazeroso.

O trecho acima está relacionado à fala de Camila destacada nas páginas 43 e 44 deste trabalho, na seção do capítulo um que trata do sangue menstrual e do nojo. Em ambos os

momentos, Camila faz menção a uma relação com o sangue menstrual marcada pela proximidade e pelo contato sensorial (“eu gosto de sentir o sangue descer na hora que eu tô fazendo xixi”) e visual (“eu vejo o sangue, eu me relacio(h)no com ele” – p. 43). Além disso, no excerto destacado acima, a participante localiza o coletor como um objeto que se interpõe entre seu sangue e suas sensações: “eu gosto de sentir o sangue descer na hora que eu tô fazendo xixi [...] e com o coletor eu não sinto isso”. Neste caso, pode-se entender a urina e o sangue não como dejetos ou resíduos apenas descartados por seu corpo, mas como parte de uma experiência corporal de si mesma, construída no ato de chamar à existência uma vivência frequentemente apagada: “eu gosto também da sensação de sentar no vaso, fazer xixi e descer @@”. Dessa forma, diferentemente do que ocorre no discurso de Antônia, na fala de Camila, o impedimento que se coloca entre a mulher e seu corpo não é o desconhecimento ou receio em relação a ele, mas sim o próprio coletor menstrual, que impossibilita a experiência de descida do sangue construída pela participante.

Assim, por um lado, há discursos que posicionam o coletor menstrual como um objeto propiciador de maior contato tanto com a vagina – pois os processos de retirada e colocação requerem um relativo nível de familiaridade com o órgão – quanto com o sangue – já que deve-se lavar manualmente o objeto cheio de fluido, ao passo que os absorventes internos e externos são apenas descartados. Por outro lado, podem-se encontrar discursos como o de Camila, cuja desistência na utilização do produto está relacionada, entre outros fatores, à ocultação do sangue proporcionada pelo coletor e, assim, à impossibilidade de experienciar a menstruação da forma desejada. Além disso, em minha fala “É engraçado que muita gente fala que o que gosta no coletor é isso de você não- ir ao banheiro e- é como se você não tivesse menstruada, né” evoco outro discurso muito presente em discussões virtuais sobre o coletor, no qual promove-se a desvinculação da experiência de menstruar como uma vantagem proporcionada pelo objeto. Ao classificar a situação como “engraçad[a]”, estabeleço uma relação de oposição entre tais discursos e a fala de Camila, que alega “*gost[ar]* de ir ao banheiro e [*se*] sentir menstruada”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que rejeita o discurso hegemônico da menstruação como algo indesejável/nojento/marginal/descartável, a participante posiciona o coletor não como um libertador de constrictões de gênero relacionadas ao corpo feminino, mas como um “pasteurizador” da experiência da menstruação.

Portanto, é interessante observar que os sentidos sugeridos tanto no trecho da entrevista com Antônia quanto em diversos discursos construídos na Internet – que apontam para o uso do coletor menstrual como uma forma “mais feminista” de se experienciar a menstruação – não se sustentam na fala de Camila. Por um lado, é certo que a importância do autoconhecimento

corporal e da resignificação de sentidos hegemônicos acerca dos fluidos produzidos por corpos ditos femininos faz parte de uma agenda feminista (BOBEL, 2010), dados os investimentos discursivos realizados ao longo dos séculos no silenciamento dos corpos das mulheres (PERROT, 2003). Entretanto, as formas de se vivenciar o conhecimento e o contato com o corpo são múltiplas, sendo construídas em interações localizadas e, portanto, não generalizáveis.

Assim como Camila, Mariana evoca sentidos alternativos relacionados ao uso do coletor:

Joana: É, porque tem uns discursos sobre o coletor que são tipo ai, agora eu sou uma mulher mais livre e... não sei, agora eu conheço o meu corpo... Mas é interessante que pra você também não- assim, isso não é- é *banal*, né. Assim, não... não representou uma... sei lá...

Mariana: Ah, é que eu vivo... eu vivo... uma... eu vivo uma lesbianidade muito *não normativa*, assim, então... eu sei que... é... também tem sapatão normativa e que... que é difícil né, eu acho que é difícil pra *mulher* romper determinadas barreiras com o próprio corpo, porque a sociedade cria... muitos mitos em torno do nosso corpo e muitas muitas é... proibições, né. Mas... isso pra mim pass- passou... eu sou sapatão há des- desde os dezoito anos, eu tenho trinta e três. Não sei fazer essa conta. Então assim, isso foi bem no início da minha vida sexual né, então... E eu comecei a usar coletor... talvez há uns três ou quatro anos... Então tipo quando eu comecei a usar coletor eu... O meu corpo e qualquer relação minha com qualquer parte que possa ser... sei lá, não não não tenho nenhuma... restrição mais sabe. Então esse negócio de libertação, porque acaba que muitas mulheres não têm tanto contato com a própria vagina, né. E... e aí passam a ter obrigatoriamente por causa de tirar e botar, e aí aprende também como é que a própria... como é que é a própria forma né, do início do colo... enfim, do início da... do canal vaginal, do início do colo. Início do canal vaginal. Mas isso... sei lá, nas minhas relações nunca... sempre foram muito... livres sexualmente, então (3.0) nunca tive essas libertações com o coletor, a não ser a libertação de não ter que ir na farmácia, assim, isso é uma liber- @@@ e de achar que eu troco menos do que eu trocava, porque eu sinto quando ele tá cheio ou não. São só esses facilitadores e- e a facilitação pro sexo também, que... que tipo, absorvente externo... né, a pessoa- tipo, eu eu prefiro não engolir muito- né? Prefiro- enfim. Então o absorvente externo não ajuda nisso e o ob ele meio que tipo também absorve... tipo, lubrificação né, e o coletor não, ele só tá ali e ele não absorve nada, ele só segura o sangue pra não sair né, então... achei que nesse sentido ele facilita muito.

No excerto acima, assim como no trecho retirado da entrevista com Camila, evoco discursos do Facebook com os quais tive contato durante a pesquisa para a monografia, os quais frequentemente mobilizam a categoria de liberdade associada ao maior conhecimento do corpo, que, por sua vez, é atribuído ao uso do coletor: “agora eu sou uma mulher mais livre e... não sei, agora eu conheço o meu corpo”. Todavia, a projeção de uma relação de causa e consequência entre o uso do produto e a aquisição “libertadora” de conhecimento corporal não é sustentada na fala de Mariana. Assim, ao mesmo tempo em que aborda a falta de contato de

mulheres com seus corpos como uma questão generalizada (“eu acho que é difícil pra *mulher* romper determinadas barreiras com o próprio corpo, porque a sociedade cria... muitos mitos em torno do nosso corpo e muitas muitas é... proibições, né”, “porque acaba que muitas mulheres não têm tanto contato com a própria vagina, né”), a participante posiciona-se como um sujeito fora dessa norma (“eu vivo uma lesbianidade muito *não normativa*”). Dessa forma, apesar de a lesbianidade ser uma categoria que geralmente está fora da normatividade de gênero e sexualidade, nesse trecho da fala de Mariana, ela não é necessariamente subversora ou propiciadora de experiências alternativas com o corpo/sexualidade: “tem sapatão normativa”.

Além disso, a “libertação” frequentemente evocada em discursos sobre o coletor é aqui deslocada para o domínio da praticidade: “nunca tive essas libertações com o coletor, a não ser a libertação de não ter que ir na farmácia, assim, isso é uma liber- @@@”. O riso de Mariana pode apontar para o contraste entre a ideia mais complexa e subjetiva de libertação associada à “quebra” de amarras patriarcais e a noção de libertação relacionada à praticidade, a qual evoca o domínio do mundano, do ordinário ou do “banal”, como aponto em minha fala. A participante classifica as consequências do uso do coletor como “facilitadores”, como o fato de não precisar comprar absorventes, de “troc[ar] menos do que [...] trocava”, “a facilitação pro sexo” e a não interferência na lubrificação da vagina. Portanto, a evocação da ideia de “facilitação” em substituição à de “libertação” localiza o coletor menstrual em uma lógica mais pragmática do que libertária/feminista (ainda que a facilitação para o sexo entre duas mulheres possa também ser abordada por um viés feminista). Tais sentidos são também sugeridos no trecho abaixo da entrevista com Luiza e Helena:

Joana: E vocês percebem alguma relação entre a identificação como feminista e a escolha do coletor? Ou às outras escolhas relacionadas ao corpo?

Luiza: Ah, com certeza. Sim, sim, há, né.

Helena: Eu acho que não precisa, necessariamente, não. Associar-

Luiza: Não, não precisa. Mas pra mim foi.

Helena: É. Pra mim acaba sendo. Mas eu acho que uma mulher machista pode usar tran(h)quilamen(n)te o coletor @

Luiza: Porque eu acho que o machismo ele te induz a não... a ter nojo do seu corpo, ter nojo do que ele produz, a... a não, não aceitar isso, sabe, mesmo-

Helena: Sim, mas ainda assim, essa mulher pode- por uma questão de praticidade... isso ficou uma coisa prática pra mim, entendeu. Pode ser um pragmatismo...

Luiza: É.

Helena: Entendeu? É, da mesma forma que a gente viu “ah, esses grupos [LGBT] não são tão revolucionários assim”, há todo, também, um veganismo atrelado muito ao capitalismo, ao consumo, entendeu, e são discursos assim: “Nossa, isso é prático pra mim, vamos lá, vamos vender, vamos usar coletor”. Sem necessariamente passar por outras-

Luiza: Não, é, eu não acredito que seja o moti- que isso esteja relacionado para todas, mas... *pra mim*, foi.

Helena: Ah, isso com certeza, né. Você tocar mais seu corpo e assim, é até surpreendente, né, a gente falou...

Luiza: Conhecer mais mesmo ele.

No excerto acima, minha fala aponta para uma possível associação entre identificar-se como feminista e realizar escolhas em relação ao corpo consideradas alternativas ou não hegemônicas. Além disso, pode-se dizer que projeto um posicionamento do ato de se usar o coletor como uma dessas escolhas “alternativas” – apesar de não fazer uso explícito dessa palavra – já que a categoria “feminista” aponta para tais sentidos de “subversão” a normas.

Ao construir em seu discurso uma conexão entre machismo/nojo do corpo/não aceitação, Luiza legitima as conexões sugeridas em minha pergunta entre feminismo/uso do coletor/conhecimento-aceitação do corpo: “Porque eu acho que o machismo ele te induz a não... a ter nojo do seu corpo, ter nojo do que ele produz, a... a não, não aceitar isso, sabe, mesmo-”. Por outro lado, Helena constrói sua resposta à minha pergunta evocando uma desassociação entre os elementos interligados em meu discurso: “Eu acho que não precisa, necessariamente, não. Associar-”, “eu acho que uma mulher machista pode usar tran(h)quilamen(n)te o coletor @”, “essa mulher pode- por uma questão de praticidade...”. Dessa forma, assim como a fala de Mariana, o discurso de Helena evoca a noção de “praticidade” e de “pragmatismo” como possíveis categorias relevantes na criação de inteligibilidades sobre a opção de algumas mulheres pela utilização do coletor, afastando-se da ideia de “libertação” frequentemente mobilizada tanto em discursos feministas quanto em discursos sobre o coletor, declaradamente feministas ou não. Além disso, a fala da participante aponta para uma expectativa de que certos ambientes sejam essencialmente “revolucionários” – como, por exemplo, os ambientes LGBT e veganos –, perspectiva frustrada pela possibilidade de subscrição desses movimentos a valores que costumamos entender como opostos aos conceitos de “libertação”, “subversão” ou “revolução”: “há todo, também, um veganismo atrelado muito ao capitalismo, ao consumo, entendeu”, “esses grupos não são tão revolucionários assim”.

Todavia, ambas as participantes projetam uma relação entre o uso do coletor e o autoconhecimento corporal no âmbito de suas experiências pessoais (“Você tocar mais seu

corpo e assim, é até surpreendente, né, a gente falou..”. [Helena], “Conhecer mais mesmo ele” [Luiza]), ao mesmo tempo em que problematizam a generalização dessa associação (“eu não acredito que seja o moti- que isso esteja relacionado para todas, mas... *pra mim*, foi” [Luiza]). Assim, ainda que suas experiências com o coletor apontem para sentidos que vão além do pragmatismo, tanto Luiza quanto Helena contestam o acoplamento imediato e descontextualizado de sentidos “feministas” à escolha pelo uso do coletor. Além disso, como vimos no trecho da fala de Mariana, não apenas mulheres alinhadas a valores machistas (como aponta Helena) podem fazer sentido do coletor de uma perspectiva mais localizada e pragmática, mas também mulheres alinhadas a ideias feministas.

Além da questão do autoconhecimento, uma associação alternativa entre coletor menstrual e feminismo é evocada por Antônia:

Joana: E... você vê alguma relação entre ser usuária do coletor e ser feminista... ou não...

Antônia: Talvez tenha uma relação sim, porque... assim... eu fiquei sabendo do coletor antes porque eu sou feminista. Com certeza, entendeu, porque dentro de grupos f- de mulheres... que mesmo não sendo grupos de coletores ou grupos feministas, mas como são grupos de mulheres que são feministas, esse as- essa... essa coisa do coletor surgiu muito antes [...] Então assim, é... eu acho que pelo fato de- de eu ser feminista e tá em contato com mulheres feministas, eu fiquei sabendo antes. É... mas é legal ver... ficar mais né, é- é legal que o coletor esteja mais... é... mais falado, eu acho inclusive que poderia ser uma... uma... boa opção pra... mulheres que tão encarceradas, já que tem tanta dificuldade lá de... de... de material de higiene né, de coisa de... íntima né, porque falta tudo né, no sistema carcerário- que é feito pensado nos homens, então assim... eu acho que... que é uma coisa que é uma coisa que pode ser debatida assim em termos feministas mesmo.

Neste trecho, a participante classifica o coletor menstrual como um assunto de interesse majoritariamente feminista, uma vez que esse grupo teria se apropriado do tema antes da relativa popularização do objeto: “porque dentro de [...] grupos de mulheres que são feministas, esse as- essa... essa coisa do coletor surgiu muito antes”. No entanto, Antônia não projeta uma razão para a forte associação entre feminismo e coletor observada por ela em grupos de mulheres. Apesar disso, a participante enquadra o produto em uma perspectiva feminista ao classificá-lo como uma possível solução para uma preocupação relacionada a alguns feminismos. Como sugere Antônia, essa preocupação concerne tanto à situação precária de mulheres encarceradas em si (“já que tem tanta dificuldade lá de... de... de material de higiene né, de coisa de... íntima né”) quanto à lógica patriarcal que agrava essa precarização (“porque falta tudo né, no sistema carcerário- que é feito pensado nos homens”). Assim, o discurso da participante acopla ao coletor sentidos que apontam para um referencial alternativo de usuária

do objeto, a saber: não branca, pobre, marginalizada, sem poder de compra etc. Com base em meu percurso de pesquisa, entendo o coletor como um objeto frequentemente promovido por e para mulheres brancas, de classe média e consumidoras. A imagem abaixo ilustra tais significados hegemônicos, apresentando uma mulher branca, magra, de pernas longas, aparentemente jovem e “moderninha” regando uma planta com o sangue reunido pelo coletor, apresentada em um cenário *clean* ou “higienizado”:



Fonte: Google imagens (fonte original desconhecida)

A frequente associação entre coletor e branquidade também pode ser traçada na propaganda abaixo, retirada da página do Facebook de uma marca brasileira de coletores menstruais:



Fonte: Página do Facebook de uma marca de coletores menstruais

A imagem apresenta uma mulher jovem, branca, magra, loira, de cabelo liso, olhos claros e dentes brancos, ou seja, dentro de um padrão³³ eurocêntrico. O cenário remete a um

³³ Após a escrita do texto, percebi que a modelo representada aparenta não ter uma parte do braço esquerdo. No entanto, não está evidente se esta é uma característica da pessoa ou se é uma impressão causada pelo ângulo da foto. Nos comentários sobre a imagem, não há qualquer referência a essa questão.

ambiente calmo, claro, amplo e seguro. Portanto, percebe-se o contraste entre a usuária do coletor projetada na propaganda e as potenciais usuárias evocadas por Antônia, as quais são mulheres encarceradas e (provavelmente) negras. Além disso, dada a situação de confinamento dessas mulheres, a ideia de “liberdade” evocada na propaganda em associação ao coletor torna-se inapropriada, pois parece estar relacionada apenas ao tipo de sujeito representado na imagem (cf. MATTOS, 2012). Outras potenciais usuárias cuja situação social contrasta com os cenários construídos nas imagens destacadas são meninas de comunidades na África onde não há acesso a produtos menstruais descartáveis. Nesses casos, o coletor é frequentemente entendido como uma maneira de proporcionar o cuidado menstrual necessário de forma a evitar que essas meninas deixem de ir à escola por causa dos sangramentos, havendo algumas organizações dedicadas ao trabalho de educação menstrual aliado à doação e disseminação de coletores.³⁴

Retomando o trecho da entrevista, pode-se dizer que, além de visibilizar mulheres frequentemente apagadas em discussões sobre o coletor, a fala de Antônia projeta uma função “pragmática” para o uso do coletor, que, ao contrário do pragmatismo evocado nos discursos de Mariana e Helena, não encontra-se em oposição a sentidos libertários associados ao feminismo. Portanto, neste caso, o uso do coletor como solução para um problema logístico (e político) de falta de produtos é repleto de sentidos políticos de gênero – ao contrário do que ocorre, por exemplo, nos discursos de utilização do coletor apenas focados na ideia de praticidade (ou mesmo naqueles baseados em ideias como “conheça seu próprio corpo”, “se ame”, “liberte-se” etc., mas cuja lógica parece ser mais mercadológica do que libertária). Assim, o discurso de Antônia projeta um paradigma feminista alternativo para a abordagem do produto, afastando-se de um modelo voltado para o consumo individual.

A entrevista com a participante continua da seguinte forma:

Joana: E por que você acha que começou primeiro nos grupos feministas?

Antônia: Boa pergunta. Porque @ por que que eu acho que começou primeiro nos grupos- eu não sei, eu acho que por uma questão de você tá debatendo... o próprio corpo e... soluções né, acho que feministas tão sempre problematizando tudo...

Joana: Uhum.

Antônia: E vão tá problematizando também absorvente essas coisas né, então s- e vão tá buscando outras soluções e... a questão de conhecer o próprio corpo também né, porque... a

³⁴ Para iniciativas em países da África, ver Femme International (www.femmeinternational.org), principal organização no âmbito da educação menstrual, e Ruby Cup social mission (www.rubycup.com/social-mission). No Brasil, ver projeto “Dona do meu fluxo”, que promoveu doações de coletores e conversas sobre a menstruação com meninas do sertão mineiro (www.korui.com.br/korui-realiza-doacao-de-coletores-menstruais-no-sertao-mineiro).

gente também defende isso né, o direito a- o direito ao próprio corpo, o direito ao próprio prazer, entendeu, a pessoa que conhece melhor, sabe, *se* conhece melhor, o dia que a gente vai tá mais aberta a usar, a testar coisas diferentes, então eu acho que... faz sentido, pelo menos pra mim, é... a maneira como *eu* fiquei sabendo do coletor e... pra mim faz sentido que isso tenha vindo por essas vias. Assim... entendeu, e assim... é... é engraçado porque as pessoas começam a usar, elas saem meio que cate(h)quizan(h)do as outras, né?

Joana: Uhum @

Antônia: A pessoa começa a usar o coletor você sai tipo espalhando a boa no(h)va @@@ Você realmente- você *quer* que as pessoa- po, você *insiste* pras suas amigas e- essa minha amiga que tentou um tempo e desistiu assim, eu falo “não, mas tenta [de] novo, deve ser-

Joana: @

Antônia: Com certeza você tava usando o coletor *errado* pra você. Vai ter um outro que você vai curtir mais”. É... porque... é- eu- acho qu- eu *acho* realmente que *é muito* melhor do que... do que tá usando um absorvente.

Neste trecho, vemos novamente a associação “coletor-autoconhecimento do corpo-feminismo”, projetada algumas vezes ao longo dos excertos destacados neste capítulo. As expressões “direito ao próprio corpo” e “direito ao próprio prazer” sedimentam essa relação, já que apontam para pautas políticas, assim afastando-se da ideia individualizante que pode ser evocada em alguns discursos que promovem o autoconhecimento do corpo – principalmente, discursos mercadológicos e/ou feministas liberais. Além disso, a menção à “problematização” feminista dos absorventes aponta para sentidos construídos em outros momentos da entrevista com Antônia, como a relação entre o uso de absorventes internos e o desenvolvimento de doenças, questão levantada por algumas feministas (cf. BOBEL, 2010).

Ademais, assim como no primeiro excerto destacado neste capítulo, que apresenta algumas falas de Helena (p. 102), evoca-se aqui a noção de proselitismo. Enquanto Helena faz referência a uma “doutrinação” do coletor e os memes retirados da Internet referem-se à disseminação da “palavra do coletor”, Antônia utiliza expressões relacionadas à “catequização” e à propagação da “boa nova”. Todavia, ao passo que Helena problematiza a visão de que mulheres devem ser iluminadas para escolherem o caminho do coletor (ou seja, do autoconhecimento do corpo, que, por sua vez, levaria à efetivação de ideais feministas), Antônia posiciona-se como uma das “doutrinadoras” criticadas por Helena: “Você realmente- você quer que as pessoa- po, você insiste pras suas amigas”. Dessa forma, assim como no primeiro excerto da entrevista com Antônia analisado neste capítulo (p. 106), o discurso da participante aponta para seu posicionamento em um local privilegiado de saber (“Com certeza você tava usando o coletor *errado* pra você. Vai ter um outro que você vai curtir mais”). Tanto esse posicionamento

quanto a energia investida na adoção do coletor por terceiros podem apontar para a problemática levantada pelas autoras discutidas neste capítulo acerca da universalização de valores particulares e do papel exercido por alguns feminismos na reificação de tais sentidos.

Portanto, este último trecho aponta para as principais ideias discutidas neste capítulo, ao longo do qual tracei algumas considerações que problematizam a dicotomia constrição/liberdade, procurando complexificar as associações que vêm sendo discursivamente construídas ao longo dos últimos anos entre coletor e libertação de paradigmas de gênero tais como os citados no post do Facebook destacado neste capítulo: “nos ensinaram que é nojento mulher que se toca, que conhece seu corpo, que é imoral mulher que ama seu corpo, que nossas pepecas são sujas, feias, que não se pode conhecer nossas partes íntimas!”. É certo que, levando-se em conta as discussões sobre menstruação e corpo feminino realizadas ao longo desta dissertação – nas quais vimos a insidiosa circulação de discursos patriarcais que contribuem para a construção de nossas vivências corporais e menstruais –, não se pode ignorar as “libertações” experienciadas por muitas mulheres após o início do uso do coletor. O uso do coletor menstrual pode de fato representar, para muitas pessoas, a primeira oportunidade de contato maior com o interior do canal vaginal e com a consistência e o cheiro de seu sangue.

Em uma lógica de silenciamento histórico e sistemático dos corpos/fluidos das mulheres, bem como de concatenação entre corpos com vagina e certos padrões de gênero, não se pode desconsiderar o potencial destabilizador de um objeto cujo uso pode produzir vivências anteriormente não disponíveis para muitas mulheres. Como aponta Biroli (2014, 2016), o acesso dos indivíduos aos recursos que contribuem para a construção de preferências é extremamente desigual, tornando certas escolhas menos visíveis. Nesse sentido, a “doutrinação”/ “catequização” acerca do coletor pode resultar em um alargamento do repertório de escolhas para mulheres, já que se produziria uma circulação mais intensa de discursos que confrontariam valores de gênero e sexualidade estabelecidos.

Entretanto, à luz das críticas à universalização das ideias de “indivíduo” (MATTOS, 2012), “subversão” (MAHMOOD, 2005) e “valores autênticos/interiores” (HIRSCHMANN, 1996), pode-se também desconfiar de tais discursos de estímulo ao uso do coletor, que podem apontar para a projeção de uma subordinação dada a priori e de uma necessidade intrínseca ao sujeito de libertar-se de tais amarras. Além disso, esses discursos podem estar comprometidos com uma agenda relacionada à distribuição de “informação” como solução para o problema da “alienação” feminina (BIROLI, 2014) ou da “falsa consciência” (HIRSCHMANN, 1996), condições que seriam provocadas pela lógica patriarcal.

Como vimos nas falas de Camila e Mariana, o uso do coletor em si não aponta necessariamente para uma libertação, podendo até mesmo trabalhar contrariamente a tal ideal (como no caso de Camila, cujo contato com o sangue é impedido com o uso do coletor). Assim, deve-se atentar para o perigo de se classificar o uso de tal produto como uma forma “mais feminista” de se experienciar a menstruação e o corpo, já que, assim como os feminismos, os valores cultivados nas vivências menstruais/corporais são múltiplos. Como vimos na fala de Camila que abre este capítulo, torna-se pertinente problematizar certas “ordens” que podem ser evocadas em alguns discursos feministas, questionando a existência de “um conjunto ali de regras pra que alguma mulher [seja] considerada mais... é, livre do que outras” (Camila). Como alega Hirschmann (1996):

Uma teoria feminista da liberdade deve então reter certos elementos da liberdade positiva, reconhecendo particularmente que algumas barreiras são melhor descritas como “internas”, que indivíduos podem ter vontades divididas e desejos complicados que podem implicá-los em um endossamento das mesmas estruturas que aparentemente os restringem. [...] Sua identidade pode ser “genuína”; ela não é automaticamente “falsa” apenas porque existe dentro de – ou mesmo talvez em consonância com – os termos do patriarcado. No entanto, sua “genuinidade” não impede [que se pensem] questões de liberdade. (HIRSCHMANN, 1996, p. 56).

Dessa forma, torna-se mais pertinente pensar a liberdade e a constrição não como polos em uma dicotomia, mas como ideias imbricadas. Como afirma Mayorga (2012, p. 11), “não [devemos nos] perguntar pela natureza ou pela verdade da liberdade, mas [nos] perguntar pela condição de ser livre nas sociedades contemporâneas”. O ganho na adoção desta perspectiva residiria, então, na desessencialização de paradigmas aos quais nos apoiamos para a propagação de ideais que nos são caros, como é o caso da liberdade. Assim, constrói-se a possibilidade de se abraçarem as contradições inerentes à realização de escolhas sobre nossos corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETORNANDO AO INÍCIO

Este trabalho começa com meu interesse nos discursos sobre o coletor menstrual como mobilizadores de sentidos alternativos acerca dos corpos das mulheres, apontando para temas como nojo do corpo e do sangue, autonomia corporal, anticoncepção, virgindade, saúde reprodutiva, meio ambiente, libertação animal, entre diversos outros. No entanto, o trabalho também começa quando, na adolescência, inicio o uso da pílula para acabar com minhas espinhas, que já tinham se tornado parte de minha identidade. O trabalho começa, ainda, quando decido iniciar o uso coletor para deixar de financiar a indústria de absorventes, que realiza testes em animais. Começa quando vivo experiências de assédio nas ruas, quando fico com raiva do meu corpo por isso.

Começa, especialmente, quando vejo minha primeira mancha escura no biquíni e fico torcendo para que seja cocô, para que seja qualquer coisa menos aquilo. Começa quando conto para minhas amigas e elas não acreditam em mim, já que uma menina com o corpo tão pouco desenvolvido não poderia ter ficado menstruada antes das outras. Quando, após convencê-las, adquiro um novo status no grupo, por ter sido uma das primeiras. Começa agora, enquanto escrevo este texto e me dou conta de que me esqueci de colocar o coletor antes de sair para a biblioteca.

Assim, espero que este trabalho, chegando ao seu fim, tenha contribuído para as discussões acerca das questões de gênero que constroem a experiência de ser uma mulher que menstrua. Em sua elaboração, aposto em uma abordagem interdisciplinar de orientação antropológica e feminista para criar entendimentos sobre os sentidos negociados na produção-desestabilização de regimes de verdade que produzem saberes, dicotomias e hierarquias sobre nossos corpos. Além disso, parto do entendimento de que o olhar sobre as estratégias discursivas que tecemos ao desafiar e fazer sentido do mundo social – como a produção de categorias, hierarquias, posicionamentos etc. – pode nos trazer ganhos no âmbito da sociedade, da epistemologia e da análise, que são domínios inseparáveis. Isso se deve ao fato de que a produção de entendimentos sobre como os discursos são constituídos e como constituímos o mundo social, nós mesmxs e xs outrxs por meio do discurso é uma questão de interesse desses três domínios, que, nesta dissertação, procurei imbricar por meio da articulação entre as falas das mulheres entrevistadas, os construtos teóricos e a dissecação analítica das entrevistas.

Dessa forma, pode-se dizer que as falas de Antônia, Camila, Helena, Luiza e Mariana problematizam a reificação de categorias frequentemente evocadas em discursos biomédicos,

antropológicos, familiares, neoliberais ou, até mesmo, feministas, tais como: nojo, sujeira, higiene, vergonha, incômodo, natureza, sacralidade, (hetero)sexualidade, feminilidade, maturidade, evolução e libertação. As participantes desafiam dicotomias que produzem verdades sobre nossos corpos – como vivência/ciência, sujeira/higiene, atraso/evolução, liberdade/construção – ao mesmo tempo em que produzem suas próprias categorias e dicotomias em seus discursos – tais como subversão/subordinação e feminismo/alienação, que, no capítulo três, são desestabilizadas por algumas participantes, mas reificadas por outras.

Em tempos de regressão de direitos, uma abordagem feminista micropolítica pode fortalecer os embates contra as grandes histórias que vêm sendo contadas sobre nós, as quais nos limitam a certas posições de sujeito. Como sugere Bordo ([1988] 1997, p. 36), “uma batalha política está sendo travada sobre a energia e os recursos do corpo feminino, uma batalha na qual pelo menos *algumas* metas feministas, previstas para dar poderes às mulheres, estão sendo derrotadas”. Por outro lado, como sugerem os dados aqui discutidos, há também significativa produção conjunta de sentidos e saberes sobre nossos corpos que desafiam a lógica da patologia, do perigo, da utilidade, da produção e do consumo, apontando para um potencial desestabilizador que pode traduzir-se em lutas macro políticas.

Assim, localizo o nascimento desta dissertação no rastro da chamada Primavera das Mulheres – uma série de manifestações ocorridas em 2015 cujo estopim foi a aprovação do PL 5069/13 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que dificulta o acesso ao aborto legal (BRITO, 2017) – e das campanhas “Chega de fii fii” (2013), “Eu não mereço ser estuprada” (2014) e “Primeiro assédio” (2015) (cf. RODRIGUES, 2016), que transformaram-se em *hashtags* virais. Por volta da mesma época em que ocorre a proliferação de discursos feministas associados a esses movimentos, há uma explosão de discursos virtuais sobre o coletor menstrual e, conseqüentemente, sobre a menstruação. Após uma incursão por esses discursos online durante a graduação, decido redirecionar o foco para falas produzidas em encontros face a face com mulheres feministas. Dessa forma, assim como a Primavera das Mulheres e as *hashtags*, meu percurso de pesquisa começa na Internet e continua no mundo off-line, percorrendo no caminho as casas das mulheres entrevistadas, as universidades, as bibliotecas, meu corpo e minhas vivências. Chegando ao fim do percurso, encerro o trabalho com um trecho de minha primeira entrevista:

Joana: É... eu acho que é isso... cê quer falar mais alguma coisa?

(2.0)

Antônia: Não, acho que eu já falei bastante coisa @@

Joana: @@@

[...]

Antônia: É só isso, eu não acho que faltou nada não, eu até tô curiosa pra saber porque... tô curiosa pra saber como é que as pessoas enxergam isso de- porque assim, isso pra mim é uma coisa que é *tão*...que *deveria* estar ultrapassada, eu sei que não tá, entendeu, eu sei que na prática não tá. Porque já tive essa... conversa com amigas. Essa coisa de transar ou não menstruada, quando alguém surge com uma @ com uma pergunta dessa num grupo desses, eu penso: Mas como assim? Isso é uma questão ainda? Né *possível*, entendeu? Mas assim, é uma questão pra muita gente, eu sei que é. Sabe? Pra muito cara também, né, cis no caso, é... outros já não se importam, então assim, eu fico curiosa de saber como é que isso é... pras pessoas hoje.

(3.0)

Joana: Posso? [aponto para o botão de encerramento no gravador]

Antônia: Pode, encerrou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962/1990. 136 p.

AVELINO, Nildo. Do governo dos vivos: uma genealogia da obediência. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP, v. 8, 2008.

BELAUNDE, Luiza Elvira. A força dos pensamentos, o fedor do sangue: hematologia e gênero na Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 205-243, 2006.

BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty. In: WARBURTON, Nigel. (Ed.). *Philosophy: basic readings*. Routledge, 1958/2005. p. 159-170.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 81-105, 2013.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 109-122.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, fev., p. 39-57, 2016.

BOBEL, Chris. *New blood: third-wave feminism and the politics of menstruation*. Nova Brunswick, Nova Jersey e Londres: Rutgers University Press, 2010. 338 p.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 441-474, 2014.

BORBA, Rodrigo. Anexo A. In:_____. *O (des)aprendizado de si: transexualidade, interação e cuidado em saúde*. Editora Fiocruz, 2016.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: BORDO, Susan; JAGGAR, Alison. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Record: Rosa dos tempos, 1988/1997. p. 19-41.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.

BRÊTAS, José Roberto da Silva et al. Significado da menarca segundo adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012.

BRIGGS, Charles. Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, p. 551-579, 2007.

BRITO, Priscilla. Primavera Feminista: a Internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. *13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, p. 1-11, 2017.

BROWN, James Dean. Research methods for applied linguistics: scope, characteristics and standards. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 476-500.

BRYMAN, Alan. Social research strategies. In: _____. *Social Research Methods*. New York: Oxford University Press, 2012. p. 3-25.

BUCKLEY, Thomas; GOTTLIEB, Alma. A critical appraisal of theories of menstrual symbolism. In: _____. (Eds.). *Blood magic: the anthropology of menstruation*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1988. p. 3-50.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: an essay on phenomenology and feminist theory. *Theatre Journal*, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1993/2000. p. 110-126.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990/2003. p. 17-60.

CORDOVIL, Daniela. O poder feminino nas práticas da Wicca: uma análise dos "Círculos de Mulheres". *Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 431-449, 2015.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: _____. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1971/1991. p. 349-373.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966/2014. 228 p.

DURANTI, Alessandro. Transcription: from writing to digitized images. In: _____. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 122-161.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2011/2016. 140 p.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Mobilidade e circulação de discursos na contemporaneidade: a torção do parafuso referencial. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 40, p. 129-140, 2016.

FÁVERI, Marlene de; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segredo: práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, jul., p. 65-97, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971/2014. 74 p.

FOUCAULT, Michel. Aula de 06/02/1980. In: AVELINO, Nildo. (Org.). *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, (1979-1980)*. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. p. 77-87.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976/1985. 152 p.

GARCEZ, Pedro de Moraes; BULLA, Gabriela da Silva; LODER, Letícia Ludwig. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *DELTA*, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.

GILL, Rosalind. Postfeminist media culture: elements of a sensibility. *European Journal of Cultural Studies*, v. 10, n. 2, p. 147-166, 2007.

GUNN, Joshua; VAVRUS, Mary Douglas. Regulation through postfeminist pharmacy: promotional discourse and menstruation. In: REED, Lori; SAUKKO, Paula. (Eds.). *Governing the female body: gender, health and networks of power*. Nova York: SUNY Press, 2010. p. 112-133.

HIRSCHMANN, Nancy. Toward a feminist theory of freedom. *Political Theory*, v. 24, n. 1, fev., p. 46-67, 1996.

HOOKS, bell. Black women: shaping feminist theory. In: _____. *Feminist theory from margin to centre*. South End Press, 1984. p. 1-15.

HOOKS, bell. Feminism: a movement to end sexist oppression. In: _____. *Feminist theory from margin to centre*. South End Press, 1984. p. 17-31.

JACKSON, Theresa E.; FALMAGNE, Rachel Joffe. Women wearing white: discourses of menstruation and the experience of menarche. *Feminism & Psychology*, v. 0, n. 0, p. 1-20, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transgener(al)idades. In: _____. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. p. 10-19.

KISSLING, Elizabeth Arveda. Bleeding out loud: communication about menstruation. *Feminism & Psychology*, v. 6, n. 4, p. 481-504, 1996.

KISSLING, Elizabeth Arveda. Pills, periods and postfeminism: the new politics of marketing birth control. *Feminist Media Studies*, v. 13, n. 3, p. 490-504, 2013.

KISSLING, Elizabeth Arveda. No justice, no pill/Know (reproductive) justice, know the pill. *Women's Reproductive Health*, v. 3, n. 2, p. 109-112, 2016.

LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990/2003. 313 p.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2005/2012. 399 p.

LEAL, Tatiane; BAKKER, Bruna. A mulher bioquímica: invenções do feminino a partir de discursos sobre a pílula anticoncepcional. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 11, n. 3, jul./set., p. 1-15, 2017.

LEE, Janet. Menarche and the (hetero)sexualization of the female body. *Gender and Society*, v. 8, n. 3, p. 343-362, 1994.

LEE, Janet. Bodies at menarche: stories of shame, concealment, and sexual maturation. *Sex Roles*, v. 60, p. 615–627, 2009.

LIVIA, Anna; HALL, Kira. “It’s a girl!”: bringing performativity back to linguistics. In: _____. (Eds.). *Queerly phrased: language, gender and sexuality*. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 3-18.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. *Labrys, Estudos Feministas*, v. 4, 2003.

MAHMOOD, Saba. The subject of freedom. In: _____. *Politics of piety: the Islamic revival and the feminist subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 1-39.

MANICA, Daniela Tonelli. A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnociência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, jan./jun., p. 197-226, 2011.

MARTIN, Emily. Medical metaphors of women’s bodies: menstruation and menopause. In: _____. *The woman in the body: a cultural analysis of reproduction*. Boston: Beacon Press, 1987/1992. p. 15-41.

MATTOS, Amana. *Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos de liberdade para os jovens no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Caps. 1, 2 e 3.

MAYORGA, Claudia. Prefácio. In: MATTOS, Amana. *Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos de liberdade para os jovens no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 9-12.

MILANI, Tommaso. Queer performativity. In: HALL, Kira; BARRETT, Rusty. (Eds.). *The Oxford Handbook of Language and Sexuality*. No prelo.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 159-171, 2004.

NATANSOHN, L. Graciela. O corpo feminino como objeto médico e “mediático”. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 287-304, 2005.

NUCCI, Marina. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinamericana*, n. 10, abr., p. 124-139, 2012.

ONG, Aihwa. The production of possession: spirits and the multinational corporation in Malaysia. *American Ethnologist*, v. 15, n. 1, fev., p. 28-42, 1988.

OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the natural body: an archaeology of sex hormones*. Taylor & Francis e-Library, 1994/2005. 210 p.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 13-27.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do corpo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1979/2006. 154 p.

RODRIGUES, Bruna. “Meu corpo, minhas regras”: direito ao corpo e narrativas feministas nas redes sociais. *XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, p. 1-15, 2016.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001/2009. 245 p.

SANABRIA, Emilia. The body inside out: menstrual management and gynecological practice in Brazil. *Social Analysis*, v. 55, n. 1, p. 94-112, 2011.

SARDENBERG, Cecília Maria. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, 2º semestre, p. 314-344, 1994.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Prefácio. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Fiocruz, 2002. p. 9-14.

SIEBERT, Raquel Stela de Sá. As relações de saber-poder sobre o corpo. In: ROMERO, Elaine. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papirus, 1995. p. 15-42.

SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. *Estudos Feministas*, ano 0, 2º semestre, p. 143-150, 1992.

USKUL, Ayse K. Women’s menarche stories from a multicultural sample. *Social Science & Medicine*, v. 59, p. 667-679, 2004.

VIEIRA, Elizabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Fiocruz, 2002. 81 p.

VIEIRA, Viviane. Discursos (contra)hegemônicos sobre corporalidades femininas: o retorno das bruxas. *International Congress of Critical Applied Linguistics*, out., p. 210-219, 2015.

WOODS, Carly S. Repunctuated feminism: marketing menstrual suppression through the rhetoric of choice. *Women’s Studies in Communication*, v. 36, n. 3, p. 267–287, 2013.

YOUNG, Iris Marion. Menstrual meditations. In: _____. *On female body experience: “Throwing like a girl” and other essays*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 97-122.

APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas

- 1) Poderia falar um pouco sobre você?
- 2) Quando se fala no tema “menstruação”, o que vem à sua cabeça?
- 3) Como foi a sua primeira menstruação?
- 4) Como é a sua relação com seu período menstrual?
- 5) Como é a sua relação com seu sangue menstrual?
- 6) Que produtos menstruais você já utilizou? (Absorventes externos e internos descartáveis, coletores menstruais reutilizáveis, coletor menstruais descartáveis, absorventes de pano, calcinhas reutilizáveis, esponjas...)
- 7) Você conhece outros produtos? Já quis utilizá-los?
- 8) Como foi sua experiência com os produtos que já utilizou?
- 9) Por que você quis começar a utilizar o coletor?
- 10) Como foi a experiência?
- 11) Você conhece outras pessoas que o utilizem? O que elas dizem sobre a experiência?
- 12) Você participa/já participou de algum grupo no Facebook sobre coletores? O que acha dele(s)?
- 13) Você faz/já fez uso de pílulas anticoncepcionais? Como é/foi sua experiência? Por que começou/parou de usá-los? Por que nunca quis usá-los?
- 14) Houve alguma mudança na sua menstruação com o uso/a interrupção do uso da pílula?
- 15) Houve alguma mudança mais abrangente com o uso/a interrupção do uso da pílula?
- 16) Você já utilizou algum aplicativo de controle da menstruação? O que achou dele?
- 17) Você costuma ir à/ao ginecologista? Como é a sua relação com ela/e?
- 18) Você faz/já fez uso de sabonetes, perfumes ou desodorantes vaginais? Como é/foi sua experiência? Por que começou/parou de usá-los? Por que nunca quis usá-los?
- 19) Você se considera feminista? Por quê?
- 20) Você considera que exista uma relação entre a sua identificação como feminista e sua escolha de produtos menstruais? Qual seria essa relação?
- 21) Você gostaria de aprofundar algum assunto mencionado?
- 22) Você gostaria de abordar algum assunto que não tenha sido mencionado aqui e que considere importante?

APÊNDICE B – Reprodução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Pesquisadora responsável: Joana Castañon de Carvalho
Telefone: (XX) XXXXX-XXXX
E-mail: joana.castanon@gmail.com
Endereço: Rua X, XX, XXX
Rio de Janeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa de mestrado “Performances discursivas de mulheres feministas sobre a experiência da menstruação e o uso de coletores menstruais”.

Este estudo pretende analisar o papel de discursos relativos à experiência de mulheres com a menstruação e com o uso do coletor menstrual no processo de suas construções identitárias de gênero. O motivo que nos leva a estudar o tema em questão é o silenciamento histórico do corpo da mulher e de suas manifestações externas, como a menstruação.

Caso deseje participar, você será entrevistada pessoalmente com base em um roteiro semiestruturado de perguntas. A entrevista será registrada com o auxílio de um gravador e transcrita posteriormente. A previsão de duração é de no máximo uma hora.

O principal risco decorrente da participação neste estudo seria a exposição da sua identidade na fase de pós-pesquisa, o que será evitado com a eliminação, na transcrição dos dados, de quaisquer informações que possam identificá-la. O principal benefício resultante da sua participação seria a construção de reflexões pertinentes para sua militância, ensino, pesquisa acadêmica ou vida pessoal.

Sua participação não implica nenhum custo ou vantagem financeira. Você será esclarecida sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Seu nome ou quaisquer informações que possam identificá-la não serão divulgadas na dissertação de mestrado ou em quaisquer publicações que possam resultar deste estudo.

A redação final da pesquisa estará à sua disposição.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portadora do Documento de Identidade _____, fui informada dos objetivos do estudo “Performances discursivas de mulheres feministas sobre a experiência da menstruação e o uso de coletores menstruais” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer

momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

Nome Assinatura da Participante

Nome Assinatura da Pesquisadora

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva pelo telefone: (21) 2598-9293 ou pelos e-mails: cep@iesc.ufrj.br ou cep.iesc@gmail.com.